

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História



Dissertação

Faces do sindicalismo rural brasileiro:
O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul (1966-1985).

Patrícia Schneid Altenburg

Pelotas, 2024

Patrícia Schneid Altenburg

Faces do sindicalismo rural brasileiro:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul (1966-1985).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Dr. Edgar Ávila Gandra

Pelotas, 2024

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

A464f Altenburg, Patrícia Schneid

Faces do sindicalismo rural brasileiro [recurso eletrônico] : o sindicato dos trabalhadores rurais de São Lourenço do Sul (1966-1985) / Patrícia Schneid Altenburg ; Edgar Ávila Gandra, orientador. — Pelotas, 2024.
150 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

1. Sindicalismo de trabalhadores rurais. 2. Ditadura civil-militar. 3. São Lourenço do Sul. 4. História social. I. Gandra, Edgar Ávila, orient. II. Título.

CDD 306.09

Elaborada por Alex Serrano de Almeida CRB: 10/2156

Patrícia Schneid Altenburg

Faces do sindicalismo rural brasileiro:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul (1966-1985).

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre(a) em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 29 de outubro de 2024

Banca examinadora:

Prof(a). Dr(a). Edgar Ávila Gandra (Orientador)

Doutor(a) em História Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof(a). Dr(a). Patrícia Bosenbeker

Doutor(a) em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof(a). Dr(a). Everton Lazzaretti Picolotto

Doutor(a) em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof(a). Dr(a). Alessandra Gasparotto

Doutor(a) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Dedico este trabalho aos meus pais, que sempre
me incentivaram a estudar.**

Agradecimentos

Aos meus pais, Dari e Helena, agradeço pela vida e por todo o amor que me deram, que, apesar de sua pouca formação escolar, jamais mediram esforços pela minha educação e formação profissional. A eles devo todas as minhas conquistas.

Ao meu “namorado”, companheiro e melhor amigo Johannes, agradeço por todo o amparo e carinho de sempre, e por ter escolhido partilhar a vida comigo. Por me encorajar diante das dificuldades e me incentivar todos os dias a seguir com a dissertação.

Ao professor e orientador Edgar Ávila Gandra, agradeço profundamente por toda a disposição e disponibilidade em me auxiliar durante todo o processo de pesquisa, por ter se mostrado, além de mestre e mentor, também um grande amigo, sempre me receber com descontração e por compartilhar comigo tamanha sabedoria. Igualmente, estendo meu agradecimento aos demais membros da banca de qualificação e defesa: professores Patrícia Bosenbecker, Everton Picolotto e Alessandra Gaparotto. Foi uma honra contar com as suas atenciosas leituras e valorosas contribuições a este trabalho. Agradeço também a todas as professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, que contribuíram para o meu amadurecimento acadêmico durante a realização do mestrado, bem como à secretaria e à coordenação do PPGH, pela eficiência e disponibilidade em ajudar no que fosse preciso.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agradeço por me conceder a bolsa que permitiu que eu dedicasse boa parte dos meus dias à realização desta pesquisa.

Agradeço também, aos que gentilmente se propuseram a colaborar com a concretização deste trabalho, dedicando tempo e atenção para me ajudar, seja na consulta de fontes ou na realização de entrevistas: atual gestão e funcionários do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de São Lourenço do Sul, em especial o presidente Valnei Bröse e o vice Enio Ritter; senhor Ronald Spiering; senhor Balbino Schneid (in memoriam); senhor Hélio Bartz; e funcionários do Arquivo Histórico e da Biblioteca Pública Municipal de São Lourenço do Sul.

Por fim, agradeço a Deus, o mais maravilhoso conselheiro, por me guiar, proteger e abençoar durante a realização do mestrado e por toda a minha vida.

A todos, muito obrigada!

Resumo

ALTENBURG, Patrícia Schneid. **Faces do sindicalismo rural brasileiro: O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul (1966-1985)**. Orientador: Edgar Ávila Gandra. 2023. Dissertação. Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

Compreendendo que todos os sujeitos são históricos e que todos os grupos humanos da Terra merecem ter sua história contada, a presente dissertação de mestrado tem como objetivo apresentar um segmento do sindicalismo rural brasileiro ainda pouco explorado pela História e demais áreas das Ciências Humanas: o sindicalismo de trabalhadores rurais vinculado à FAG, frente de representação dos trabalhadores do campo no Rio Grande do Sul, criada em 1962 por bispos católicos com o intuito de congregiar pequenos proprietários e empregados rurais daquele estado, pleitear-lhes direitos e mobilizá-los para o combate ao comunismo, supostamente promovido por organizações camponesas de esquerda, de caráter mais combativo, como o MASTER. Esse contexto se concretiza após o Golpe Civil-Militar de 1964, quando o sindicalismo promovido pela Igreja Católica passa a ser o único permitido pela Ditadura, possibilitando a fundação, em 1967, da entidade aqui especificamente enfocada: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, um ano após a obtenção de sua carta sindical. Diante disso, utilizando a História Social e alguns tópicos da História Política como aporte teórico, além da Micro-História e da História Oral como subsídios metodológicos, e por meio da análise de atas de assembleias, fichas de associados, matérias veiculadas em jornais locais e relatos orais, este estudo busca explorar a trajetória do referido sindicato durante parte da Ditadura Civil-Militar (1966-1985). O trabalho investiga as razões que permitiram sua emergência naquela comunidade, fortemente marcada pela cultura teuta, as lideranças vinculadas à sua criação e manutenção, os mecanismos utilizados para angariar associados, alcançar interesses e obter demandas, bem como as relações construídas pelo grupo dentro e fora da entidade.

Palavras-chave: Sindicalismo de Trabalhadores Rurais. Ditadura Civil-Militar. São Lourenço do Sul. História Social.

Abstract

ALTENBURG, Patrícia Schneid. **Faces of Brazilian rural unionism**: The Rural Workers Union of São Lourenço do Sul (1966-1985). Advisor: Edgar Ávila Gandra. 2023. Dissertation. Institute of Human Sciences. Postgraduate Program in History. Federal University of Pelotas, Pelotas, 2023.

Understanding that all subjects are historical and that all human groups on Earth deserve to have their history told, this master's thesis aims to present a segment of Brazilian rural unionism still underexplored by History and other areas of the Humanities: the rural unionism linked to the FAG, a representative front for rural workers in Rio Grande do Sul, created in 1962 by Catholic bishops with the purpose of bringing together small landowners and rural employees from that state, advocating for their rights, and mobilizing them to fight against communism, supposedly promoted by more combative leftist peasant organizations, such as MASTER. This context materialized after the Civil-Military Coup of 1964, when unionism promoted by the Catholic Church became the only one allowed by the Dictatorship, enabling the foundation, in 1967, of the entity specifically analyzed here: the São Lourenço do Sul Rural Workers' Union, one year after obtaining its union charter. In this regard, using Social History and certain aspects of Political History as theoretical frameworks, as well as Microhistory and Oral History as methodological tools, and through the analysis of meeting minutes, membership records, articles published in local newspapers, and oral accounts, this study seeks to explore the trajectory of the aforementioned union during part of the Civil-Military Dictatorship (1966–1985). The research examines the reasons that enabled its emergence in that community, strongly influenced by German culture, the leaderships involved in its creation and maintenance, the mechanisms employed to recruit members, achieve goals, and meet demands, as well as the relationships established by the group within and outside the organization.

Keywords: Rural Workers Unionism. Civil-Military Dictatorship. São Lourenço do Sul. Social History.

Lista de Figuras

Figura 1	Localização do município de São Lourenço do Sul, no Estado do Rio Grande Sul e no Brasil	77
Figura 2	Mapa de São Lourenço do Sul especificando as zonas do município.	79
Figura 3	Visita de João Goulart a São Lourenço do Sul, 1962.	98
Figura 4	Darcy da Rosa ao lado de Leonel Brizola durante a Campanha da Legalidade, 1961.	99
Figura 5	Assembleia de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, 1967.	103
Figura 6	Lideranças Rurais Gaúchas na República Federal da Alemanha, 1966.	104
Figura 7	Ficha de filiação de Ronald Spiering ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul	110
Figura 8	Solenidade de entrega dos Diplomas de Conclusão do Curso de Pedreiro, 1977	123

Lista de abreviaturas e siglas

ACEL	Associação Colonial Esportiva Lourenciana
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CETH	Comissão Estadual de Terras e Habitação
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNA	Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DACs	Departamentos de Assistência ao Cooperativismo
ETR	Estatuto da Terra
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
FAG	Frente Agrária Gaúcha
FAP	Frente Agrária Paranaense
FARSUL/RS	Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul
FETAG/RS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
Funrural	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGRA	Instituto Gaúcho de Reforma Agrária
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INPS	Instituto Nacional da Previdência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MASTER	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MEC	Ministério da Educação
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PL	Partido Liberal
PRADE	Programa Projetos Especiais de Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico-social
ProRural	Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PRR	Partido Republicano Rio-grandense
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro

SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SFICI	Serviço Federal de Informações e Contra-Informação
SNA	Sociedade Nacional da Agricultura
SORPE	Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
SR	Sindicato Rural
SRB	Sociedade Rural Brasileira
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUPRA	Superintendência da Reforma Agrária
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UCA	União Cultural e Agrícola
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

Sumário

1 Introdução	13
2 Revisando a bibliografia: a trajetória de constituição do sindicalismo no campo até os primeiros anos da Ditadura Civil-Militar no Brasil	45
2.1 O início da movimentação sindical rural no Brasil	46
2.2 As Ligas Camponesas: organização e mobilização.....	50
2.3 A União dos Trabalhadores Agrícolas e a atuação comunista no campo	52
2.4 No Rio Grande do Sul, o governo de Leonel Brizola e o Movimento dos Agricultores Sem Terra	54
2.5 O contexto agrário e as disputas do governo de João Goulart	58
2.6 A oficialização do sindicalismo de trabalhadores rurais no Brasil e as disputas em torno da categoria	66
2.7 Os impactos do Golpe de 1964 para o campo	69
3 As bases de constituição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul: potencialidades e limites.....	76
3.1 A constituição do município de São Lourenço do Sul	76
3.2 Cooperativismo e associativismo teuto no Rio Grande do Sul e em São Lourenço	86
3.3 Origens da Carta Sindical e movimento precedente	94
3.4 O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul: organização e fundação oficial	102
4 A atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul durante a Ditadura Civil-Militar	108
4.1 Perfil dos associados e disputas em torno do enquadramento sindical ...	108
4.2 Motivos para tornar-se um associado: serviços, direitos sociais e conquistas	118
4.3 A atuação do STR através das assembleias	124
4.4 Articulação, direção e oposição: a atuação de três líderes sindicais	126
4.5 Relações externas e questão política	135
5 Considerações finais	141
Referências	145

1 Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar a trajetória do sindicalismo dos trabalhadores rurais no município de São Lourenço do Sul, buscando aprofundar o estudo da história do sindicalismo durante a vigência da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985). Pretende-se, com isso, ampliar os horizontes de pesquisa sobre a temática, oferecendo distintas perspectivas de análise sobre um grupo com poucos registros acadêmicos.

É axiomático que a história do sindicalismo no país é permeada por distintas faces, vertentes e trajetórias. Embora a maior parte dos trabalhos acadêmicos acerca da temática esteja associada às cidades, em especial ao contexto do Estado Novo (1937-1945), berço da legislação trabalhista e sindicalista do país, a historiografia contemporânea possui também uma vasta produção pautada na análise da ação dos trabalhadores do campo ao longo do tempo, em sua luta pelo acesso a direitos primaciais de sobrevivência, pela garantia de permanência na terra, por dignas condições de trabalho e vida, bem como pela defesa coletiva dos interesses das classes e dos grupos oriundos do âmbito rural.

Todavia, apesar do expressivo número de pesquisadoras e pesquisadores que tem se dedicado ao estudo do sindicalismo rural brasileiro, há espaço para exploração e ampliação bibliográfica de diversos aspectos. Este é o caso dos sindicatos de trabalhadores rurais que emergiram no país na década de 1960, em especial após o Golpe de Estado responsável por implantar a Ditadura Civil-Militar no ano 1964, esfera do sindicalismo rural abarcada pela ala conservadora da Igreja Católica¹, em oposição aos movimentos de esquerda, como as Ligas Camponesas, O Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MASTER) do estado do Rio Grande do Sul.

¹ Embora a análise das fontes realizadas até o momento ainda não tenha evidenciado de forma clara, há indícios de que a Igreja Católica liderou a fundação de sindicatos no período, em consonância com o posicionamento da Igreja Luterana, que era mais difundida do que a primeira na zona rural do município em questão.

Posto isso, a autora que aqui escreve, sentiu-se determinada a explorar o mencionado campo, voltando-se a entender os mais variados aspectos destes sindicatos e dos sujeitos que os compõem, direcionando seu olhar à uma entidade e um grupo em específico, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de São Lourenço do Sul e os seus associados. Grupo cuja origem já foi explorada anteriormente no Trabalho de Conclusão de Curso², em que se buscou compreender a trajetória dessa comunidade em seu processo de identificação enquanto coletividade alemã e lourenciana, visto que esta autora, também nasceu e cresceu no interiorano município de São Lourenço do Sul, em um ambiente familiar de proximidade com a cultura germânica. Portanto, embora a proposta de pesquisa e o recorte temporal sejam diferentes, esta pesquisa segue rastreando os sujeitos que advém daquele contexto, aberta e disposta a ampliar sua compreensão em relação ao momento do TCC, cuja experiência de contato com as fontes, em especial as de História Oral, já notabilizavam na época a vinculação de vários sujeitos ao sindicato enfocado e a sua importância perante aquela comunidade.

Conforme indicado, a constituição do STR de São Lourenço do Sul data do período ditatorial, especificamente dos anos de 1966 e 1967, que correspondem respectivamente ao ano de obtenção da carta sindical pela entidade e ao ano de realização da sua assembleia de fundação. Todavia, ficará evidente a capacidade de longa data de articulação política e busca de interesses, no caso do STR, a luta por direitos sociais. Logo, as origens do tipo de organização que ali desponta são fruto em grande parte de um contexto de imigração e colonização germânica ocorrido na Serra dos Tapes³, no começo da segunda metade do século XIX. Com a fundação da colônia de São Lourenço em 1958, um empreendimento privado, concebido desde o princípio como uma colônia agrícola por seu idealizador, fundador, administrador e proprietário Jacob Rheingantz, e povoada por imigrantes, que apesar de genericamente identificados por colonos alemães ou germânicos, tratavam-se de

² ALTENBURG, Patrícia Schneid. *Deutsche in Brasilien: a trajetória construção histórica da comunidade de São Lourenço do Sul*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

³ A região atualmente corresponde aos municípios de São Lourenço do Sul, Turuçu, Pelotas, Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão e Morro Redondo (Cerqueira, 2011), e sua nomenclatura remete à grande quantidade de índios de um ramo guarani encontrados na região pelos primeiros exploradores das terras rio-grandenses (Neves, 2014).

sujeitos oriundos do extremo sul da Alemanha, prussianos e sobretudo pomeranos (Bosenbecker, 2011).

Acerca destes sujeitos, é essencial atentar-se para o fato de que a designação “alemão” e seu significado trata-se de uma construção tardia, a partir da formação e consolidação identitária de quando a Alemanha se torna referência como lugar de origem, conforme aproxima-se do fim do século XIX e da Unificação Alemã⁴, processo que acaba por silenciar muitas características regionais, enquanto edifica uma categoria unificadora. “Tal solidificação se deve a uma junção de rotulações externas e estratégias defensivas de pequenas comunidades no contexto da sociedade local de estabelecidos, detentores de maiores recursos.” (Bosenbecker, 2011, p. 42). Isso implica que as diferenças regionais muitas vezes passem despercebidas, sobretudo em relação aos pomeranos que imigraram para São Lourenço, sobre os quais há pouca documentação que permita identificá-los como pomeranos. Conforme relatório de Carlos Guilherme Rheingantz (1877), filho de Jacob, esses imigrantes correspondiam a cerca de 90% dos colonos na época.

Esse entendimento é corroborado por Carmo Thum (2009), que, em seu estudo sobre a população rural da Serra dos Tapes já no século XXI, identifica em São Lourenço do Sul um movimento de silenciamento ideológico da cultura alemã sobre a pomerana. No decorrer dos anos, a cultura pomerana vai se apropriando de princípios da cultura germânica, ocasionando sua reinvenção, uma especificidade do sul da região Sul do país. Dentre os elementos apropriados, acompanhando o processo colonizatório, destaca-se a língua alemã, que passa a ser referenciada também como a língua dos pomeranos, enquanto o pomerano ou *Plattdeutsch*, o baixo-alemão, por ser considerado um dialeto, é posto como inferior ao *Hochdeutsch*, o alto-alemão ou “alemão fino”. Essa superioridade é fortemente internalizada entre os pomeranos, que, na pesquisa do referido autor, hesitavam em indicar representantes seus para falar sobre a cultura local da Serra dos Tapes, recorrendo sempre a representantes da cultura hegemônica, os *Hochdeutsch*⁵.

⁵ O pomerano também possui valores que o orientam, especialmente em relação aos costumes cotidianos e à religiosidade. Por isso, há uma resposta a essa estigmatização, que foi diluída no tecido social luterano a partir de uma perspectiva de germanidade compartilhada com outros segmentos teuto-brasileiros.

Ainda conforme Thum (2009), na Serra dos Tapes, a supremacia ideológica do germanismo se apresenta como negadora da cultura pomerana, ao mesmo tempo que impõe sua cultura sobre aquela considerada inferior. A cultura pomerana, por sua vez, não contesta essa aceitação no imaginário germânico, encontrando no discurso de germanidade um terreno fértil para se enraizar. “O mundo pomerano, percebendo que teria ganhos momentâneos ao ser considerado alemão, permitiu, aceitou e assimilou o imaginário alemão, como sua referência cultural diante dos outros grupos” (Thum, 2009, p. 309).

Nesta dissertação, devido ao alto número de imigrantes e descendentes pomeranos presentes no processo de constituição do município de São Lourenço do Sul, sujeitos que, conforme Hammes (2014), vieram ao país já habituados à atividade agrícola, trabalha-se com a ideia de que boa parte dos membros do STR também advém desse contexto, embora algumas exceções sejam identificadas na análise das fontes. Todavia, por não se objetivar aqui diferenciar a origem do grupo e dos sujeitos citados, dado que tal diferenciação não interfere nos resultados a serem obtidos, neste trabalho, ao se referir a aspectos da colonização anteriores à Unificação Alemã, procurara-se denominar os imigrantes como teutos, germânicos ou europeus. Contudo, ao tratar do período mais recente, sobretudo o que abrange a Ditadura Civil-Militar, em diversos momentos será utilizado o termo genérico “alemão” e suas variações, em razão de a terminologia ser de uso comum naquela comunidade, inclusive entre os membros do STR, que, conforme o processo descrito por Thum (2009), assim se identificam.

Sobre a entidade em foco, perceber-se-á, através das fontes, que já nos seus primeiros anos de funcionamento a mesma conseguiu angariar um número significativo de associados, que provinham, em sua maioria, das origens supracitadas, as etnias de maior predominância no município, embora não fossem as únicas. Grande parte desses trabalhadores, que optavam pela associação, queixava-se da falta de assistência pública e reivindicava direitos já há algum tempo assegurados no meio urbano, em parte devido ao baixo investimento da administração municipal e estadual na região. Entretanto, vale lembrar, que a área se constituiu por vários anos como uma colônia particular, cabendo ao administrador da época, Jacob Rheingantz, junto com os colonos, suprir as necessidades mais básicas, como educação,

infraestrutura, saúde e segurança, medidas viabilizadas em parte por meio de reuniões entre o diretor e os colonos (Iepsen, 2008).

Esse fator pode ser apontado como um dos responsáveis pelo fortalecimento da unidade e pelo surgimento do associativismo no município (Altenburg, 2021), visto que muitas dessas demandas foram atendidas pelas diversas associações criadas e mantidas na colônia. Embora inicialmente voltadas para a manutenção da herança cultural, essas associações logo se expandiram ou redirecionaram para outras esferas (Salamoni, 2001, p. 09).

Nesse sentido, a autora desta dissertação busca também desmistificar a estigmatização de sujeitos apolíticos associada aos pomeranos e demais teuto-brasileiros, visto que o afastamento da esfera política no interior do STR de São Lourenço do Sul não se trata de uma perspectiva inovadora, mas sim de uma ação pela luta por direitos. Contudo, antes de explanar a proposta e os objetivos desta dissertação, cabe uma explanação acerca das modalidades, abordagens e conceitos da História e demais áreas das Ciências Humanas que dialogam e clarificam o entendimento do objeto explorado, bem como apresentar o modo como se fará a análise das fontes históricas selecionadas, já que neste trabalho opta-se por uma introdução mais extensa. Essa escolha narrativa visa abarcar toda a complexidade da pesquisa, considerando as variáveis conceituais e metodológicas que precisam ser apresentadas, especialmente sobre o conceito de Memória.

O estudo de uma entidade sindicalista, de sua organização, atuação e membros integrantes comumente é atribuído à História Social, modalidade historiográfica que se destaca por estudar: os modos e mecanismos de organização social, as classes e demais agrupamentos sociais, as relações e processos de transformação social, os movimentos sociais em sua dinamicidade, enfim, os recortes humanos das relações humanas. Pelo fato da análise desses objetos

Se voltar tanto para a elaboração de um retrato sintetizado destes grupos sociais e de suas relações, como para a incidência de questões transversais nestes grupos. Como uma certa classe ou grupo se comporta diante de determinada conjuntura política ou econômica? (Barros, 2005, p. 13-14).

Por essa razão, é elementar tecer algumas considerações acerca da referida modalidade e dos conceitos que a compõem, responsáveis por nortear boa parte das discussões desta dissertação.

A História Social é interdisciplinarmente abrangente às demais Ciências Sociais. Seu desenvolvimento ao longo dos anos assinala a importância da aliança entre boa parte das atividades dos cientistas sociais e o estudo da estrutura social e suas transformações, visto que o trabalho com seus objetos tem solidificado, na historiografia, uma tendência que examina a sociedade em sua complexidade, abstraindo-se de categorias sociais preconcebidas e generalizantes, bem como da rigidez das fronteiras dos campos da história. Os movimentos sociais, por exemplo, dificilmente são trabalhados sem conexão com o Social, o Político e possivelmente o Econômico, demonstrando que questões referentes a outras dimensões da História também incumbem aos historiadores sociais, como é o caso da análise da repercussão social de fatos políticos e econômicos em grupos específicos, como os membros do STR de São Lourenço do Sul, ou em conjuntos mais amplos, como a comunidade rural como um todo (Barros, 2005; Hobsbawm, 1998).

Dentre os tópicos arrolados por Hobsbawm (1998) como os mais trabalhados por historiadores sociais, é pertinente frisar aqui a história das classes e dos grupos sociais, desenvolvida “a partir da premissa comum de que nenhum entendimento da sociedade é possível sem uma compreensão dos principais componentes de todas as sociedades não mais fundadas primordialmente no parentesco” (Hobsbawm, 1998, n.p.).

Nesse sentido, em relação ao entendimento do conceito de Classes Sociais, utiliza-se como referência Edward Palmer Thompson (1987), que, ao estudar a classe operária inglesa, apresenta sua formação como uma consequência da identificação de experiências comuns herdadas ou partilhadas por indivíduos que passaram a articular a identidade de seus interesses entre si, opondo-se a outros indivíduos cujos interesses diferem. O autor entende o processo como algo ativo, fluido e dinâmico, que resiste à imobilização, um fenômeno histórico que congrega uma série de acontecimentos díspares e desconectados na matéria-prima da experiência e consciência. Sua percepção de classe não a visualiza como estrutura ou categoria, “mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas” (Thompson, 1987, p. 9).

Complementando as considerações de Thompson (1987), Hobsbawm (1998) pontua que a definição de classe não se limita a um grupo isolado de pessoas, mas compreende um sistema de relações verticais e horizontais. “Assim, é uma relação de

diferença (ou semelhança) e de distância, mas também uma relação qualitativamente diferente de função social, de exploração, de dominação/sujeição” (Hobsbawm, 1998), portanto, o estudo de uma determinada classe social deve abranger em sua análise também a sociedade à qual ela pertence.

Nesta pesquisa, opta-se por utilizar o conceito de Classe Social, pois sua explanação permite uma melhor compreensão do caráter das relações construídas no interior do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, onde os membros possuíam um entendimento de coletividade, visto que estava estabelecido um sentimento de pertencimento e enquadramento social. Tratava-se de pequenos produtores rurais com diminutas frações de terra e empregados do campo, que não só partilhavam de uma identificação étnica, mas também de demandas e interesses relativos à sua condição social no campo. Concorde-se com Medeiros (1995, n.p.), que afirma que a constituição de uma classe está intimamente ligada ao processo de criação de um conjunto de direitos, tanto novos quanto reinterpretações de direitos já existentes, “onde se disputa a definição e a forma de tratamento do que aparece socialmente como problema a ser equacionado”.

Desse modo, a entidade sindical em foco é tomada como uma organização que congrega sujeitos de uma classe com a premissa básica de atender a seus interesses comuns, majoritariamente vinculados à reivindicação de melhores condições profissionais e de vida. Portanto, também é plausível reconhecer os sujeitos estudados como integrantes de um movimento social.

No que se refere aos avanços historiográficos no estudo dos movimentos sociais no Brasil e no mundo, Hebe Matos (2012) aponta uma perspectiva dinâmica, semelhante ao que ocorre na História Social, a partir de uma nova tendência de estudos em que os processos de identificação coletiva na sociedade, marcados pelos valores do trabalho e da ordem, já não se restringem somente ao campo socioeconômico. Há uma atenuação da oposição entre abordagens políticas e culturalistas, além de uma intercambialidade com a antropologia nas abordagens sobre agência social e identidades coletivas. A prática historiográfica passa a combinar cultura e política para compreender os processos de identificação coletiva na história, enquanto a gênese social de grupos, instituições, práticas e costumes se torna um tema preferencial aos historiadores sociais.

Nessa perspectiva,

A categoria “movimentos sociais” remete a uma abordagem mais específica, de inspiração marcadamente sociológica. Os temas da identidade coletiva, da agência política e da transformação social estão implícitos na categoria que diz respeito a um tipo de ação coletiva na qual, *grosso modo*, grandes grupos informais de indivíduos ou organizações, voltados para objetivos específicos, resistem ou propõem uma mudança social (Mattos, 2012 p. 98).

Após discorrer sobre a caracterização das teorias sociológicas dos movimentos sociais a partir da década de 1990, quando vários analistas passaram a associar a categoria especificamente às sociedades modernas e aos estados nacionais, erigindo classe, nação e modernização como condições necessárias para o seu surgimento, Mattos (2012) questiona a abrangência da expressão “movimentos sociais”, respondendo que não há consenso quanto a uma categoria geral ou circunscrita a um tipo de sociedade, visto que

As mais variadas formas de protesto popular, motins, campanhas, greves, tumultos, todos têm sido objeto da história e, se tomarmos a categoria em sua acepção mais ampla, em qualquer contexto histórico as mobilizações sociais podem ser pensadas como uma expressão das contradições e hierarquias específicas da sociedade estudada (Motta, 2012, p. 100).

Portanto, é fundamental frisar que nem todos os movimentos sociais possuem princípios revolucionários. Para Nora (2002, p. 14)

A participação dos movimentos sociais num processo de mudança social histórica de um país poderá ser tanto de caráter progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados em suas redes e também, dos projetos políticos que constroem com suas ações.

Historicamente, foram e são identificados muitos movimentos sociais de caráter essencialmente conservador, evidenciados a partir da análise dos “setores sociais envolvidos, a forma de organização, as táticas e estratégias utilizadas e fundamentalmente, o significado dos objetivos pretendidos”. (Bassani, 2009, p. 22). Ressalva que se adapta a este estudo, dado que a Frente Agrária Gaúcha (FAG) e os STRs possuem aspectos específicos de atuação junto ao campesinato gaúcho, com alguns pontos discordantes dos clássicos movimentos sociais abordados pela historiografia (Bassani, 2009). Em São Lourenço do Sul, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município se esforçava para transformar sua realidade, atuando de forma “ordeira” na reivindicação por direitos sociais.

Isso leva ao uso do conceito de Imaginário Social, uma vez que, nesta dissertação, busca-se redefinir a visão de que, no âmbito rural, apenas grupos

organizados com viés ideológico de esquerda eram capazes de criar mecanismos de luta por direitos. Observa-se uma escassez de produções acadêmicas sobre os sindicatos rurais ideologicamente classificados como de direita por autores clássicos, como Fernando Teixeira (2000), Ângelo Priori (2000) e Alexandre Fontes (2001). Para tanto, recorreremos às colocações de Jorge Ferreira (2005, p. 13) e ao estudo que busca recuperar as “ideias, crenças, sensibilidades e valores de caráter político que circulavam entre trabalhadores, militantes e simpatizantes” do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em outras palavras, trata-se de resgatar a participação ativa de pessoas comuns na política brasileira entre a década de 1930 e o Golpe Civil-Militar de 1964.

Para o autor, ao longo dos anos, boa parte da literatura que escreve sobre o período tem sido responsável por difundir no imaginário acadêmico representações negativas acerca da luta dos trabalhadores da época e do populismo, associando-o a noções de

Manipulação, cooptação, demagogia, traição e desvio (...) Da maneira que passou a ser contada, a história política brasileira contemporânea tornou-se bem conhecida, povoada por seres imaginários, a exemplo dos “populistas, dos pelegos, dos autoritários comunistas, da falta de consciência de classe, do cupulismo, da despolitização, dos camponeses que vestiram macacão, entre outras construções teóricas destituídas de base empírica” (Ferreira, 2005, p. 9-10).

Propiciando que a imagem associada ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), também presente em São Lourenço do Sul antes do Golpe Civil-Militar, estivesse vinculada a uma estigmatização social, de um partido voltado apenas para desvirtuar e controlar seus seguidores politicamente. Isso, conforme Ferreira (2005), é um equívoco, pois o sucesso do partido não provém das ações de Getúlio Vargas, um dos expoentes mais conhecidos do populismo, tampouco da política peleguista⁶ sustentada por ele, mas sim de tradições, crenças, valores, ideias e representações que não só circulavam, como também eram partilhadas por parte da sociedade brasileira da época. Acreditava-se que o nacionalismo, a defesa da soberania social, a reforma da estrutura socioeconômica e a ampliação de direitos sociais aos

⁶ O sindicalismo peleguista trata-se de um fenômeno antigo do sindicalismo brasileiro que reflete “a forte influência de patrões e do Estado no movimento operário. É constituído por uma enorme massa de dirigentes burocratizados, para os quais o sindicato tem apenas um papel assistencialista e de intermediário legal nas relações entre o capital e o trabalho. Esse é o aspecto político e social mais profundo da questão: o “pelego” é o agente dos patrões e do Estado no movimento sindical” (Corcione, Souza, 2006, n.p.).

trabalhadores seriam capazes de trazer real e efetivo desenvolvimento e bem-estar para o país e a sociedade. Isso também gerou a identificação dessa parcela popular com o projeto nacional-estatista defendido pelo PTB, que apresentava a esses sujeitos opções mais humanas ao capitalismo liberal.

Por conseguinte, o autor reconhece que atitudes, representações sociais e códigos de comportamento formadores de crenças, ideias e valores sociais reconhecidos por um grupo são oriundos de experiências econômicas, políticas e culturais vivenciadas por esse grupo, corroborando a importância de o historiador resgatar o pensamento, a forma de interpretar e dar significados ao mundo, ou seja, o Imaginário Social das sociedades do passado.

Ao longo deste trabalho, a análise das fontes, sobretudo de História Oral, permitirá reconhecer, a partir de uma escala distinta, que a luta empreendida pelos trabalhadores rurais de São Lourenço do Sul em relação a questões como aposentadoria, seguro previdência e demais reivindicações configura um movimento social. Esses trabalhadores pleiteavam, ainda na década de 1960, por direitos básicos que já haviam sido concedidos há algum tempo aos trabalhadores urbanos e, por isso, superados nesses espaços.

Vale salientar que, embora a estrutura de cooptação de associados pelo sindicato fosse assegurada pela oferta de serviços assistenciais, como atendimento médico e odontológico, assistência jurídica, administrativa e agrícola, além da oferta de cursos profissionalizantes, a sindicalização era assimilada como uma opção interessante pelo empregado e pelo pequeno produtor rural. As fontes irão evidenciar que, na lógica desse grupo, marcado por questões e relações singulares ao contexto brasileiro, assim como era possível o alcance de um locus de reivindicação de direitos coletivos, compor o quadro social do sindicato também permitia a construção de relações de proximidade com expoentes do governo ditatorial, como o prefeito municipal, deputados estaduais e federais, secretários estaduais e ministros da Ditadura Civil-Militar. Dessa forma, sujeitos até então relativamente isolados podiam pleitear favores e demandas específicas e individuais. Em suma, aqueles sujeitos já não se encontravam mais sozinhos e dispersos na luta por direitos sociais. O discurso conservador e a associação ao STR concediam unidade e suporte ao grupo naquele contexto, propiciando uma forma de interlocução com os entes públicos.

Considerando a impossibilidade de separar completamente as temáticas da História Social dos demais campos historiográficos — questão abordada acima —, aliada ao fato de que o objeto desta análise abrange um período político singular do Brasil, a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), não se pode analisar uma entidade sindical ou associativista da mesma forma que se faria em um período democrático (Friedrich, 2013). Portanto, é substancial a abordagem de conceitos basilares para essa conjuntura, amplamente utilizados por historiadores do Poder e da Política, e a sua relação com o grupo aqui explorado.

Adentrando a área da ciência política, no estudo da teoria dos sistemas políticos, formas de legitimação e modos de dominação, é interessante compreender e distinguir os conceitos de Sistema Político e Política. Ciro Flamarion Cardoso (2012, p. 38) define sistema político como “a noção que engloba (e substitui) outras – Estado, poder, regime – e se define como um sistema de interações mediante o qual são feitas e implementadas as alocações de valores dotadas de autoridade em qualquer sociedade”, em suma, o conjunto de estruturas induzidas a partir de relações de autoridade e obediência, estabelecidas visando um mesmo fim.

Enquanto ao conceito de política descreve como “a resultante – dinâmica e ao mesmo tempo sistêmica (daí a noção de “sistema político”) - de todos os fenômenos implicados pela conquista e pelo exercício de poder.” (Cardoso, 2012, p. 38). Ampliando essa definição, Chantal Mouffe (2015, p. 8) entende por política “o conjunto de práticas e instituições por meio das quais uma ordem é criada, organizando a coexistência humana no contexto conflituoso produzido pelo político”, que, por sua vez, diferindo do conceito anterior, refere-se à dimensão antagonista que integra as sociedades humanas.

Frente às definições apresentadas, emergem dois questionamentos: até que ponto determinado sistema pode ser sustentado pelo apelo legitimador do interesse geral ou bem comum, e quais são as razões capazes de sustentar e legitimar as ações de um tirano, cujo poder demanda a concessão de outros homens. Questionamentos que comumente atribuem à ciência política a imagem de inimiga a ser combatida, por conta dos seus esforços em desvelar o que está oculto, desmitificar os processos de fundação dos mitos, expor o passado esquecido e analisar o imaginário social, alvo de reprodução do sistema institucional. Para Cardoso (2012, p. 39), o trabalho dos cientistas políticos intimida igualmente dominadores e dominados:

Tanto os que acham que devem comandar, quanto os que escolhem (livre ou inconscientemente) obedecer não têm, desejo ou interesse de que alguém venha desmontar analiticamente o mecanismo bem azeitado, porém implícito, de seu compromisso tácito.

É comum que a problemática do uso do poder e da autoridade inclua o emprego da força e da violência legitimadas; contudo, isoladas, elas não são capazes de sustentar um regime. A coação, material ou simbólica, consciente ou não, é de importância capital para a regulação social; todavia, outras razões são igualmente importantes para obter obediência. O poder não é apenas utilizado para reprimir e dominar, mas também para organizar tramas sociais, pautadas nas relações. Para adentrar em uma relação de poder, os personagens (indivíduos, grupos, partidos, homens políticos) precisam ter algo para trocar. Nesta relação de poder e força, nenhuma das partes pode se retirar completamente, mas ninguém pode ficar totalmente privado, o que implicaria na saída da esfera propriamente política (Cardoso, 2012). No caso específico de São Lourenço do Sul, trata-se de um acordo tácito com o regime instituído no pós-1964, permeado pelo imaginário social de “ser ordeiro”.

Aliado à concepção de troca, o poder depende ainda de uma crença partilhada na autoridade: aquele que emite uma ordem acredita ter o poder e o direito de fazê-lo, enquanto quem a recebe acredita ter o dever de acatá-la. Um arranjo que, segundo Cardoso (2012), decorre da socialização, uma das chaves do poder político, por “interiorizar nos atores intervenientes um dado tipo de valores que produzem uma aceitação pelo menos relativa de um modo de vida em sociedade que inclui o seu sistema político, seja ele qual for” (Cardoso, 2012, p.42).

Em suma, o poder político é composto por múltiplas interações, cujo sistema, para ser preservado, depende da aliança entre o monopólio da coerção e a busca de uma legitimidade mínima, que garanta formas de participação na socialização política. Sua função fundamental é a manutenção da coesão social, mas também dos interesses específicos dos grupos que o detêm (Cardoso, 2012). Desse modo, há um campo de disputa de poder que muito se assemelha às relações mantidas no interior de um sindicato, com a clara demarcação do binômio pertencimento e repulsa, em que o grupo dirigente prioriza as demandas de aliados em detrimento de associados com visões dessemelhantes às suas, também como estratégia para se manter no comando.

As conceituações de Mouffe (2012) e, sobretudo, de Cardoso (2012) apresentam tantos aspectos característicos do regime ditatorial de 1964-1985 que parecem ter sido escritas exclusivamente em alusão ao período, no qual o autoritarismo, o cerceamento, a perseguição e a violência prevaleceram, bem como um conjunto de trocas e negociações com a sociedade civil, que permitiram a permanência militar na administração do Brasil por 21 anos, assim como em outros países do Cone Sul, como Bolívia (1964-1982), Argentina (1976-1983), Paraguai (1964-1989), Chile (1973-1990) e Uruguai (1973-1985). Visando caracterizar brevemente esses regimes, cita-se Silva (2014, p. 67), o qual destaca que os mesmos

Impuseram a militarização do estado, com o alto comando das Forças armadas assumindo papel de dirigentes e agentes da repressão política contra opositores, e mantiveram-se no poder por meio da truculência contra os movimentos sociais populares e as instituições democrático-liberais. Como principal orientação econômica, defenderam os interesses das empresas monopolistas nacionais e estrangeiras; por essa razão a superexploração dos assalariados por meio de políticas de arrocho salarial, legislação antigreve, intervenção e controle dos sindicatos. Ou seja, foram regimes políticos que promoveram a hegemonia do grande capital internacional, reprimiram as reivindicações sociais dos trabalhadores, debilitaram os serviços públicos em favor dos privados e, por fim, aderiram às posições estadunidenses em política externa.

Nessa conjuntura, os associados do STR de São Lourenço do Sul também figuram entre os atores ativos do período, pelo simples fato de a entidade ter sido fundada oficialmente durante a ditadura, em 1966, além de possuírem um perfil ideológico distinto daquele comumente associado ao sindicalismo camponês dos anos anteriores. Esses trabalhadores faziam uso de diferentes mecanismos de luta por direitos, fortemente vinculados a um viés conservador, relações de paternalismo e contato direto com figuras públicas da época, o que configura ser um equívoco reduzi-los a uma posição desprovida de agência.

Embora alguns escritores da história local, como Hammes (2014) e Costa (1984), caracterizem a colônia de São Lourenço, formada pelos antepassados de boa parte dos trabalhadores estudados, como um núcleo isolado por várias décadas, nas pesquisas de Bosenbecker (2011), a aproximação dos colonos com os moradores de povoados próximos se mostrou concreta em várias situações, sinalizando a inserção dos primeiros em uma comunidade multiétnica, caracterizada por complexas formas de organização econômica, política e social desde o princípio. Portanto, nas décadas anteriores ao período aqui abordado, é possível afirmar que os colonos de São Lourenço do Sul não ficaram desprovidos de contato com sujeitos e grupos externos,

bem como com meios de comunicação que levavam conhecimento e informações acerca da conjuntura brasileira, inclusive para as áreas mais isoladas do município.

Por essa razão, os agentes sociais responsáveis pela construção do STR puderam definir a melhor forma de agência para lutar por seus interesses, mesmo que uma posição conservadora estivesse entre suas predileções. Faz-se necessário, nesta dissertação, compreender a leitura de mundo que esses sujeitos faziam e as posições que assumiam frente a ela, na qual sua emergência como setor simpático ao golpe também se configura como uma agência de interesses, dado que os sindicalizados realizavam leituras sobre o contexto político vigente e entendiam haver a necessidade de posições mais à direita, para que determinados objetivos e direitos fossem atendidos, ainda que também comungassem com esse conservadorismo.

Aqui, é imprescindível frisar que a utilização dos termos "conservador" e "conservadorismo" e sua atribuição aos sujeitos estudados ao longo dos capítulos desta dissertação estão intimamente relacionadas à perpetuação da cultura. Conforme Carlo Ginzburg (1976), entre as classes subalternas, cultura designa um conjunto de atitudes, crenças e códigos de comportamento próprios de determinado período, que nas sociedades pré-industriais resultava da combinação entre um processo de adequação aos subprodutos distribuídos pelas classes dominantes, um conjunto de valores autônomos e um estranhamento absoluto em relação ao que era imposto pela elite. Portanto, o apego e o desejo de conservar certos aspectos culturais que remetem à região de origem de seus antepassados europeus faz com que boa parte dos sindicalizados do STR se identifiquem e se posicionem de determinada forma.

Além disso, ao iniciar a pesquisa, percebeu-se que, para compreender com detalhes a organização dos sindicalistas rurais de São Lourenço do Sul, bem como a forma como apreendiam a conjuntura à sua volta e dialogavam com o regime ditatorial em vigor, em relação às suas carências e demandas, era preciso recorrer às lembranças dos sujeitos que vivenciaram esse processo e ainda estão vivos atualmente. A memória, portanto, constitui um dos conceitos principais desta discussão, capaz de preencher algumas das diversas lacunas deixadas pelas fontes escritas. É indispensável apresentar seu espaço e uso na historiografia contemporânea, o que justifica a longa explanação que será exposta a seguir.

Apesar de Maurice Halbwachs (1950), um dos pioneiros no estudo da memória coletiva, afirmar a impossibilidade de escrever uma história do tempo presente, devido à falta de distanciamento temporal em relação aos acontecimentos, correndo o risco da contaminação pela lembrança viva, o autor contribui expressivamente ao apontar a existência de distintas memórias coletivas sobre um mesmo acontecimento, as quais se opõem à história. Isso significa que a memória carece de ser contextualizada e diferenciada da história (Motta, 2012).

Nesse sentido, para Márcia Menendes Motta (2018), a história é o registro de um acontecimento pautado pela problematização, distanciamento, crítica e reflexão. Seu manejo e reconstrução ocorrem em razão de diferentes interesses e direções, visando inclusive denunciar e investigar elementos sublimados pela memória. Por conseguinte, a história não tem o intuito de glorificar o passado. Pelo contrário, na maior parte das vezes, realiza a deslegitimação daquilo que foi produzido pela memória e ainda se mantém no presente. Trata-se, em suma, de “uma operação intelectual que, ao criticar as fontes, reconstruí-las à luz de uma teoria, realiza uma interpretação na qual o que importa não é só a noção de um consenso, mas também a do conflito” (Motta, 2012, p. 25).

Para Michael Pollak (1992), embora Halbwachs (1968) defina a memória como um fenômeno coletivo, flutuante e em constante transformação, é também necessário atentar-se para o fato de que, nas pesquisas de História Oral com entrevistas de história de vida, os materiais recolhidos constituem apenas memórias individuais que necessitam de interpretação. Essas memórias, tanto na forma individual quanto coletiva, são compostas por pontos invariantes e irreduzíveis, cuja solidificação impede modificações.

Em certo sentido, determinado número de elementos tornam-se realidade, passam a fazer parte da própria essência da pessoa, muito embora outros tantos acontecimentos e fatos possam se modificar em função dos interlocutores, ou em função do movimento de fala (Pollak, 1992, p. 2).

Cabe, porém, ressaltar das análises de Halbwachs (1968) a existência de um processo de negociação voltado à ação conciliatória entre a memória individual e a coletiva, sendo esta última formada por distintos pontos de referência responsáveis por estruturar a memória e inseri-la na memória da coletividade, processo fundamental para que a lembrança produzida pelos outros possa ser reconstruída de modo comum. Em concordância, Pollak (1989, p. 9) destaca que a memória se trata de uma

Operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc.

Enquanto a referência ao passado adquire a função de manter a coesão dos grupos mencionados, definindo lugar, complementariedade e oposições irreduzíveis, as funções essenciais da memória comum residem em manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que é partilhado internamente pelo grupo como um quadro de referências, sendo adequado falar em "memória enquadrada", termo cunhado por Henry Rousso (Pollak, 1989).

Ainda conforme o autor, são elementos constitutivos da memória, tanto individual quanto coletiva, os acontecimentos vividos pessoalmente, pelo grupo ao qual a pessoa se sente pertencente, de grande significado no imaginário, implicando em dificuldades de distinguir a participação ou não daquele sujeito. Consistem também naquele passado fora do espaço-tempo de uma pessoa ou grupo, com o qual ocorre forte identificação, a chamada "memória quase herdada", e os lugares de memória, ligados a uma lembrança determinada ou sem referência de tempo cronológico. Das principais características da memória, o autor cita a seletividade, conferindo-lhe flutuações de acordo com o momento em que é expressa e articulada, enquanto as preocupações do presente auxiliam em sua estruturação, indicando que a memória pode ser construída consciente e inconscientemente (Pollak, 1992).

Reconhecido por seu trabalho em relação à problemática da ligação entre memória e identidade social, Michael Pollak (1992) destaca sua relação com a imagem transmitida, por sua vez formada pelo sentimento de fronteiras físicas, pela continuidade no tempo e pelo sentimento de coerência explicitado pelo grupo, estando a construção identitária por meio da memória assentada no outro, nos "critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros" (Pollak, 1992, p. 5). Logo, em sua concreta constituição, a memória submete-se ao trabalho de manutenção, coerência, unidade, continuidade e

Os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual (Pollak, 1992, p. 7).

Segundo Jan Assmann (2017), a memória é responsável pela formação da consciência identitária pessoal e coletiva, além de conduzir os seres humanos a viverem em grupos e comunidades produtoras de memória. Da obra do autor, é importante ressaltar o desmembramento que faz do conceito de memória coletiva, cunhado por Maurice Halbwachs (1950), apresentando a memória cultural e a memória comunicativa. A primeira é uma forma de memória coletiva por ser compartilhada por um conjunto de pessoas, transmitindo-lhes uma identidade coletiva, ou melhor, cultural. A segunda, que melhor se aplica a esta reflexão, refere-se a um tipo de organização armazenada, objetivada e exteriorizada através de formas simbólicas, transferidas e transmitidas entre gerações. Está relacionada àquilo que não possui memória própria, mas que desencadeia lembranças, ou melhor, à memória investida nelas. Ao contrário da memória cultural, a comunicativa não é institucional, estando presente na interação cotidiana e sendo compartilhada por contemporâneos. Por isso, tem um tempo limitado, que normalmente não ultrapassa a marca de oitenta anos ou três gerações que interagem, limite esse visível na própria comunicação cotidiana, uma vez que a informação se torna cada vez mais escassa à medida que uma pessoa adentra no passado. Assemelha-se à própria memória coletiva de Halbwachs, área da pesquisa histórica cujas fontes advêm das memórias de entrevistas orais, que não podem retroceder mais de oitenta anos (Assmann, 2017).

Neste trabalho, a utilização da ideia de memória comunicativa também se mostrará essencial para a análise, pois permite capturar detalhes cotidianos dos membros do STR, fundamentais para a compreensão do funcionamento da entidade, das relações construídas no seu interior e das relações com o exterior. Todavia, isso também implica em dificuldades, frente à longevidade do início das atividades sindicais, entre 1966 e 1967, quase seis décadas atrás. Essas dificuldades se acentuam cada vez mais à medida que o tempo passa. Por tal razão, utiliza-se também, nesta pesquisa, a memória de alguém que não viveu diretamente o passado estudado, mas que herdou informações importantes das memórias de seu pai sobre o período. Esse é o caso de Clara da Rosa, filha de Darcy da Rosa, cuja história é abordada no segundo capítulo.

Ambos os tipos de memória de Assmann (2017) manifestam diferentes modos de lembrar e são formadores de identidade. A própria memória é dotada de identidade, conhecimento sobre si ou sobre alguém, como indivíduo, membro de uma família,

geração, comunidade, nação ou tradição cultural e religiosa. Aquilo que se conhece sobre o passado só adquire a função de memória quando relacionado ao conceito de identidade na lógica do esquecimento, ou seja, é através daquilo que é esquecido que se concebe a identidade, conferindo uma memória cultural e comunicativa específica a um grupo e a seus respectivos valores. Todavia, não se pode esquecer que os indivíduos são dotados de várias identidades, cada qual de acordo com os grupos, comunidades, crenças e sistemas políticos a que pertencem, resultando em múltiplas memórias culturais e comunicativas. A dinâmica de associação e desassociação é responsável por formar e reunir grupos, atravessados em vários graus por laços afetivos de pertencimento e até de obrigação social. Nesses espaços, a memória se apresenta como um sistema entreaberto, havendo determinadas estruturas que a relacionam ao tempo e à identidade nos níveis individual, geracional, político e cultural. Quando não existe essa relação, fala-se em conhecimento, e não em memória (Assmann, 2017).

Explorando as relações entre memória e história, Enzo Traverso (2012) define a história como a escrita sobre o passado, de acordo com as modalidades e regras do ofício do historiador, uma escrita que nasce da memória, mas que se liberta dela à medida que coloca o passado à distância, transformando-o em um de seus objetos. A memória, segundo o autor, é caracterizada como subjetiva, qualitativa, e despreocupada com comparações, contextualizações e generalizações. Ela não carece de provas, posto que, quando não relatada por um mentiroso consciente, traduz sempre a verdade do depoente, ou seja, a imagem que ele atribui ao passado. Para Traverso (2012), tanto a memória individual quanto a coletiva não são estáticas, sendo sempre construções filtradas por conhecimentos adquiridos em momentos subsequentes, por reflexões e experiências que modificam a recordação inicial.

De acordo com Pierre Nora (1993), longe de serem sinônimos, a História e a Memória se opõem por completo. Enquanto a Memória é carregada por grupos vivos e está em constante evolução, aberta à retórica da lembrança e do esquecimento, atravessada por inconscientes deformações e suscetível a manipulações e revitalizações, constituindo-se em um fenômeno atual assentado no presente, a História, por sua vez, vincula-se à reconstrução problemática e incompleta daquilo que já não existe. A História é uma operação intelectual e laicizante que precisa passar

por análise e crítica, pertencendo simultaneamente a todos e a ninguém, sendo, portanto, universal, ao contrário da memória, que é restrita (Nora, 1993).

Conforme já mencionado, a construção da memória tem como alicerce tanto a lembrança quanto o esquecimento, o que implica que determinado grupo opere escolhas quanto aos fatos do passado que deseja conservar e rememorar, enquanto sublima, oculta ou esquece outros. Esse esquecimento, individual ou coletivo, é um elemento fundamental para o estudo da história do tempo presente (Motta, 2012). Pollak (1989) descreve isso como zonas de sombra, silêncios e não ditos, cuja fronteira com o esquecimento definitivo está em constante movimento. Entender a construção da amnésia social é uma importante chave para compreender as razões dos esquecimentos. Motta (2012) destaca a importância de identificar projetos de esquecimento operados por grupos sociais, que abarcam coisas e fatos que podem ameaçar e fragilizar a unidade do grupo, sua identidade e seus interesses comuns.

Essa produção de ressignificações não é somente oficial “ela se produz no confronto entre memórias em disputa, entre grupos cujos embates constroem versões opostas, destruindo fatos relevantes para seus opositores” (Motta, 2012, p. 28), evidenciando a necessidade de o historiador atentar-se às conjunturas históricas das quais o esquecimento de determinado acontecimento é fruto, fator que tem se mostrado uma característica comum no estudo de períodos ditatoriais ao redor do mundo. Além disso, é necessário que o historiador exerça crítica, erudição e distanciamento ético, sempre com o objetivo de escapar da memória consagrada pelo grupo, a qual, apesar de produzida, não se resume a mentiras.

Se dissermos que a memória retira do passado alguns fatos e os escolhe para responder às demandas do presente, isso significa afirmar que elas não são meras fantasias, mas sim lembranças especiais, comemoradas como tais e que guardam um elo, ainda que linear – como já sabemos – com um passado idealizado (Motta, 2012, p. 29).

Todavia, também não se trata de tomar o documento ou testemunho oral como fonte de verdade. A história que advém da análise da memória requer atenção aos detalhes, a priori insignificantes, e a palavras sem sentido, bem como demanda o cruzamento de diferentes fontes, geradores de embates interpretativos. (Motta, 2012). Dessa forma, concerne ao historiador aprender com a memória, após passa-la “pelo crivo de uma verificação objetiva, empírica, documental e factual, assinalando, se necessário for, as suas contradições e armadilhas” (Traverso, 2012, p. 27).

Em relação ao entrecruzamento de memórias com distintas percepções do passado, um dos exemplos que melhor se aplica à temática aqui abordada é a experiência do golpe de 1964 e o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil. Sobre esse período, existem as memórias daqueles que vivenciaram diretamente as consequências do cerceamento imposto pela Ditadura, dos que nasceram e cresceram ouvindo histórias de repressão e violência, ou ainda daqueles que acreditam que o golpe militar foi benéfico ao país por estabelecer a ordem e o progresso. Isso evidencia que a memória contada quando diretamente vivenciada difere daquela aprendida nas memórias de outrem, transmitida às gerações seguintes (Motta, 2012).

Por tal, ao analisar a memória ainda viva de trabalhadores rurais sindicalistas inseridos no processo de organização e negociação durante o contexto ditatorial, mais do que o distanciamento temporal, é essencial a adoção de uma posição ética por parte do historiador e atenção aos fatores que transformam e modelam a memória. É necessário também considerar as mudanças pelas quais a memória passa ao longo do tempo e sua relação com o presente. Ao partir para uma análise histórica, se atualmente os entrevistados se dizem partidários da direita, é preciso levar em conta que o contexto político brasileiro atual é muito diferente daquele dos anos finais e do período imediato pós-ditadura. O movimento conservador se fortaleceu significativamente no país nos últimos anos, especialmente após a eleição de Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República em 2018 e a ascensão de diversos movimentos e partidos de direita. Na década de 1980, o discurso público era outro, exaltando o retorno da democracia, a liberdade política e de expressão, e a luta por direitos sociais. Isso leva a supor que, caso as entrevistas com os membros do STR de São Lourenço do Sul tivessem sido realizadas em outra época, as memórias poderiam ser diferentes, uma vez que elas refletem o contexto vivenciado e as leituras realizadas pelos sujeitos sobre o momento presente, o que incorpora essas percepções em seus discursos e favorece a não racionalização do processo.

Por fim, para entender em detalhes a complexidade das relações originadas no espaço de organização, criação e manutenção do STR, bem como os interesses comuns e também os afastamentos dos sujeitos que o integram — responsáveis por definir a entidade e imprimir-lhe determinada identidade —, é adequado tecer as análises focando mais de perto nas características da construção do STR de São

Lourenço do Sul. Em vista disso, é necessária a abordagem de alguns aspectos que caracterizam e orientam a utilização da abordagem micro-histórica pela historiografia.

De acordo com Jacques Revel (1998), a micro-história ocupa um lugar notório nos debates epistemológicos entre os historiadores. Seu surgimento remonta à década de 1970, marcada por um novo desenvolvimento da História Social italiana, cenário que suscitou reflexões entre os historiadores sociais sobre temas que marcariam essa abordagem. O surgimento da micro-história deu-se como uma crítica às generalizações simplistas e imóveis, características do estrutural-funcionalismo, e à política dos automatismos sociais das leituras e conceituações sociológicas, estando associada a uma reação às ações da História Social da época, propondo a reformulação de concepções, exigências e procedimentos. Enquanto na História Social anterior predominava a inscrição em um espaço macro, com monografias construídas a partir de um questionário geral que excluía a representatividade de cada amostra em relação ao conjunto, a micro-história apresenta intenções e procedimentos profundamente diferentes (Levi, 2020; Revel, 1998).

Ao definir a micro-história, Giovanni Levi (2020) afirma que ela se debruça sobre os questionamentos do funcionamento da racionalidade humana, responsáveis por governar os comportamentos, contribuindo assim para a criação e crítica das ciências humanas em geral. A micro-história preconiza a História como ciência de perguntas gerais e respostas locais. Em outras palavras, ao estudar um caso, lugar, documento ou acontecimento, a partir da mudança de escala, busca-se levantar questões gerais que permitam um amplo leque de respostas, evitando generalizações.

A escolha de determinada escala de observação implica a produção de distintos conhecimentos. Os efeitos dessa variação não se restringem ao aumento ou diminuição da visualização do objeto; incluem mudanças na sua forma e trama, sendo o princípio da variação o fator determinante. Revel (1998, p. 20) exemplifica “mudar as escalas de representação em cartografia não consiste apenas em representar uma realidade constante em tamanho maior ou menor, e sim em transformar o conteúdo da representação (ou seja, a escolha daquilo que é representável)”.

No que tange aos efeitos de conhecimento associados à passagem para uma escala micro-analítica, Revel (1998) destaca a contribuição de Carlo Ginzburg e Carlo Poni com o texto “O nome e o como” (1989), que impulsionou a construção de uma

nova modalidade de História Social, atenta aos indivíduos em suas relações com outros indivíduos, acompanhando “o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve” (Revel, 1998, p. 21).

Nesse sentido, o encolhimento do campo de observação é imprescindível para o historiador que deseja perceber a complexidade de determinado grupo, como é o caso desta pesquisa. Para isso, não basta a retomada da linguagem de seus atores; é importante levar em consideração os aspectos mais diversificados da experiência social, o reconhecimento das identidades sociais plurais e plásticas construídas, que operam em meio a uma rede de relações (concorrência, solidariedade, aliança, etc.). É isso que a abordagem micro-histórica se propõe: “enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis”. (Revel, 1998, p. 23). Para os micro-historiadores, trata-se de um princípio epistemológico, pois é partindo dos comportamentos individuais que eles procuram reconstruir as modalidades de agregação/desagregação social (Revel, 1998).

Um exemplo interessante está na obra "Herança Imaterial" (1985), de Giovanni Levi. Conforme Revel (1998), ao estudar o processo de construção do Estado absolutista sob a ótica do "chão", com base na pesquisa sobre a comunidade rural de Santena, na região do Piemonte, no fim do século XVII, Levi (1985) evidencia que, ao mudar a escala de observação, as realidades que aparecem podem ser muito distintas. Nesse cenário, evidenciam-se múltiplos personagens que tanto mediam, regulam e limitam, como também abonam a construção do Estado. Indivíduos que trabalham sob a lógica do poder central, mas também em detrimento dos interesses locais e, sobretudo, dos seus próprios. Em conformidade, Lima (2012, p. 217) destaca o texto de Levi (1985) como a referência mais bem acabada do programa de pesquisa que originou a microanálise, pontuando que a manobra do autor, além de centralizar em sua pesquisa uma comunidade camponesa aparentemente qualquer, com o intuito de investigar os mecanismos de destruição do sistema feudal, detém-se sobretudo na capacidade de invenção e protagonismo dessa comunidade diante de forças externas aparentemente inescapáveis. A proposta de análise de Levi (1985) é marcada pela atenção dispensada

As “estratégias” de indivíduos e grupos, seu uso consciente (ainda que limitado) dos recursos materiais e imateriais, sua capacidade de agir nos interstícios e discontinuidades dos sistemas normativos e das estruturas

sociais. Realidades contraditórias que eram lidas como o verdadeiro lugar onde se poderia capturar de modo mais realista a dinâmica da mudança social (Lima, 2018, p. 217).

Conquanto, é importante frisar que a pesquisa através da micro-história não necessariamente se apropria de um objeto de estudo pequeno, mas sim de uma escala reduzida e da sua alternância na análise desse objeto. Nessa perspectiva, Angelo Torre (2018) assegura que é comum perceber a polarização local/global como análoga a micro/macro, o que é um equívoco, dado que a opção por um estudo de perspectiva micro-analítica não se refere a um objeto diminuto, mas sim à redução da escala de observação. “Lo local y lo micro no son “pequeños”, “se ven de cerca”, así como lo global y lo macro “se ven de lejos”. Por supuesto, no tienen un espacio intrínseco, sino el que se define según la perspectiva de observación” (Torre, 2018, p. 39). No caso de São Lourenço do Sul, essa perspectiva de diferentes escalas é importante para perceber como aspectos locais se relacionam com articulações nacionais.

Em conformidade, Giovanni Levi (2018) também afirma ser um erro contrapor história global/micro-história, global/local, coletivo/individual, uma vez que o papel da micro-história é identificar relevâncias invisíveis a um observador distante ou a uma análise de ampla dimensão, por meio de um olhar microscópico. Portanto, é um erro reduzir a micro-história a uma história local, isolada do contexto.

Por conseguinte, a micro-história, por estudar um grupo circunscrito ou até mesmo um indivíduo, é considerada a mais esclarecedora “porque é a mais complexa e porque se inscreve no maior número de contextos diferentes” (Revel, 1998, p. 32). Mais do que a escolha e a delimitação, a alternância de escalas é o ponto fulcral na análise micro-histórica, cuja operação é capaz de destacar e explorar em detalhe aspectos fundamentais de um problema de pesquisa de qualquer dimensão (Lima, 2012). Isso indica a adequabilidade da referida abordagem ao objeto de estudo desta pesquisa, apresentando perguntas amplas sobre um grupo circunscrito de sujeitos analisados de perto, mas passíveis de serem inseridos em um contexto mais amplo. Ou seja, trata-se de entender que os sindicalistas rurais de São Lourenço do Sul não constituem um grupo isolado, mas representam uma fração da sociedade brasileira com determinadas percepções e agências durante o período ditatorial. Em outras palavras, a proposta é problematizar os sujeitos estudados e inseri-los em distintos

contextos e relações sociais, percebendo as semelhanças e as diferenças que os acompanham (Karsburg, 2015).

Frente à discussão exposta, em que todos os conceitos abordados permitem refletir sobre o multifacetado contexto sindical e político de São Lourenço do Sul durante o período da Ditadura Civil-Militar, busca-se compreender a referida entidade como um movimento social peculiar quando comparado a outras formas de organização social no campo, que, apesar de local, é passível de inserção em um contexto mais amplo. Ademais, encontra-se a ideia de que o modelo de sindicalismo que se instituiu em São Lourenço do Sul tem raízes profundas, que perpassam o contexto de criação da FAG e o ambiente de combate ao comunismo e às organizações de esquerda que repercutiram na época. O município, já manifestava a prática do associativismo e do cooperativismo anteriormente, por meio de outras entidades voltadas tanto para questões agrícolas quanto culturais, como a Liga dos Colonos, a União Cultural e Agrícola de São Lourenço do Sul (UCA) e a Cooperativa Agrícola Mista Ltda., entre outras, atravessadas por relações conservadoras no que se refere à manutenção de práticas comunitárias, preceitos religiosos, linguísticos e sociais, que independiam de qualquer ação governamental, uma discussão que será melhor abordada no segundo capítulo desta dissertação.

Entretanto, esta não foi uma característica exclusiva de São Lourenço do Sul. Segundo Schallenberger (2005), o associativismo que emergiu na região Sul do Brasil tinha como premissa fundamental a manutenção de um elo de coesão social que permitisse a constituição de espaços públicos de comunhão, recriação de práticas culturais, proteção e assistência para indivíduos com identificações comuns. Essa foi a razão pela qual as associações com fins culturais e sociais suplantaram as de fins econômicos e políticos. Na visão das lideranças católicas do Rio Grande do Sul no começo do século XX, o problema econômico era, fundamentalmente, uma questão de mercado, que requeria maior organização da produção agrícola e a inserção do agricultor em um universo de produção articulado com práticas de cooperação e poupança, superando a simples subsistência. Para atingir esse objetivo, era necessária a formação de uma identidade comum que promovesse a articulação comunitária e local, com base em elementos étnicos e religiosos.

Nesse sentido, é adequado inferir que os fatores acima expostos foram responsáveis por imprimir na comunidade rural de São Lourenço do Sul — também

preponderantemente formada por pequenos proprietários rurais — uma cultura associativista, conservadora e religiosa que reverberaria em um sindicalismo menos combativo quando comparado ao de algumas cidades próximas, como Pelotas, Rio Grande e Camaquã, típico das zonas de colonização germânica do Rio Grande do Sul.

Em suma, apesar de estarem em uma posição precária semelhante e pleitearem direitos muito parecidos, os trabalhadores de São Lourenço do Sul não se identificavam com grupos cujas mudanças desejadas eram de fato radicais, como o MASTER. A postura estratégica de negociação, o caráter das mobilizações, a estrutura de saberes considerada fundamental e o sentido de articulação por direitos eram diferentes, muito pautados nas relações pessoais e na perspectiva de luta, mas sem ultrapassar certos limites vinculados à tradição cultural germânica local, já enraizada no município. Por isso, torna-se evidente a necessidade de compreender a entidade e o grupo pesquisado através de uma perspectiva de longa duração, referenciando práticas, comportamentos e regras pré-concebidas, vinculados a esse sentimento de germanidade que o sindicato também incorpora, como no caso da emergência de lideranças já conhecidas na comunidade, dentro da dinâmica de poder do sindicato.

Nessa lógica, há outro elemento a ser salientado, referente à nomenclatura que designa o grupo de sujeitos pesquisados. Trata-se da identidade social expressa pela categoria "colono", utilizada para se referir ao agricultor de origem europeia, ao pequeno proprietário rural que não emprega mão de obra assalariada de modo permanente. Portanto, são também características da categoria o trabalho familiar, a posse de terras que permite a atividade de cultivo, a policultura com criação voltada para o consumo doméstico, além da participação em atividades solidárias. O "colono" distingue-se da categoria "fazendeiro", que faz uso da mão de obra assalariada e possui uma extensiva área de terras, muito superior ao tamanho de uma colônia, assim como do trabalhador assalariado brasileiro que não descende de europeus, genericamente denominados como "caboclos" (Seyferth, 1993).

Conforme Giralda Seyferth (1993), a referida categoria possui um duplo significado

Aparece como indicativa, em algum grau, de uma condição camponesa e, neste caso, são os valores camponeses que presidem sua definição; ao

mesmo tempo possui um conteúdo étnico irreduzível, que pressupõe uma distinção cultural e, em certa medida, também racial, em relação àqueles brasileiros denominados caboclos (Seyferth, 1993, p. 38).

Ao mesmo tempo que os caboclos são apresentados como preguiçosos natos, incapazes de se tornarem colonos, a capacidade de trabalho do colono de origem europeia, sobretudo alemã, é considerada inata, especialmente em relação ao cuidado com as plantações e os animais, uma vez que “cuidar da terra” (no sentido de torná-la produtiva) é uma expressão que distingue o “bom colono” dos demais” (Seyferth, 1993, p. 44), enquanto a falta de cuidado desqualifica o colono, que, assumindo uma conotação étnica, pode ser transformado em caboclo. Nesse sentido, nas representações do pioneirismo, muito associado às áreas de colonização, as virtudes camponesas são geralmente equiparadas a virtudes étnicas, como a capacidade de trabalho, de transformar a floresta em colônia e de organizar casas, plantações, estradas, escolas, capelas e associações, sem o auxílio do Estado Brasileiro, características consideradas as principais dos colonos.

Colonizar significa civilizar – os “imigrantes pioneiros”, principalmente os alemães (dada a sua precedência sobre os demais), são apresentados como trabalhadores mais capazes e superiores do que os bugres, caboclos e brasileiros em geral” (Seyferth, 1993, p. 47).

Justifica-se, então, o fato de que, ao se deparar com as fontes, a questão da nomenclatura da entidade se apresenta como um desafio. Apesar de o sindicato se denominar “dos Trabalhadores Rurais”, a condição de pequeno produtor, agricultor e, sobretudo, colono era mais usual, denotando uma menor identificação com a condição de trabalhador do campo ou camponês. Essa atribuição era majoritariamente associada àqueles que comungavam com o posicionamento do MASTER, o qual era interpretado de forma pejorativa, especialmente em relação ao tipo de reforma agrária que reivindicava. Além disso, o termo “trabalhador do campo” era frequentemente associado àqueles de origem não germânica, outrora referidos como caboclos, e por muito tempo considerados uma categoria de trabalhadores inferiores, segundo o imaginário teuto-brasileiro.

Contudo, a terra também estava entre as demandas desses sujeitos, que almejavam obtê-la de maneira mais “honrada e ordeira”, dentro dos padrões comportamentais aceitos pelo grupo na época. Todavia, embora essa tenha sido a conduta adotada pela grande maioria dos sindicalizados no período em foco, isso não exclui a possibilidade de haver, no município, trabalhadores do campo com

convicções diferentes, outras leituras de mundo ou vínculos com outras frentes de representação. Pelo contrário, relatos informais de entrevistas orais indicam a tentativa de fundação de um sindicato anterior ao Golpe de 1964, possivelmente vinculado a membros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ao líder Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul entre 1959 e 1963, que se destacou por suas políticas sociais, incluindo legislações voltadas à reforma agrária no estado.

É incontestável a valorização das Ligas Camponesas, da ULTAB, do MASTER, de líderes como Brizola e de outros coletivos semelhantes espalhados pelo país, amplamente reconhecidos por seus esforços em prol do campesinato nas décadas de 1950 e 1960. Esses grupos, mais combativos, ostensivos e de militância aguerrida, muito contribuíram para que determinados direitos fossem reconhecidos aos trabalhadores rurais. Inclusive durante os anos de chumbo, em que, frente a toda perseguição, violência e aos aparelhos de repressão criados pelo Estado, esses grupos encontraram formas inteligentes e sutis de resistir ao autoritarismo imposto. Mais tarde, durante a abertura política da década de 1980, seguiram conquistando direitos e inserindo o campesinato na cena pública, merecendo, por isso, toda a atenção acadêmica e os bons e variados trabalhos já lançados sobre eles.

Entretanto, esses estudos estão longe de esgotar os problemas e as perspectivas da temática em questão. É preciso reconhecer a atuação de outros agentes que, embora tivessem lutas mais moderadas e estivessem organizados em entidades diferenciadas, formadas por trabalhadores rurais que não se identificavam com o sindicalismo rural mais radical já existente nem se enquadravam nas associações que representavam os grandes proprietários e produtores rurais, também pleiteavam reivindicações, demandas e interesses para a classe trabalhadora rural, ajustados ao espaço, às circunstâncias e à visão que tinham do contexto. Esses grupos também têm muito a contribuir para a historiografia.

Como inspiração, destaca-se a reflexão trazida pelo historiador Edward Palmer Thompson (1987) em seu estudo sobre a classe operária inglesa dos séculos XVIII e XIX. Thompson se manifestou contrário à negligência da historiografia em relação a grupos e sujeitos considerados "causas perdidas" por suas aspirações não anteciparem a evolução posterior, defendendo, assim, o irrefutável direito de todos os grupos humanos serem objeto de estudo da História.

Apenas os vitoriosos (no sentido daquelas cujas aspirações anteciparam a evolução posterior) são lembrados. Os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos. Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser condenados em vida, vítimas acidentais. Não deveríamos ter como único critério de julgamento o fato de as ações de um homem se justificarem, ou não, à luz da evolução posterior. Afinal de contas, nós mesmos não estamos no final da evolução social (Thompson, 1987, p. 15).

Por essa razão, dada a configuração distinta de São Lourenço do Sul — município de colonização germânica, com grande área de agricultura familiar, marcado pela cultura do associativismo e pela postura conservadora presente em sua tessitura social, baseada na preservação de valores trazidos pelos antepassados da pátria de origem, como a língua e os costumes —, e diante da inexistência de trabalhos acadêmicos que contemplem a problemática aqui referida, definiu-se a seguinte indagação norteadora desta dissertação: Quais os aspectos e motivações responsáveis por orientar a organização, criação e manutenção de um Sindicato de Trabalhadores Rurais no município de São Lourenço do Sul durante a Ditadura Civil-Militar (1966-1985)? De que modo os trabalhadores membros da entidade compreendem e se relacionam com o regime ditatorial em vigor em relação às suas demandas e reivindicações? E quais as razões que propiciaram o crescimento de um movimento sindicalista de caráter conservador naquela comunidade?

Explanando, pretende-se compreender a relação da então conjuntura política com o processo de oficialização do referido sindicato, sobretudo por sua emergência em um momento bastante conturbado, apenas dois anos após o Golpe de 1964. Além disso, planeja-se entender como as reivindicações e conquistas sindicais se apresentaram nesse momento de cerceamento e intervenção estatal, como os membros do sindicato percebiam o contexto interno e externo da própria entidade na qual estavam inseridos, quais acordos e vínculos foram pactuados para a obtenção de demandas, quais forças e figuras políticas locais ou emergentes na própria entidade atuaram na ocorrência dessas negociações, como as organizações que congregavam os trabalhadores rurais a nível estadual e nacional se inseriram, se posicionaram e atuaram nesse cenário em relação ao STR de São Lourenço do Sul,

e qual o caráter das relações estabelecidas com outras entidades de representação rural no município, como o Sindicato Rural.

No âmbito metodológico, o trabalho privilegia o uso de uma metodologia mista, contando igualmente com fontes documentais, cuja exploração priorizará uma análise qualitativa do seu conteúdo e características, e com a História Oral, visando assim obter a melhor compreensão possível da organização e das relações construídas pelos trabalhadores do sindicato durante o governo militar vigente, visto que compete ao historiador “satisfazer a necessidade de estabelecer ou reestabelecer verdades históricas com base em fontes de informação tão diversas quanto possível” (Rousso, 2006, p. 97).

Por conseguinte, parte das fontes de pesquisa utilizadas consiste nas entrevistas realizadas com antigos membros do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, entre os anos de 1966 e 1985. São eles três depoentes: o senhor Ronald Spiering, figura de articulação no processo de criação do STR e ex-secretário; o senhor Balbino Schneid, membro fundador e ex-presidente; e o senhor Hélio Bartz, membro fundador e primeiro candidato à presidência da entidade a lançar uma chapa de oposição⁷.

O critério de escolha dos depoentes não pôde ser muito rígido, dado que boa parte dos associados e da equipe diretiva do período já faleceu. No entanto, procurou-se selecionar pessoas com diferentes atuações dentro do sindicato no período. No que concerne ao tipo e formato das perguntas, trabalha-se com a história temática, focando na organização trabalhista rural no município durante toda a ditadura. Para a entrevista com cada depoente, foram formuladas questões mais amplas e abertas, objetivando que o narrador expressasse o que considerava mais importante em sua vida no período, bem como perguntas mais direcionadas e focadas em determinados assuntos, almejando extrair maiores detalhes sobre a forma de organização e atuação do sindicato.

No que se refere às fontes físicas, foram utilizadas atas e registros de atividade do sindicato, desde a emissão da Carta Sindical e a realização da primeira assembleia, até o ano de 1985, quando ocorre o fim da Ditadura Civil-Militar e a

⁷ Foi autorizada por todos os entrevistados a gravação de seus relatos, bem como a utilização de seus nomes e sobrenomes nesta dissertação, conforme registrado nos próprios áudios em posse desta autora.

eleição do primeiro governo civil; também foram utilizadas as pastas de fichas ativas e inativas dos primeiros membros da entidade (1967-1970), documentação que se encontra disponível na própria sede do STR de São Lourenço do Sul, acessada facilmente por esta pesquisadora. As informações analisadas estão divididas entre três livros de atas: dois com o registro das reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas com todos os membros da entidade, e um com as reuniões privadas, nas quais se reuniam apenas os membros da diretoria e convidados, além de seis pastas de arquivo compostas por fichas de membros ativos e inativos da entidade. Foram ainda analisadas matérias, avisos e reportagens veiculadas sobre o sindicalismo rural do município de São Lourenço do Sul, nos jornais *Voz do Sul* (1959-1962) e *O Lourenciano* (1973-1985), cujos exemplares estão disponíveis na Biblioteca Pública Municipal Elida Frömming Schild, São Lourenço do Sul/RS.

A partir dessas fontes históricas, esta dissertação busca retirar os sujeitos pesquisados da condescendência do passado, reconhecê-los como agentes de sua própria história e dinamizar a organização do grupo, inserindo-o no contexto daquela época. Embora, boa parte deles nutrisse maior simpatia pelo governo situacional em detrimento da oposição, a questão é muito mais complexa do que se infere à primeira vista. Isso corrobora a justificativa desta pesquisa em buscar reconstruir a trajetória desse grupo, o que não tem sido fácil, especialmente no que se refere à reconstrução da memória, visto que muitas informações têm sido lidas nas entrelinhas. Além disso, esta é a primeira aproximação historiográfica desta autora ao objeto enfocado, que desconhece a existência de outra pesquisa acadêmica que tenha abordado o grupo em questão.

Frente aos objetivos traçados, a presente dissertação divide-se em três capítulos, organizados de maneira a iniciar por uma conjuntura mais ampla e finalizar com o objeto e períodos enfocados, de modo a proporcionar uma melhor compreensão.

O primeiro capítulo, com foco na historiografia sobre a temática, constrói uma reflexão sobre o processo de sindicalização do campo no Brasil até os primeiros anos da Ditadura Civil-Militar, analisando, em especial, como o referido contexto dialoga com o município de São Lourenço do Sul. Além disso, o objetivo é apresentar e discutir as primeiras legislações regulamentadas no país referentes à organização do campo, os impasses e conflitos em relação à sindicalização rural, os principais movimentos

de luta, suas lideranças e respectivas reivindicações, com ênfase nas Ligas Camponesas, no Partido Comunista Brasileiro, na União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), no Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e no governo de Leonel Brizola, bem como na atuação da Igreja Católica e da Frente Agrária Gaúcha, na temática da Reforma Agrária, no governo de João Goulart e nas consequências imediatas do Golpe de 1964 para o campo.

O segundo capítulo explora a trajetória de constituição da comunidade de São Lourenço do Sul, que deu origem ao Sindicato de Trabalhadores Rurais daquele município. Inicialmente, aborda o processo de formação da colônia agrícola de alemães e pomeranos, buscando entender como as vivências desses sujeitos contribuíram para a formação da comunidade e suas respectivas características, sobretudo no que se refere às inúmeras dificuldades cotidianas, aliadas à negligência dos órgãos públicos, e à preservação de um forte sentimento de pertença germânica. Apesar das ocasionais distinções religiosas, sociais e de origem, esse sentimento conferia unidade e certo conservadorismo ao grupo. O segundo momento concentra-se em explorar o processo de formação do grupo que, após 1966, fundou efetivamente o primeiro sindicato de representação dos trabalhadores do campo em São Lourenço do Sul. Busca-se inicialmente verificar a participação desse grupo em entidades, associações e cooperativas anteriores, de modo a confirmar a prevalência do associativismo voltado ao atendimento de interesses naquela comunidade. Por fim, pretende-se compreender a movimentação em torno da efetiva fundação do sindicato, os sujeitos envolvidos no processo, suas inclinações e interesses, os procedimentos necessários, bem como a presença de um grupo paralelo e a tentativa de fundar um sindicato de trabalhadores rurais antes de 1964.

Por fim, o terceiro capítulo dedica-se à exposição, análise e reflexão das fontes históricas trabalhadas, focando nos modos e mecanismos de ação, nas leituras de mundo e nas relações construídas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul e seu corpo de associados. Procura-se entender como as reivindicações e conquistas sindicais se apresentam nesse momento de cerceamento e intervenção estatal característico da Ditadura Civil-Militar, como os membros do sindicato percebiam o contexto interno e externo da entidade na qual estavam inseridos, quais as motivações que levavam os trabalhadores a se associarem, quais acordos e vínculos foram firmados para a obtenção dessas demandas, quais forças e

figuras políticas locais ou emergentes na própria entidade atuaram nessas negociações, e qual o caráter das relações estabelecidas com outras entidades de representação, como o Sindicato Rural, responsável pela representação do patronato agrário no município.

2 Revisando a bibliografia: a trajetória de constituição do sindicalismo no campo até os primeiros anos da Ditadura Civil-Militar no Brasil

Neste momento da dissertação, busca-se refletir sobre o processo de sindicalização do campo no Brasil até os primeiros anos da Ditadura Civil-Militar, de modo a contextualizar o objeto desta pesquisa. O foco está em analisar como esse contexto histórico influenciou, de uma forma ou de outra, ou até mesmo foi rejeitado pelos agricultores de São Lourenço do Sul, que formaram o Sindicato de Trabalhadores do município. Há a necessidade de observar como se deu a constituição de alguns elementos a serem discutidos, dentre eles a estigmatização da sindicalização no campo, a relação dos trabalhadores com os sindicatos, bem como a definição de quem eram os trabalhadores rurais.

Conforme já abordado, a história do sindicalismo no Brasil é complexa, extensa e muitas vezes questionada e estigmatizada por diversos segmentos sociais, como é o caso da elite patronal agrária. O sindicalismo é um componente importante da História do Tempo Presente e um espaço de embate de perspectivas políticas, formado por diversos grupos e sujeitos que, ao longo dos anos, foram inserindo suas demandas e conquistando seu espaço público⁸. No que se refere ao sindicalismo rural, sua consolidação é mais tardia em comparação com o setor urbano, ocorrendo somente na década de 1960. No entanto, isso não significa a inexistência de mobilizações anteriores, inclusive antes do século XX, com registros de inúmeros movimentos de luta e organização daqueles que dedicavam seus dias ao trabalho na terra⁹. Comportando inclusive oposições e disputas de interesse, sobretudo no que diz respeito à elite patronal e à classe trabalhadora — que, conforme o entendimento desta autora, inclui também os pequenos proprietários rurais de São Lourenço do Sul —, trajetória essa fundamental para o entendimento do objeto pesquisado.

Por isso, pretende-se apresentar e discutir as primeiras legislações regulamentadas no país em relação à organização do campo, os impasses e conflitos

⁸ Neste capítulo, optou-se por abordar de forma mais incisiva a organização dos trabalhadores no Brasil a partir do século XX, em especial a partir da década de 1930, uma vez que sua contextualização se mostra fundamental para compreender a conjuntura na qual emerge o objeto estudado. Todavia, não se ignora a existência de movimentos de organização dos trabalhadores urbanos e rurais anteriores a esse período.

⁹ São exemplos célebres de mobilizações rurais anteriores: Guerra de Canudos-BA e Guerra do Contestado -PR/SC, ambas ocorridas durante a República Velha (1889-1930), bem como a Balaiada-MA, durante o Período Regencial (1831-1840).

relacionados à sindicalização rural, os principais movimentos de luta, suas lideranças e respectivas reivindicações, com ênfase nas Ligas Camponesas, no Partido Comunista Brasileiro e na União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), no Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e no governo de Leonel Brizola, bem como a atuação da Igreja Católica e da Frente Agrária Gaúcha, a temática da Reforma Agrária, o governo de João Goulart e as consequências imediatas do Golpe de 1964 para o campo.

2.1 O início da movimentação sindical rural no Brasil

É impossível negar que a aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, durante o regime ditatorial do Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas, se refere a um dos maiores marcos da história do sindicalismo no Brasil. Essa legislação, além de assegurar o cumprimento de diversos direitos trabalhistas, foi responsável por sistematizar uma série de normas sobre a organização dos sindicatos urbanos, que passaram a ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e, conforme apresenta Carolina Ramos (2010), ficaram incumbidos de representar legalmente os interesses de suas respectivas categorias profissionais. Todavia, sua abrangência foi limitada, pois excluía completamente os trabalhadores rurais, ocasionando, por consequência, entraves legais para a formação de sindicatos oficiais no campo, uma vez que estes não eram considerados uma categoria profissional na época (Martins, 1981; Ramos, 2010).

Embora a primeira legislação voltada à sindicalização rural no Brasil tenha sido criada no início do século XX, ela era dirigida especificamente a segmentos patronais marginalizados na produção cafeeira, conferindo às suas associações a função de intermediárias de crédito e mediadoras do processo de compra e venda de produtos. Enquanto isso, na região Centro-Sul do país, emergia um debate sobre um sindicalismo cooperativista, sem considerar a demanda pela sindicalização dos trabalhadores, para que pudessem negociar com seus patrões, conforme visualizado na tradição sindical europeia do século XIX e no cenário que se desenhava nos meios urbanos brasileiros (Medeiros, 1995).

De acordo com Palmeira (1998), muito antes de se preocupar com a organização do campesinato, os grandes proprietários de terra já buscavam formas de criar organismos próprios, mas esbarravam nas dificuldades de unir proprietários

de todo o país em uma mesma entidade. Tanto que, no começo do século XX, foram criadas duas organizações: a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), fundada em São Paulo nos primórdios da república, e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), fundada no Rio de Janeiro em 1919. Eram grandes entidades de representação patronal constituídas à margem da legislação sindical vigente, que, embora representassem segmentos e interesses distintos, tinham como propósito a agregação dos proprietários pertencentes à elite agrária. No entanto, essas entidades travavam disputas pela representação efetiva e nacional da classe dominante agrária (Medeiros, 1995; Mendonça, 2004).

Entre os anos de 1930 e 1945, juntamente com a consolidação da CLT, ganhou força no governo federal uma discussão sobre os direitos dos trabalhadores do campo, sobre o papel que ocupavam na constituição nacional e sobre as formas mais adequadas de organização. Paralelamente, aconteceram campanhas destinadas ao registro das cooperativas agrícolas já existentes e à apresentação de propostas de consórcio cooperativo entre empregados e empregadores (Medeiros, 1995).

Em 1941, com base em um anteprojeto do Serviço de Economia Rural, órgão subordinado ao Ministério da Agricultura, foi criada uma comissão interministerial para estudar o enquadramento da agricultura na organização sindical. Um dos pontos mais debatidos pela comissão foi o tipo de sindicato mais adequado para a agricultura: uma entidade mista que agregasse patrões e operários (proposta defendida pelo próprio Ministério da Agricultura e pela SNA) ou organizações distintas que separassem as duas categorias. Em 1944, um decreto (DL 7038/44) assegurou a representação paralela de empregadores e empregados rurais, institucionalizando a ampla concepção da existência de uma classe rural unida por interesses comuns (Medeiros, 1995).

É importante salientar que uma das principais diferenças entre as organizações rurais e os sindicatos urbanos era que, enquanto os últimos estavam submetidos à tutela do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, as primeiras subordinavam-se ao Ministério da Agricultura, sinalizando o entendimento distinto que o Estado tinha em relação ao trabalho rural (Medeiros, 1995).

A partir dos anos 1950, a formação de associações rurais ganhou impulso, sobretudo em estados como São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul,

muito devido à criação da Confederação Rural Brasileira (CRB), em 1954, e à mobilização em torno de reivindicações que buscavam agregar parte do público disputado pelas associações de lavradores. Na mesma época, a preocupação com a obtenção de cartas sindicais e com a organização de assalariados rurais em espaços legais tornou-se mais sistemática. Todavia, o estímulo à criação de sindicatos rurais enfrentava significativos obstáculos, pois o reconhecimento sindical dependia da decisão do Ministério do Trabalho, tornando a questão eminentemente política e sujeita a pressões sobre a máquina do Estado. Na visão dos grandes proprietários de terra, a organização dos trabalhadores era vista como uma ameaça, pois uma nova força intimidava as tradicionais relações de poder e dominação prevalentes, confrontando a tese defendida pelo patronato de que existia uma unidade de interesses agrários (Medeiros, 1995).

Cabe ressaltar que, entre os anos 1940 e 1980, houve uma inversão nos percentuais de residência da população brasileira: a população rural caiu de 70% para 30%, enquanto a população urbana aumentou de 30% para 70%. Esse crescimento, no entanto, não foi completamente linear, havendo registros de retorno ao campo em razão do aumento da oferta de empregos em regiões com multiplicação de minifúndios¹⁰. Todavia, houve também uma acentuada diminuição no número de empregados permanentes e das relações de parceria, caracterizadas pela residência do trabalhador na propriedade em que trabalha, caindo de 40% para 13% no período, enquanto o número de trabalhadores temporários teve uma leve elevação (Palmeira, 1998).

Em parte, a diminuição da população rural nesses 40 anos está associada à falta de alternativas para as novas gerações, especialmente na região enfocada nesta pesquisa, o Sul do país, onde o latifúndio, presente também em São Lourenço do Sul, limita as possibilidades de fixação em pequenas propriedades e de migração para outras regiões, além de elevar os registros de dívidas junto aos bancos, inviabilizando os mais vulneráveis de competir no cenário que se desenhava. Isso se deve também ao baixo controle de mercado assegurado pelas modernas cooperativas emergentes (Palmeira, 1998).

¹⁰ Estabelecimentos rurais com áreas de até 10 hectares (Palmeira, 1998).

No entanto, segundo Palmeira (1998), a expropriação não necessariamente resulta em proletarização; pode acarretar na formação de um proletariado, mas por si só não o produz. Dessa forma, a expulsão dos trabalhadores das grandes propriedades não impediu o crescimento dos pequenos produtores, elevando, mais do que qualquer outra categoria, em mais de 20% o número de trabalhadores em sistema familiar.

Diante da crise enfrentada por esses grupos, entre as décadas de 1950 e 1960, novas formas de conflito social emergiram no cenário político nacional, trazendo à tona as lutas do campo, travadas por trabalhadores agrícolas, pequenos produtores que exercem atividades rurais em regime individual ou familiar; lavradores — aqueles que realizam o trabalho de preparação e cultivo com ou sem posse da terra — e camponeses, em sua maioria empregados rurais, em oposição ao patronato rural e aos grandes latifundiários. Esses grupos inicialmente se organizaram por meio de associações, uniões, ligas e sindicatos, voltados a reivindicar um conjunto de demandas qualificadas como direitos (Medeiros, 1995).

O surgimento dessas organizações foi responsável por conferir legitimidade às forças sociais que despontavam frente ao Estado, atribuindo um novo perfil ao antigo embate entre trabalhadores do campo e patrões, consolidando uma disputa por direitos e o reordenamento dos lugares sociais ocupados por essas diferentes frações. Isso permitiu aos trabalhadores um enfrentamento direto com o Estado, para que pudessem pleitear melhorias nas precárias condições de trabalho que enfrentavam — direitos já assegurados aos trabalhadores urbanos há cerca de duas décadas. Além disso, possibilitou a reivindicação pela democratização do acesso à terra, frente à existência de uma estrutura fundiária extremamente desigual no país, por políticas de preço em relação aos produtos comercializados por pequenos produtores rurais e pelo direito de organização sindical, fator que concretizaria o reconhecimento do campesinato na esfera política nacional (Medeiros, 1995).

Esses movimentos de organização e representação do campesinato rural assumiram o papel de mediação e direção política no campo, no que diz respeito à luta por direitos junto ao Estado. Esses direitos, por muito tempo, foram vistos apenas como extensões dos direitos do patronato rural, como concessões privadas e não como uma questão pública estatal. A patronagem dos grandes proprietários de terra deixou de ser o único elo de articulação dos camponeses com o Estado e a sociedade,

abrindo espaço para a entrada de organizações que não faziam parte do antigo sistema de dominação (Medeiros, 1995; Palmeira, 1998).

Nesse cenário de contestação e conflitos rurais, de acordo com Nora (2002) e Ramos (2010), destacam-se quatro frentes de organização dos trabalhadores: as Ligas Camponesas, surgidas na região Nordeste do país; o Partido Comunista Brasileiro (PCB), de difusão nacional, cuja atuação se deu por meio da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB); o Movimento dos Agricultores Sem Terra e a atuação política de Leonel Brizola no estado do Rio Grande do Sul; e a Igreja Católica, que se diferenciava especialmente por seu caráter conservador e seu massivo combate às ideias comunistas. Em São Lourenço do Sul, como será abordado ao longo deste trabalho, prevaleceram dois grupos: o primeiro, de caráter brizolista, conduzido por importantes líderes do PTB no município, atuante sobretudo antes do Golpe de 1964; e o segundo, de viés cristão, associado à ideia de promoção de um sindicalismo sadio, ordeiro e de incentivo ao movimento cooperativista.

2.2 As Ligas Camponesas: organização e mobilização

Por muito tempo, o homem do campo foi rotulado como imaturo e incapaz de manter uma organização sindical nos moldes urbanos, uma estigmatização formulada pelo conservadorismo do mundo rural. Essa ideia foi confrontada pela reivindicação do campesinato brasileiro pelo direito de sindicalizar-se, com destaque para a atuação das Ligas Camponesas, surgidas na década de 1950 na Região Nordeste do país, especialmente nos estados de Pernambuco e Paraíba. Esse ambiente era caracterizado pelo trabalho mal pago e em condições degradantes na colheita da cana-de-açúcar, além do alto valor cobrado nas lavouras de subsistência, cujos trabalhadores sofriam com frequentes expulsões em razão da expansão dos canaviais (Alves, 2010; Medeiros, 1995; Novaes, 1997; Ramos, 2010).

A adesão do advogado Francisco Julião à liderança do movimento permitiu sua rápida expansão, mediante fortes ações legalistas voltadas a proteger judicialmente arrendatários ameaçados de expulsão pelos antigos senhores de engenho. O objetivo das Ligas era congregar arrendatários, parceiros, posseiros e pequenos produtores, criando associações como uma forma de contornar as dificuldades legais impostas à sindicalização rural. Buscavam também a conquista da cidadania e inclusão política de acordo com a lei do país, bem como acesso à assistência social, direitos

trabalhistas e previdenciários, pautas que continuariam a prevalecer mesmo após 1964 (Alves, 2010; Medeiros, 1995; Novaes, 1997; Ramos, 2010).

As Ligas Camponesas e demais setores da esquerda foram responsáveis por introduzir no vocabulário brasileiro os termos "camponês" e "campesinato", buscando sustentar as lutas dos trabalhadores da época. Essas nomenclaturas carregavam consigo uma visão natural das relações sociais no campo e do papel político reservado ao campesinato na revolução democrática burguesa (Novaes, 1997).

Baseando-se em acontecimentos europeus, o Partido Comunista trazia a concepção de que ao campesinato brasileiro cabia a função de destruir o latifúndio improdutivo, considerado um obstáculo ao desenvolvimento capitalista do país, um passo necessário para a concretização de uma revolução socialista. Ademais, ser camponês também significava diferenciar-se do passado e dos trabalhadores subservientes, em oposição às normas e regras vigentes no interior dos latifúndios. O latifúndio, ao qual se opunham os camponeses do Nordeste, era praticamente um emblema mítico, pois "sintetizava um conjunto de normas, atitudes e comportamentos atualizados pelo conjunto dos proprietários rurais, respaldados pelo poder local." (Novaes, 1997, p. 51). Entretanto, essas terminologias também seriam utilizadas por outros grupos que não necessariamente concordavam com a concepção supracitada, como as forças progressistas e desenvolvimentistas da sociedade, parte da Igreja Católica, proprietários de terra e empresários contrários às reivindicações camponesas.

As próprias associações de lavradores constituídas no Nordeste entre 1950 e 1960, inicialmente, não adotaram a designação de Ligas Camponesas, que, na época, era utilizada apenas pela imprensa e por antagonistas políticos com a intenção de denotar uma conexão ilegal com o Partido Comunista. Anos depois, a proibição do uso do termo "camponês" e sua substituição por outras nomenclaturas (rurícola, trabalhador rural, agricultor de baixa renda, etc.) durante a Ditadura Civil Militar explicitou a conotação política que lhe era atribuída (Novaes, 1997).

Apesar disso, foi por meio da organização de associações de trabalhadores agrícolas na região Nordeste e das ideias políticas disseminadas pelas Ligas que os termos "camponês" e "campesinato" ganharam existência social, favorecendo a unificação regional, estadual e federal da categoria. Tanto é que a luta liderada pelas

Ligas no início da década de 1950, na cidade de Vitória de Santo Antão (PE), na qual arrendatários brigavam pela permanência na terra e tentavam expulsar foreiros do engenho Galileia, é até hoje considerada a mais significativa até a eclosão do Golpe Civil-Militar de 1964 (Alves, 2010; Medeiros, 1995; Novaes, 1997).

Na década de 1960, já amplamente reconhecidas em outros estados brasileiros, as Ligas empenharam-se em combater fortemente o latifúndio, em acabar com todas as formas de exploração no campo e em implementar um processo de distribuição de terras à população camponesa, sem necessariamente se identificarem como comunistas. Isso evidencia a capacidade de mobilização adquirida pelas Ligas, que deixaram sua marca ao longo da história como símbolo das lutas camponesas no Brasil, servindo de inspiração para outros grupos defensores de seus ideais. Sobretudo, sua relevância se deu pela capacidade de levar ao conhecimento da população dos grandes centros as lutas e reivindicações do campesinato brasileiro, em especial a defesa de um projeto de Reforma Agrária radical (Alves, 2010; Medeiros, 1995; Novaes, 1997).

2.3 A União dos Trabalhadores Agrícolas e a atuação comunista no campo

A partir dos anos 1950, o Partido Comunista Brasileiro também passou a intervir politicamente em diversos conflitos no campo. Um exemplo interessante é o apoio prestado às ocupações de terra patrocinadas pelo MASTER, no Rio Grande do Sul. Essa atuação ocorreu em grande parte por meio da imprensa comunista, considerada pela academia como fundamental no processo de visibilidade pública dos trabalhadores rurais, conferindo-lhes novas identidades em um momento de tensão política e social (Medeiros, 1995).

A imprensa comunista voltou-se para leitores sensíveis à causa, investindo na divulgação e expansão de determinadas ações e identificações, contribuindo significativamente para motivar e concretizar as lutas camponesas e problematizando a situação vivida pelos trabalhadores, de modo a transformá-la em um problema que requer intervenção e solução. Uma das atividades que mais se destacou na imprensa comunista foi a proposta de realizar uma campanha nacional de coleta de assinaturas em defesa da reforma agrária (Medeiros, 1995).

Além das demandas vinculadas às condições de trabalho, a imprensa do PCB também noticiava reclamações por direitos sociais, como aposentadoria, seguro e

previdência social, já garantidos aos trabalhadores urbanos, mas inexistentes para os trabalhadores do campo. Havia também reivindicações mais amplas, como a criação de ambulatórios médicos, a distribuição de remédios de amostra grátis, oferta de atendimento odontológico, escolas de alfabetização, construção de fossas sanitárias fiscalizadas pela Secretaria da Saúde, e a melhoria das condições de habitação dos lavradores. Além disso, destacavam-se as demandas por preços justos para a produção e pelo fornecimento de sementes. No entanto, as práticas assistenciais não eram abordadas com frequência, "possivelmente por serem vistas como antagônicas pela cultura política esquerdista, em relação à consciência de classe dos 'lavradores' e 'trabalhadores agrícolas'" (Medeiros, 1995, n.p.).

Em 1954, durante a II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, realizada no estado de São Paulo, foi criada a União dos Trabalhadores Agrícolas Brasileiros (ULTAB), cujos objetivos consistiam em organizar lavradores e trabalhadores agrícolas em defesa de seus direitos e interesses, promovendo o estreitamento dos laços de fraternidade entre eles e oferecendo-lhes assistência jurídica. Mais do que ser representante de um conjunto de entidades dispersas, com a ULTAB, o PCB pretendia constituir uma estrutura organizativa no campo, voltada para a difusão de determinadas concepções acerca dos interesses e direitos dos trabalhadores rurais. Todavia, a ULTAB não seria apenas porta-voz das ideias do partido em relação ao campo, mas também dos trabalhadores rurais, buscando formar amplas alianças e excluindo de suas propostas oficiais ações que ameaçassem essas alianças, ainda que essas ações fizessem parte das intenções do partido, como o confisco de terras (Medeiros, 1995).

Na conferência de criação da ULTAB, também foi aprovada a Carta dos Direitos e Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, que deu grande destaque ao tema da reforma agrária, sem incluir aspectos do comunismo.

Entendida como medida de justiça social, ela era visualizada através da distribuição das terras dos "latifundiários" aos "trabalhadores agrícolas" e "lavradores" sem-terra ou possuidores de terra insuficiente; da entrega de título de propriedade a "posseiros", "ocupantes" e "colonos" de terra; de medidas de apoio à produção (ajuda técnica, crédito fácil e barato, fornecimento de maquinarias e ferramentas, garantia de preços, estímulo ao cooperativismo); da proibição das formas consideradas semifeudais de exploração do trabalho, como o trabalho gratuito, a meia, a terça e outras formas de parceria, pagamento em espécie, etc.; da garantia aos indígenas das terras por eles ocupadas (Medeiros, 1995, n.p.).

Na concepção da ULTAB, a reforma agrária representava muito mais do que a mera distribuição de terras. Ela também incluía a previsão de leis que regulamentassem o sistema de arrendamento, estendessem a legislação trabalhista urbana ao campo, proibissem despejos, garantissem preços mínimos, concedessem crédito fácil, barato e a longo prazo, além de títulos de propriedade para posseiros, estimulando e amparando lavradores e trabalhadores rurais (Medeiros, 1995).

Em 1961, durante a realização do Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em Belo Horizonte, organizado pela ULTAB, as discussões sobre a reforma agrária alcançavam seu auge, gerando diversos conflitos no campo e impulsionando o crescimento das organizações de trabalhadores. A presença do recém-empossado Presidente da República, João Goulart, e do Primeiro-Ministro, Tancredo Neves, indicava a força do movimento, assim como a presença de outras forças já atuantes no campo, autônomas ao PCB, como o MASTER, no Rio Grande do Sul, e as Ligas Camponesas de Pernambuco (Medeiros, 1995).

Em suma, essa conferência foi um marco, sobretudo por propor uma ruptura na trajetória do movimento camponês, ao adicionar o adjetivo "radical" à reforma agrária. Essa palavra de ordem, cunhada pelas Ligas, defendia uma reforma agrária "na lei ou na marra" e, há muito tempo, se opunha às propostas mais moderadas defendidas pelo PCB e pela ULTAB. Além disso, o Congresso de Belo Horizonte evidenciou a intensa disputa entre o PCB e as Ligas Camponesas pela representação do campesinato nacional. Nessa situação, o discurso radical surgia como um valor positivo, e ambos os grupos competiam por essa qualificação, não apenas em termos de conteúdo da reforma agrária, mas também das ações que a impulsionariam, como as ocupações de terra (Medeiros, 1995).

2.4 No Rio Grande do Sul, o governo de Leonel Brizola e o Movimento dos Agricultores Sem Terra

Na virada das décadas de 1950 e 1960, no Rio Grande do Sul, a questão agrária era central nos debates públicos, especialmente após a posse, em 1959, do governador Leonel Brizola, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, que desde o início sinalizava ter pretensões de mudar a estrutura fundiária do estado, de modo a garantir terras para camponeses se tornarem pequenos proprietários (Alves, 2010; Gasparotto et al., 2010). A primeira ação nesse sentido veio em fevereiro de 1961, com a criação

da Comissão Estadual de Terras e Habitação (CETH), órgão responsável por mapear áreas agrícolas e organizar projetos de reforma agrária destinados à aquisição de terras para que agricultores pudessem construir suas próprias casas (Alves, 2010; Gasparotto et al., 2010).

Ao final do mesmo ano, foi fundado o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), com o objetivo de organizar uma política agrária para o estado, assegurando a posição favorável do governo quanto à promoção de uma reforma agrária. Os beneficiários dessa política seriam denominados sem-terra, diferenciando-se no Rio Grande do Sul por receberem apoio estatal. Dessa forma, a reforma agrária foi tomada pelo governo como uma alternativa viável para melhorar as condições de vida dos grupos desprovidos de acesso à terra, inserindo-os no mercado de trabalho. Em janeiro de 1962, foi lançado o Programa Projetos Especiais de Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico-social (PRADE), com o intuito de direcionar a atuação do estado na promoção dos projetos de reforma agrária (Alves, 2010; Gasparotto et al., 2010).

A prática de acampamentos teve início no Rio Grande do Sul em janeiro de 1962, com a Fazenda Sarandi, o mais conhecido movimento de ocupação realizado pelo governo de Brizola, que inaugurou uma sequência de 16 acampamentos, além de numerosas marchas, concentrações e ameaças de ocupação em diferentes regiões do estado. A Fazenda Sarandi era uma área improdutiva de mais de 24 mil hectares, localizada no município de mesmo nome, ao norte do estado, pertencente a um grupo de nacionalidade uruguaia, que comprava propriedades em diferentes países com o intuito de revendê-las com grande margem de lucro após sua valorização. O movimento foi liderado por Jair de Moura Calixto, primo de Leonel Brizola e prefeito pelo PTB do município vizinho de Nonoai (Alves, 2010; Gasparotto et al., 2010).

Após o anúncio da desapropriação da área pelo governador, outros movimentos semelhantes surgiram rapidamente em São José do Ouro, Taquari, Santa Maria e Caçapava do Sul, liderados por assalariados permanentes e temporários, posseiros, parceiros, arrendatários, agregados e pequenos proprietários, muitos dos quais eram “filhos de pequenos proprietários que, ao casar, pretendiam permanecer como agricultores e para quem nem sempre a terra do pai era suficiente para atender suas necessidades” (Eckert, 1984, p. 56).

Poucos dias depois, um movimento semelhante se desenhou no município de Camaquã, na região Centro-Sul do estado, onde um grupo de cerca de 2.000 colonos sem-terra, liderados por Epaminondas Silveira, organizou a invasão de uma área de 50 mil hectares, conhecida como Banhado do Colégio. Essa região, lembrada como a maior realização do projeto de reforma agrária de Leonel Brizola, era uma vasta área pantanosa de posse do governo federal, que, desde a década de 1950, empreendia um processo de drenagem, tornando essas terras extremamente férteis. Os arredores do Banhado eram ocupados por fazendas, cujos proprietários avançavam sobre as terras à medida que secavam, incentivando os sem-terra a reivindicar e ocupar o local. No dia seguinte à criação da Associação dos Agricultores Sem Terra de Camaquã, a reivindicação foi atendida pelo governador, seguida da distribuição dos lotes de terra (Alves, 2010; Gasparotto et al., 2010).

Embora seja difícil precisar o número exato de mobilizações ocorridas no estado entre 1962 e 1964 relacionadas à questão agrária, Córdula Eckert (1984), cujo trabalho é apontado como a principal análise sobre o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul, identificou 33 diferentes mobilizações em 30 cidades do estado, variando de pressões por desapropriação de propriedades até a organização de acampamentos de sem-terra. No entanto, vale ressaltar que essas mobilizações não estavam necessariamente conectadas entre si, dado que a organização dos trabalhadores do campo, sobretudo os sem-terra, estava em evidência e havia uma grande disputa pelo controle desse movimento (Gasparotto et al., 2010).

No que se refere a São Lourenço do Sul, não foram encontradas informações detalhadas sobre a organização de mobilizações de contestação ou reivindicação de terras, mas foi identificada a atuação de lideranças do PTB, como Darcy da Rosa, em outros movimentos no estado, cuja trajetória será apresentada no próximo capítulo.

O Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) foi fundado oficialmente em junho de 1960, a partir da mobilização de posseiros em Encruzilhada do Sul, que resistiam à tentativa de retomada de uma área de 1.800 hectares pelos antigos proprietários, ocupada há mais de 50 anos por 300 famílias. Apoiados pelo então prefeito do município e outras lideranças do PTB, os posseiros inicialmente criaram o Movimento de Agricultores Sem Terra de Encruzilhada do Sul. Esse movimento incentivou manifestações similares em todo o estado, conferindo maior abrangência e organização ao MASTER, que realizou diversas ações até 1964, agregando dezenas

de associações de sem-terra. O período de fortalecimento do movimento esteve diretamente relacionado ao governo de Brizola, cuja estrutura estatal favoreceu o início da reforma agrária.

A ênfase do MASTER na unificação das ações de reforma agrária no Rio Grande do Sul veio em 1962, com a fundação da Federação das Associações de Sem-Terra, Pequenos e Médios Proprietários do Rio Grande do Sul, dando caráter estadual à organização. Ao final daquele ano, o MASTER realizou seu I Congresso Estadual¹¹, no qual foi aprovada uma Carta Reivindicatória que destacava a bandeira da reforma agrária radical, além da

Defesa de preços mínimos justos para os produtos da terra; efetivação da assistência social; crédito rural simplificado para os pequenos e médios agricultores; direito ao voto aos analfabetos, inclusive agricultores; apoio e ajuda à criação de sindicatos rurais e incentivo à sindicalização dos trabalhadores rurais e a fundação e registro de novas Associações de Agricultores Sem Terra, Pequenos e Médios Proprietários Rurais, bem como o estímulo de novos sócios (Gasparotto et al., 2010, p.48).

Revelando a importância dada à criação de novas associações responsáveis pela organização e mobilização dos sem-terra. Parafraseando Eckert (1984), Alves (2010, p. 75) descreve o MASTER como uma organização de ações heterogêneas ao longo do tempo, divididas em três momentos.

O primeiro deles diria respeito à criação do movimento até janeiro de 1962, data do início das ocupações. O segundo corresponderia de janeiro de 1962 até janeiro de 1963, quando se encerra o mandato de Brizola e se inicia o de Ildo Meneghetti, período em que inicia a repressão ao movimento. Por último, o terceiro momento verificado pela autora iria de janeiro de 1963 até março de 1964, quando o movimento tem sua atividade impedida por razão do golpe militar em abril de 1964.

É importante ressaltar que tanto as ações do governo Brizola quanto as do MASTER foram determinantes para a implementação de uma política agrária no estado do Rio Grande do Sul.

Enquanto o governo estadual desenvolveu todo o aparato burocrático necessário para promover o assentamento de colonos sem-terra, o movimento parece ter personificado aquele que tornava legítima as ações do governo, ao expor o drama dos trabalhadores rurais que não tinham acesso à terra. As duas instituições, Estado e movimento foram fundamentais no processo porque estabeleceram uma linguagem que gerava tanto reconhecimento jurídico quanto moral do drama que as populações rurais passavam (Alves, 2010).

¹¹ Embora para o presente momento não tenha sido possível comprovar a presença de Darcy da Rosa no referido congresso, cabe aqui deixar como referência sua possível participação, indicada por fontes indiretas.

No entanto, embora a atuação do MASTER fosse próxima da de Leonel Brizola, sendo fundamental para que o governador implementasse a parte mais controversa de sua política agrária — as desapropriações e os projetos de ocupação — isso não significa que suas ações tenham sido completamente tuteladas por ele. A entidade possuía, de fato, uma estreita vinculação ao PTB, com a maioria de seus dirigentes filiados ao partido, mas seria igualmente errôneo dizer que a orientação do partido era hegemônica sobre o movimento, já que a defesa de uma reforma agrária radical advinha da participação de membros do PCB. O Partido Comunista Brasileiro foi responsável pela criação de alguns sindicatos de assalariados e pelos primeiros sindicatos de assalariados rurais, além de formar lideranças e organizar conferências de trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul (Alves, 2010; Gasparotto et al., 2010).

Por outro lado, os representantes dos grandes proprietários rurais gaúchos criticavam fortemente as mobilizações e os acampamentos, assim como o posicionamento do governo estadual, que promovia desapropriações e projetos de colonização nessas áreas. A principal resposta dos opositores de Brizola foi empreender uma campanha para impedir a vitória do PTB nas próximas eleições para o governo do estado, na qual tiveram sucesso com a eleição de Ildo Meneghetti, em 1963, como governador do estado pelo Partido Social Democrático (PSD). Com isso, a trajetória do MASTER, até então marcada pelo protagonismo na mobilização de um expressivo número de trabalhadores do campo, sofreu uma significativa retração, em grande parte devido ao clima de medo (Alves, 2010; Gasparotto et al., 2010).

2.5 O contexto agrário e as disputas do governo de João Goulart

No cenário nacional, no final da década de 1950, debates em torno de distintos modelos de reforma agrária eram travados no Congresso Nacional e na agenda do governo federal. A Presidência da República, sob o comando de Jânio Quadros, expunha com frequência a necessidade de combater o latifúndio tradicional e promover reformas estruturais no Estado, discurso que encontrava grande resistência por parte de parcelas da sociedade civil e do Congresso (Alves, 2010).

Com a renúncia de Quadros, em agosto de 1961, uma grave crise institucional foi instaurada no país. Embora a Constituição em vigor previsse que o cargo vago fosse assumido pelo então vice-presidente, determinados setores da sociedade, como os militares, empenharam-se em impedir a ascensão de João Goulart, dando início a

uma das principais crises políticas da década de 1960. Diante dessa situação, surgiu a Campanha da Legalidade, movimento formado por setores legalistas da sociedade civil e militar com o objetivo de garantir a posse do vice-presidente. O movimento contou com a liderança de Leonel Brizola, que, à época, mobilizou a Brigada Militar e as emissoras de rádio do Rio Grande do Sul, formando a Cadeia da Legalidade, o que fortaleceu politicamente o então governador do estado. O resultado do conflito foi a modificação do sistema de governo para o parlamentarismo, cerceando os poderes do presidente do país, situação que perdurou até janeiro de 1963, quando o sistema presidencialista foi restabelecido (Alves, 2010; Gasparotto et al., 2010).

Retomado o comando pleno do Executivo, João Goulart concentrou-se, nos meses seguintes, em aprovar junto ao Congresso Nacional e à sociedade civil as Reformas de Base, um pacote de medidas que visava reestruturar as instituições políticas, jurídicas e econômicas do país, incluindo a realização de uma reforma agrária.

Esse projeto já havia sido sinalizado em 1962, com a criação da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), o primeiro instrumento federal voltado à implementação de uma política de reforma agrária, reconhecendo-a como uma demanda legítima e impulsionadora das organizações de trabalhadores, estimulando sua sindicalização. Paralelamente, ocorreu um crescimento significativo dos sindicatos rurais em todo o território brasileiro, diretamente vinculado à atuação do Partido Comunista Brasileiro, defensor de um processo de ruptura frente à desigualdade fundiária do país, que agravava os conflitos no campo. A atuação do PCB, no sentido de impulsionar a criação de sindicatos rurais, trouxe à tona uma disputa pela organização dos trabalhadores, envolvendo também a Igreja Católica, que defendia a propriedade privada e combatia a expansão comunista (Alves, 2010; Medeiros, 1995).

Apesar da pluralidade religiosa existente no país, a Igreja Católica seguiu dominante ao longo da história brasileira. Todavia, embora tanto trabalhadores do campo quanto grandes latifundiários majoritariamente se identificassem como católicos, ambos trouxeram distintas experiências culturais e sociais para a vivência dessa religião, produzindo diferentes apropriações das mesmas crenças e símbolos católicos em benefício próprio, em situações de oposição entre esses grupos. De acordo com Novaes (1997), as religiões são fontes que dão sentido à vida, indo além

do contexto especificamente religioso; elas fornecem ideias que compõem a parte intelectual, moral e emocional de um sujeito. No âmbito cultural, a religião tem o papel de construir, através de seu sistema de crenças e símbolos, as identidades que originam as lutas sociais. As identidades religiosas e políticas que legitimam as ações dos trabalhadores rurais estão intimamente vinculadas aos rituais e símbolos que as constroem.

Além disso, em diversos momentos da história brasileira, a Igreja Católica contribuiu para cimentar as desigualdades sociais e as formas de dominação que vigoram no país, ao mesmo tempo em que a religião também foi usada como forma de resistência ao sistema tradicional de poder, passando a oferecer suporte a movimentos de contestação (Novaes, 1997; Palmeira, 1998).

No campo, já nas primeiras décadas do século XX, o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Leme, divulgava, sob inspiração da Encíclica papal *Rerum Novarum*, a necessidade da criação de organizações mistas ou leigas voltadas à ação social cristã. A implementação dessas organizações começou nos anos 1930, por meio de entidades leigas e da autoridade dos padres das paróquias espalhadas pela capital e pelo interior do país, momento em que a Igreja oficialmente se apresentava como instância de mediação de conflitos em nome de valores humanistas e cristãos (Novaes, 1997; Palmeira, 1998).

Entre as décadas de 1950 e 1960, ganhava destaque o debate sobre o reconhecimento do subdesenvolvimento da sociedade brasileira e o papel da burguesia e das forças nacionalistas na superação dos problemas persistentes na agricultura e no latifúndio ultrapassado. Frente a isso, diversas figuras e organizações se manifestaram em defesa das reivindicações e do direito de organização dos trabalhadores do campo, e a Igreja Católica estava entre elas, embora sem manter sempre o mesmo posicionamento. Um exemplo disso é que, no início da fundação das Ligas Camponesas, diversos sacerdotes em vários municípios manifestaram apoio ao movimento. Contudo, após 1962, com a ascensão de uma proposta inspirada nas Encíclicas *Pacem in Terris* e *Mater et Magistra* de João XXIII, a situação mudou (Novaes, 1997).

Nos primeiros anos da década de 1960, já se evidenciava no campo a disputa da Igreja Católica por espaço político e ideológico junto à classe camponesa, em

oposição às Ligas Camponesas e aos comunistas. A Igreja passou a usar a sindicalização rural como arma, apoiando abertamente iniciativas governamentais voltadas à reforma agrária, além de incentivar a implantação de sindicatos ligados à esfera católica (Novaes, 1997).

Nesse contexto, a formação dos sindicatos de trabalhadores rurais contou com a presença dos padres católicos e seu grande poder de convencimento, além de outros mediadores vinculados à Igreja, inclusive em São Lourenço do Sul, onde foi encontrada a informação da atuação do Padre Cláudio Ritt, especialmente diante da FAG, conforme será abordado ao longo da dissertação. Grande parte dos trabalhadores chamados para compor as diretorias sindicais eram, em sua maioria, agricultores que já exerciam algum tipo de liderança nas irmandades e associações católicas, formando, segundo Novaes (1997), uma clientela clerical. Foi, portanto, por meio da influência e legitimidade dos párocos locais que o catolicismo se consolidou como religião dominante na fundação de sindicatos no campo, incentivando a atividade sindical sem alterar os símbolos, rituais e concepções constitutivos da vida religiosa.

No caso de São Lourenço do Sul, apesar de os trabalhadores do campo serem majoritariamente luteranos, os preceitos de organização católica foram bem aceitos, permitindo destaque à atuação da Igreja no município após 1964.

Entretanto, havia dentro da Igreja Católica uma cisão que levou ao surgimento de duas tendências distintas: a primeira, de orientação socialista, era liderada pela organização autônoma da Igreja, Ação Popular (AP); enquanto a segunda, ligada aos Círculos Operários Cristãos¹², de viés conservador, era liderada pelo Cardeal Dom Eugênio Salles e qualificava a reforma agrária defendida pelos coletivos de esquerda como uma medida contrária à ordem natural das coisas, apresentando socialismo e catolicismo como termos completamente contraditórios (Nora, 2002).

Embora a Igreja Católica tenha concordado com a realização de determinadas reformas de base, alinhadas aos princípios nacional-desenvolvimentistas da época, com a eclosão do Golpe Civil-Militar em março de 1964, ela se posicionou oficialmente a favor do novo regime, caracterizado como a "salvação" do Brasil da difusão do

¹² Grupos originalmente criados em 1932 com o objetivo de cristianizar o movimento operário, que a partir da década de 1960, se voltaram para a criação de sindicatos rurais (Ramos, 2010).

comunismo. Todavia, as esperanças nas reformas sociais prometidas pelo primeiro presidente militar, Castelo Branco, logo se enfraqueceram, especialmente após a publicação do Ato Institucional nº 5. Nessa ocasião, a Igreja Católica, por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), veio a público explicar suas incompatibilidades com o novo governo, e, ao defender a sociedade civil reprimida, gerou novos aliados e inimigos. Essa linha de atuação trazia resquícios das ações desempenhadas no início dos anos 1960, quando, inspirada nas Encíclicas do Papa Leão XIII e João XXIII, a Igreja fez uso de princípios cristãos para fundar sindicatos no campo. Vale destacar que, na época, apesar da intervenção e repressão do Estado, bem como da violência e coibição dos grandes proprietários rurais, que atingiram sobretudo lideranças sindicais vinculadas à esquerda, os envolvidos nos sindicatos fundados pela Igreja Católica também não ficaram imunes às prisões, embora poucas tenham sido oficializadas (Novaes, 1997; Palmeira, 1985).

No Rio Grande do Sul, o sindicalismo de orientação cristã foi promovido pela Frente Agrária Gaúcha (FAG), que consistiu na principal força de oposição ao MASTER na organização dos trabalhadores rurais gaúchos.

De modo semelhante a outras organizações católicas já existentes nos demais estados, como o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE) e a Frente Agrária Paranaense (FAP), a FAG foi fundada em 26 de julho de 1961 por bispos católicos reunidos na cidade de Viamão, durante a 13ª Conferência do Episcopado Rio-Grandense, no Seminário Arquidiocesano de Viamão, com base na Encíclica *Mater et Magistra*, segundo a qual o cooperativismo e o sindicalismo consistiam em soluções rápidas e exequíveis para atender às demandas mais urgentes dos agricultores (Casarotto, 1977; Picolotto, 2011).

O amparo da estrutura e da legitimidade que a Igreja Católica possuía junto às comunidades rurais e o apoio da Igreja Luterana entre os teuto-brasileiros que professavam o luteranismo permitiram à FAG agilidade de articulação na fundação dos sindicatos e na realização de encontros estaduais, aproveitando-se das bases já sedimentadas por experiências anteriores, nas quais a Igreja apoiou organizações de colonos, como a Sociedade União Popular, a Liga dos Colonos e alguns movimentos cooperativistas (Picolotto, 2011).

Conforme veiculado na revista mundial da Congregação dos Irmãos Maristas (1966, p. 135), a FAG constituiu-se, em seus primeiros anos de funcionamento, como um movimento voltado a orientar e organizar os trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul com ideias variadas de cunho evangélico, objetivando a mobilização dos agricultores para uma vida evangélica, a promoção destes homens para melhoria em seu padrão de vida, a disseminação do sindicalismo no campo e o incentivo ao cooperativismo agrícola, a formação de lideranças rurais e a constituição de pequenas comunidades rurais (Casarotto, 1977).

Em relação à questão fundiária do Rio Grande do Sul, a FAG propunha a modernização das técnicas de cultivo e criação. Quanto à reforma agrária, defendia as ideias de Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, para quem era inabalável o conceito cristão de propriedade vigente.

A reforma agrária deve melhorar as condições de vida dos trabalhadores, multiplicar o número de pequenas propriedades que sustentam a produção em geral e a situação econômica do Estado e do país. [...] A desapropriação para fins de reforma agrária, pois, deve ser a exceção e não a regra [...] há também grandes propriedades, ou latifúndios que exercem importante função social e devem ser conservados (Scherer, 1953/1969, p.17-18).

Ainda que discordasse tanto do comunismo estatista quanto do liberalismo econômico, a FAG propunha a modernização técnica da agricultura sem reforma agrária como forma de aumento da produtividade e aperfeiçoamento da estrutura agrária, posicionamento também adotado por organizações patronais, como a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL/RS)¹³ e pela hierarquia católica nacional, que se dizia favorável à reforma agrária, mas esbarrava nos interesses contraditórios vigentes no campo, propondo medidas gerais de apoio ao homem rural (Picolotto, 2011).

Embora seja significativo o trabalho realizado pela FAG, alcançando o número de 221 sindicatos fundados no estado entre os anos de 1963 e 1974, ela não foi a única a fazê-lo, contando com a colaboração católica do Movimento Comunitário de Base, enquanto o MASTER também se encarregava da organização de sindicatos no Rio Grande do Sul. Boa parte dos primeiros sindicatos da FAG foi criada na região do

¹³ Criada em 24 de maio de 1927, na sessão inaugural do 2º Congresso Rural, sob o nome inicial de Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (FAR), voltada a representar e defender os interesses da classe patronal rural do estado, levando o segmento a tornar-se uma força de grande expressão na política e na economia gaúcha (David, 2021).

Vale dos Sinos e na Serra Gaúcha, onde já existia maior consolidação estrutural da Igreja Católica. Contudo, com o passar dos anos, áreas de preponderância luterana também receberam seus sindicatos, como é o caso de São Lourenço do Sul, especialmente após o Golpe Civil-Militar, quando a Frente já não contava mais com a concorrência do MASTER.

Em seis de outubro de 1963, contando com a presença de oito representantes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, além de diversos integrantes da FAG, seria fundada em Porto Alegre a Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul (FETAG/RS). Sobre o primeiro grupo eleito para dirigir a Federação, Casarotto (1977, p. 45) refere-se a ele como responsável por conduzir “a espinhosa tarefa de criar e pôr em funcionamento a FETAG” em “uma época difícilíssima, logo às vésperas da Revolução de Março de 1964.”

A atuação conjunta da FAG e da FETAG foi notória, sobretudo na realização dos Congressos de Trabalhadores Rurais, visto que ambas apresentavam em seus discursos a pretensão de auxiliar os agricultores gaúchos. No princípio, a FETAG muito dependeu de sua organização criadora, dado que sua primeira sede se localizava em uma sala da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, enquanto a influência ideológica e política da Igreja era intensa, fazendo com que ambas as organizações se confundissem em seus primeiros anos de funcionamento (Casarotto, 1977; Picolotto, 2011).

Todavia, após 1965, quando a federação foi reconhecida pelo Estado, ocorreu certa divisão de tarefas entre ambas as organizações, enquanto o início do recolhimento do imposto sindical permitiu à FETAG alugar uma sede própria, liberar membros da diretoria para as atividades sindicais e realizar a contratação de funcionários. Para a FAG restou auxiliar na fundação e no reconhecimento de novos sindicatos no estado e investir na educação rural e nos cursos de formação sindical, tarefa em que foi bem-sucedida, sendo atribuída a ela a criação de 224 sindicatos de trabalhadores rurais entre os anos de 1963 e 1977, tanto entre comunidades católicas quanto protestantes (Nora, 2002; Picolotto, 2011).

Em São Lourenço do Sul, embora a oficialização da fundação de um sindicato pela Frente Agrária Gaúcha se dê somente em 1967, foi possível constatar a presença de atividades desenvolvidas pela mesma no município há pelo menos três anos antes.

Até o ano de 1963, ano de fechamento do autointitulado informativo local, jornal *Voz do Sul*, não se tem conhecimento acerca da existência de um sindicato que abrangesse a classe trabalhadora aqui enfocada. Todavia, o referido periódico traz informações acerca da presença da FAG no município anteriormente, cuja atuação é exposta por um pároco da Igreja Católica local.

A Frente Agrária Gaúcha, que há de virar uma nova página na promoção e libertação econômica e social da classe rural, e eis que já vemos esse movimento lançar renovos sólidos na terra de São Lourenço do Sul. As quatro reuniões, realizadas nos últimos dias, dão-nos prova da demonstração da grandeza e pujança, que este movimento há de ter, em futuro próximo, dentro das fronteiras do nosso município. (...) Constitui-se isso um acontecimento esperançoso, um reflexo da necessidade da união dos cristãos na luta contra o inimigo comum. (...) Os nossos agricultores são ainda fiéis adeptos do evangelho, e, por causa disto, a luta da Frente Agrária Gaúcha terá, no meio colonial, facilidade de penetração e aceitação (...) Pe. Cláudio Ritt¹⁴.

Nas palavras do Padre Ritt, diversas características comumente descritivas da FAG são mencionadas, como o apelo ao cristianismo e a luta contra um inimigo comum, simbolizando a necessidade do combate ao comunismo, havendo ainda uma exaltação dos moradores de São Lourenço do Sul e da sua receptividade com relação a frente, devido ao sucesso das diversas reuniões já realizadas.

No que tange ao tema da reforma agrária, uma segunda manifestação do Padre Ritt foi encontrada:

É do conhecimento público, que nos debates sobre a reforma agrária, muitas pessoas chegaram a aceitar e difundir uma mentalidade esquerdista, ou resvalaram até mesmo para uma adoção explícita de programas socialistas e revolucionários, e, quem sabe, sem o perceberem. Veja-se, de passagem, a organização e o funcionamento das tão faladas e discutidas “Ligas Camponesas” fundadas e promovidas por um dito cujo deputado Julião. Em vista destes fatos surge, evidentemente, o gravíssimo perigo duma dupla calamidade: ideológica e prática. (...) A revolução agrária se pôs em marcha e ela será, ou branca ou vermelha. (...) Nós lourencianos queremos lutar por uma reforma agrária justa, pacífica e cristã, que defenda a propriedade rural e pugne pela união e elevação do nível de vida da classe rural, para que o nosso homem do campo possa viver uma vida, digna dum homem e filho de Deus (...) Pe. Cláudio Ritt¹⁵.

O citado discurso, assegura novamente a afinação entre a fala do Padre e o posicionamento geral da FAG, dado que termos como “esquerdista”, “socialista”, “revolucionários” e “Ligas Camponesas” são elencados de maneira pejorativa,

¹⁴ Jornal Voz do Sul, 2 de dezembro de 1961, n.p. Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Municipal Elida Frömming Schild, São Lourenço do Sul/RS.

¹⁵ Jornal Voz do Sul, 11 de novembro de 1961, p. 1. Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Municipal Elida Frömming Schild, São Lourenço do Sul/RS.

enquanto valores cristãos e inclusive uma “reforma agrária cristã” é enaltecida. Denotando, que os preceitos da frente já eram difundidos entre os moradores do município, embora a referida manifestação seja insuficiente para atestar o seu sucesso, pela ausência de fontes que contemplem a visão dos trabalhadores rurais.

As informações acima elencadas permitem perceber que a atuação da Frente Agrária Gaúcha esteve, de fato, presente em São Lourenço do Sul já a partir de 1961, buscando mobilizar os trabalhadores rurais daquele município tanto para que aderissem à causa da FAG, conforme as palavras do Pe. Cláudio Ritt, quanto para arraigar muitos seguidores cristãos, apesar de a religião luterana predominar sobre a católica entre os moradores daquela região rural. Além disso, pretendia-se que esses trabalhadores se posicionassem contra os supostos ideais comunistas, supostamente difundidos pelas Ligas Camponesas e demais organizações camponesas de esquerda.

Conforme mencionado, não foram encontradas outras referências capazes de esclarecer a abrangência e os resultados desses encontros, tampouco se eles estão vinculados ao grupo que tentou a fundação de um STR em São Lourenço do Sul antes de 1966. Contudo, com base nos elementos destacados por Pe. Ritt e nos depoimentos a serem apresentados no capítulo dois, é possível presumir, que dificilmente o referido movimento possuía conexão com a FAG.

2.6 A oficialização do sindicalismo de trabalhadores rurais no Brasil e as disputas em torno da categoria

No âmbito nacional, embora o sindicalismo não oficial crescesse vertiginosamente a partir de uma vinculação entre a esquerda e a Igreja e sem a presença do Estado, esse movimento impediu a ascensão dos mediadores conhecidos como pelegos. Ainda na década de 1960, o Ministério do Trabalho adiava o reconhecimento do direito de sindicalização dos trabalhadores rurais, argumentando que essa categoria não constava no quadro de atividades e profissões previsto pelo artigo 577 da CLT. Mesmo assim, o debate sobre a sindicalização rural ganhava fôlego, impulsionado tanto pelas iniciativas que surgiam para sua regulamentação quanto pelas reivindicações do PCB e outras forças que disputavam o direito de representar os trabalhadores do campo, como a Igreja Católica e a classe patronal rural (Medeiros, 1995; Palmeira, 1985).

A legalização dos sindicatos de trabalhadores rurais começou apenas em 1962, quando o então ministro Franco Montoro, vinculado à democracia cristã, assinou a Portaria 209-A (25/06), que regulamentava a sindicalização rural, reconhecia a existência de distintas categorias no campo, enquadradas de acordo com o tipo de trabalho e cultivo realizado (trabalhadores do café, da cana, do algodão, da pecuária, etc.), e criava a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura para representar as entidades locais e regionais dessas categorias. A proposta de Montoro foi fortemente criticada pelo seu caráter excludente, pois a maioria dos trabalhadores do campo não tinha uma especialidade e não atuava em atividades homogêneas, o que dificultava seu enquadramento conforme o decreto (Medeiros, 1995).¹⁶

Logo, devido à pressão comunista exercida pela ULTAB, uma nova portaria foi publicada, a 355-1 (20/11/62), estabelecendo a criação de sindicatos de base municipal e reformulando as categorias de enquadramento, agora divididas entre trabalhadores da lavoura, trabalhadores da pecuária, trabalhadores da produção extrativista rural e produtores autônomos em regime de economia familiar ou coletiva. Com a regulamentação dessa portaria, iniciou-se uma verdadeira corrida por parte das diferentes forças emergentes no campo para obter as cartas sindicais, já que era previsto apenas um sindicato de cada categoria por município. Caso houvesse mais de um grupo, o reconhecimento dependia de pressões políticas (Medeiros, 1995).

A elaboração de uma legislação específica para o campesinato viria no ano seguinte, com o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), um projeto em discussão desde 1954, encarregado de oficializar importantes medidas referentes à reforma agrária. Contudo, o estatuto apresentava ambiguidades, especialmente na definição de trabalhador rural, pois reconhecia apenas aqueles que recebiam salários em espécie, deixando de fora contratos de parceria, arrendamento e pequenos produtores. Entretanto, em relação ao direito de sindicalização e ao seguro social, o ETR abrangia todos os segmentos (Medeiros, 1995; Palmeira, 1998).

Assim, multiplicaram-se os sindicatos de trabalhadores rurais, o que, segundo Moacir Palmeira (1998), resultou do aumento da intervenção estatal no campo,

¹⁶ Interessante destacar que foi encontrado um documento, o qual não foi possível aprofundar, que aponta ter havido uma tentativa de fundação de um Sindicato de Trabalhadores Rurais em São Lourenço do Sul, já em 1963, denotando haver naquele município um olhar atento de grupos locais em relação a perspectiva de sindicalização.

contribuindo substancialmente para o enfraquecimento dos padrões tradicionais de dominação.

O sindicato iria se colocar não só como um mediador alternativo, mas como um veículo para a implementação de regras impessoais que são a negação da dominação personalizada do latifúndio. Através do sindicato, os trabalhadores puderam ter acesso à Justiça e a implementação das leis tornou-se uma possibilidade real (Palmeira, 1998, p. 130).

Contudo, a contribuição política da categoria só se completou com a fundação das federações estaduais e de uma confederação nacional, em torno da qual a ULTAB, a AP e os setores da Igreja vinculados aos Círculos Operários Cristãos protagonizaram acirrados embates. De acordo com Ramos (2011), as duas primeiras tentativas, lideradas pela ala conservadora da Igreja Católica para fundar a CONTAG, fracassaram, e sua fundação só se concretizou no final de 1963, elegendo como chapa vencedora uma aliança entre a AP e a ULTAB. Esse congresso foi de grande notoriedade, com a presença de representantes de cerca de 740 sindicatos já reconhecidos ou em processo de reconhecimento, além de 29 federações oriundas de 19 estados brasileiros.

A CONTAG foi responsável pelo reconhecimento do trabalhador rural como uma categoria profissional. Em seu plano de ação, previa dar continuidade ao trabalho de formação e reconhecimento de sindicatos e federações, oferecer cursos de capacitação para dirigentes sindicais, prestar assistência às federações na elaboração de seus planos de trabalho, utilizar amplamente os meios de comunicação para difundir os ideais do sindicalismo, além de adotar resoluções do Congresso de Belo Horizonte referentes à reforma agrária. Após o recebimento de sua investidura sindical, em janeiro de 1964, até a derrubada do governo de João Goulart, a CONTAG manifestou-se favorável às mobilizações em prol das reformas de base, especialmente da reforma agrária, apoiando o decreto da SUPRA e repudiando a atuação dos latifundiários (Medeiros, 1995; Ramos, 2010).

Vale ressaltar que, na época, também estavam em voga as disputas entre as emergentes entidades de representação dos trabalhadores do campo e a elite agrária, em torno do enquadramento sindical das novas categorias ou dos limites de cada uma. Situação na qual, conforme Palmeira (1998, p. 151), estava

Em jogo a pretensão patronal de continuar falando por toda a “agricultura”, de continuar exercendo uma mediação que lhe garantia frutos simbólicos e materiais bem precisos e o receio dos sindicatos de trabalhadores rurais de

que, na vigência de um regime avesso a reivindicações classistas, a amputação de uma parte de sua representação acabasse, dentro de um certo prazo, liquidando a identidade própria que tanto lhes custara adquirir.

No que se refere à discussão sobre o enquadramento sindical de pequenos produtores familiares, Ramos (2011) destaca que, para a Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária, esses também deveriam ser incluídos na categoria de empregadores rurais, ficando sob sua representação. A Confederação argumentava que a mistura desses produtores com trabalhadores favoráveis às reivindicações de base propostas por João Goulart, considerados propagadores de agitação, poderia contaminar os pequenos produtores. Além disso, defendia que "pequenos proprietários, parceiros e arrendatários trabalhavam para obter lucro, enquanto os empregados rurais trabalhavam para receber salários, o que diferenciava suas demandas" (Ramos, 2011, p. 111).

Por outro lado, para a CONTAG, a vinculação desses produtores e dos trabalhadores autônomos à CNA prejudicaria sua representação, pois seus interesses conflitavam com os do patronato rural. Muitos desses pequenos produtores também exerciam atividades assalariadas em determinadas épocas do ano, assumindo, assim, a ocupação de empregados rurais. Ramos conclui que o embate ocorrido no interior do sindicalismo corporativista e a disputa pela representação política dos pequenos proprietários rurais entre as confederações se deviam, em grande parte, ao acúmulo significativo de capital para ambas as agremiações, advindo dos recursos do imposto sindical e do capital político.

Em São Lourenço do Sul, também houve disputa em torno do enquadramento dos pequenos proprietários rurais, entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, organizado pela FAG, e o Sindicato da classe patronal rural, como será explorado ao longo desta dissertação.

2.7 Os impactos do Golpe de 1964 para o campo

Em 31 de março de 1964, um golpe de Estado orquestrado por militares e determinados setores civis da sociedade, dentre os quais a burguesia agrária estava fortemente envolvida, implementou uma Ditadura Civil-Militar no país. Entretanto, ao contrário do que se acredita a priori, o patronato rural brasileiro, um dos setores do empresariado que foram coniventes com o golpe de 1964, mais estudados pela academia (Brandão, Lemos, 2020), não temia somente os projetos de reforma agrária

em voga, mas também a intensificação da mobilização dos trabalhadores, que poderia abrir caminho para uma reforma que rompesse por completo com o tradicional modelo que sustentava as formas de dominação no campo (Mendonça, 2020). Dessa forma, o golpe veio para garantir a manutenção desse padrão e da estrutura agrária vigente (Comissão Camponesa da Verdade, 2014).

Consequentemente, o Golpe de 1964 e a deposição do presidente João Goulart significaram a imediata destruição de inúmeras conquistas sindicais anteriormente adquiridas, a inviabilização da reivindicada reforma agrária, o cerceamento da capacidade de ação e autonomia dos sindicatos, e a desestruturação de articulações regionais, interestaduais e nacionais, constituídas a partir da produção de novas identidades políticas, como é o caso do primeiro movimento a tentar organizar um STR em São Lourenço do Sul. De imediato, diversos deputados e governadores favoráveis à reforma agrária e a outras bandeiras populares foram cassados ou afastados sob a justificativa de banir o perigo comunista. Ademais, a violência exercida pelo Exército, Polícia e milícias privadas de proprietários rurais foi instaurada no campo, violando os direitos humanos de diversos trabalhadores (Comissão Camponesa da Verdade, 2014; Mendonça, 2020).

Todavia, apesar de, a priori, o golpe ter feito parecer que o latifúndio saía vitorioso, o Estatuto da Terra (ET), promulgado por Castelo Branco, primeiro presidente militar, seria recepcionado como uma nova ameaça, sobretudo por estabelecer limites às propriedades improdutivas, atingindo a fração mais retrógrada e conservadora da classe rural. Logo, o referido estatuto receberia adjetivos extremamente contraditórios e impopulares. Pelos estudiosos da temática, seria criticado por não incorporar os trabalhadores rurais no processo de reforma agrária, embora trouxesse também certa marca reformista, prevendo a realização de uma reforma agrária vinculada às ideias do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), voltado à análise do papel da agricultura no desenvolvimento capitalista e fundiário. Por conseguinte, a reforma pautada pelo ET

Tratava-se de fazer frente à crise econômica brasileira buscando, através da reforma fundiária, ampliar o mercado interno e configurar uma “classe média rural” consumidora de produtos industriais. Mas tratava-se, também, de neutralizar os conflitos e tensões no campo, tal como já se propugnara em outra quadra histórica do país (Mendonça, 2004, p. 43).

Em outras palavras, é incontestável que as reformas propostas por Branco se desenraizaram de suas origens sociais, concretizando-se não mais por intermédio de setores populares, mas sim pela repressão ao próprio movimento e pela destruição dos canais institucionais de mediação existentes entre o Estado e a sociedade civil organizada, configurando-se como uma “concessão” da Ditadura e acabando com a possibilidade de uma reforma agrária que promovesse uma transformação radical da estrutura fundiária. Isso não significa, no entanto, que a proposta do ET estivesse desprovida de mudanças. Pelo contrário, a reforma, descrita como cristã e democrática, objetivava o aumento da produção e da produtividade, além da consolidação da propriedade traçada nos princípios da técnica, da racionalidade e do planejamento. Em outras palavras, apropriou-se da bandeira das reformas de base de Goulart, porém priorizando o tecnicismo e a eficiência em detrimento da mobilização social (Mendonça, 2004).

A rigor, pode-se afirmar que o Estatuto da Terra teve como especificidade o fato de conter em seu bojo duas estratégias distintas: uma, “distributivista”, voltada a alguma democratização da propriedade da terra; e outra, “produtivista”, numa antecipação da opção que prevaleceria na década de 1970, através da chamada “modernização da agricultura (Mendonça, 2004, p. 45).

Não tardou para que os proprietários rurais se sentissem traídos pelo novo governo, mobilizando novamente suas entidades de classe e denotando uma disputa de interesse intraclasse, enquanto o governo militar definia a reforma agrária como uma alternativa para a agricultura brasileira, por acreditar que a estrutura fundiária vigente obstaculizava o desenvolvimento capitalista do país (Mendonça, 2004).

Por fim, o Estatuto da Terra, em sua versão original, foi inviabilizado frente à enorme pressão do setor agrário dominante, sendo regulamentado somente após um considerável número de vetos, alterações e recuos, especialmente no que se refere à distribuição de terras e ao apoio ao trabalhador do campo, de acordo com os interesses dos grandes latifundiários. Apesar de a referida legislação não se tratar concretamente de uma ameaça ao latifúndio, buscando, pelo contrário, forçar sua modernização ao constituí-lo em uma empresa rural, o estatuto isentava-o de desapropriação (Mendonça, 2004).

Conforme Novaes (1997), os Estatutos da Terra e do Trabalhador Rural tornaram-se pontos de referência para o movimento sindical dos trabalhadores rurais, enquanto o governo militar, frente ao embate de forças políticas e econômicas que lhe

deram sustentação, ao invés de adotar medidas redistributivas e reformistas, deu prioridade à implementação de políticas de crédito e extensão rural, com o objetivo de resolver os problemas existentes no campo. Essa estratégia resultou em uma ainda maior concentração de terras e na concessão de privilégios para empresas rurais, ampliando a entrada de capital estrangeiro na agricultura brasileira.

Todavia, a repercussão de tais medidas não foi apenas negativa; pelo contrário, os programas técnico-assistencialistas fortaleceram a associação aos sindicatos de trabalhadores rurais, suscitando indiretamente a busca por recursos materiais, humanos e simbólicos junto à Igreja Católica. A participação da Igreja na articulação do Golpe de 1964 e seu apoio à causa militar influenciaram para que um tratamento diferenciado fosse dispensado às Ligas e aos sindicatos urbanos, que foram atingidos por massiva violência e intervenção, ao passo que os sindicatos de trabalhadores rurais foram, de certa forma, preservados (Novaes, 1997).

De modo geral, a ruptura com os procedimentos democráticos e a anormalidade institucional que sustentaram a Ditadura Civil-Militar privaram os cidadãos do poder de barganha em suas relações com o Estado, garantido pelo direito ao voto. Todavia, a brutal repressão instaurada pela ditadura conferiu certo mistério aos aspectos da organização sindical nos anos de chumbo. Para Palmeira (1985), após o golpe houve uma espécie de internalização da luta de classes, caracterizada pela resistência cotidiana, interferindo no processo produtivo e nas permanentes disputas entre trabalhadores e patrões. Esse é um processo complexo e concreto, do qual decorre a redefinição das relações entre o Estado e o campesinato, havendo a substituição de mediadores, frente à presença de um programa de assistência técnica a pequenos agricultores que ignorava chefias políticas locais, provocando a reordenação das relações de poder em uma comunidade.

Analisando a atuação da CONTAG, com enfoque na relação estabelecida entre a confederação e o Estado, Marco Antônio dos Santos Teixeira (2018) destaca que, após o Golpe Civil-Militar, o rumo da luta dos trabalhadores do campo e do sindicalismo rural sofreu uma significativa transformação. Tomadas como canal prioritário para o controle da classe trabalhadora, as organizações sindicais sofreram interferência em suas diretorias, por meio da nomeação de juntas governativas e interventores, além da cassação de indivíduos considerados subversivos pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Diferente da presidência anterior, a

junta governativa que assumiu a direção da CONTAG era majoritariamente composta por sindicalistas vinculados aos Círculos Operários Católicos. No geral, a grande maioria dos novos interventores estava intimamente ligada à Igreja Católica e aos militares, que acordaram em manter a organização sindical dos trabalhadores rurais sob o controle da Igreja e em consonância com as propostas do novo governo. Nesse sentido, foi nomeado como interventor e, posteriormente, eleito como presidente da CONTAG, o católico circulista José Rotta, figura já familiar entre os trabalhadores rurais, que no pré-golpe disputou a hegemonia de representação da categoria com militantes do PCB.

De acordo com o autor, incumbiu à nova direção trabalhar na reorganização da entidade em conformidade com a Ditadura Civil-Militar, restringindo significativamente o campo de mobilização e luta política da categoria, especialmente no que se refere à questão da reforma agrária. Desse cenário, viria a emergir o Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul. Posto isso, calha finalizar expondo o cenário mencionado pelo autor, tomando para reflexão o depoimento do ex-tesoureiro da CONTAG:

Para Agostinho José Neto, tesoureiro da confederação entre 1965 e 1968, a Contag naquele momento, não passava de um “monte de papeis”. Com isso, o líder sindical buscou destacar que o trabalho da Confederação se concentrou em atividades burocráticas em detrimento de atividades diretas de mobilização com os trabalhadores. Para o diretor, não havia campo de luta naquele momento por conta do controle político exercido por forças ligadas ao regime (Teixeira, 2018, p. 96).

Apesar de toda a repressão, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais obteve êxito em sua difusão nacional e na criação de quadros próprios ao longo da ditadura. Contudo, por não poder contar com os tradicionais partidos de esquerda e com os setores combativos da Igreja, que lhe conferiram o desenvolvimento de significativa autonomia política, necessitou recorrer à improvisação (Palmeira, 1985).

Quando da retomada da CONTAG por antigas lideranças sindicalistas, especialmente vinculadas à Igreja, o movimento obteve a façanha de unificar, nesse período, diversos setores do movimento, dos mais atuantes aos mais conservadores. O marco dessa estratégia de atuação seria o Terceiro Congresso Nacional dos Trabalhadores, em 1979, já no período de abertura política, com pautas que enfatizavam lutas coletivas, alianças com organizações envolvidas no processo de

redemocratização e a defesa de interesses populares que questionavam o modelo político e econômico vigente, de modo a assegurar vantagens aos trabalhadores.

O sindicato por menos atuante que seja, é um corpo estranho que se introduz numa relação, cuja exclusividade é parte de sua própria natureza. Se a legislação e a própria natureza podem ser neutralizadas pela função de mediação dos grandes proprietários e chefes políticos locais, o sindicato é um novo mediador, dificilmente “capturável” pela sua própria vinculação a um sistema sindical mais amplo que se introduz nas relações entre o campesinato e o Estado (Palmeira, 1985, p. 48).

Conforme Rodrigo David (2021), após a regulamentação da institucionalização do sindicalismo rural em 1962, as forças políticas de luta dos trabalhadores do campo tiveram um crescimento rápido, por meio do grande número de sindicatos que surgiram, havendo em torno de 1.200 no país em 1964. Entretanto, com as mudanças decorrentes do Golpe Civil-Militar, foi inaugurada uma política de ação inteiramente nova no tocante ao sindicalismo rural, unificando-se, a partir de 1965, todas as categorias de trabalhadores rurais em uma única, criando

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) de base municipal e, em nível estadual, a Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (FETAG), agrupados nacionalmente sob a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (CONTAG) (David, 2021, p. 44-45).

Em paralelo, ocorria outro processo significativo: a elaboração de uma identidade comum ao trabalhador do campo. Inicialmente, a denominação “camponês” buscava congregar todos aqueles vinculados à terra por meio do trabalho — pessoas e grupos outrora separados por diferentes forças de dominação, vinculação espacial, maneiras de dispor dos produtos de seu trabalho, particularidades étnicas e religiosas. Todavia, com a censura governamental a essa denominação, o movimento sindical alcançou uma de suas maiores proezas.

Apropriar-se eficazmente daquele que era simultaneamente o mais neutro (porque genérico) e o menos neutro (pela referência ao trabalho) – trabalhador rural – e inculca-lo em suas bases, adotando-o como um termo “naturalmente” genérico para unir todos os que vivem do trabalho da terra, posseiro ou pequeno proprietário, arrendatário ou parceiro, assalariado permanente ou temporário, e fazendo-se reconhecer pelas demais forças sociais como o seu representante (Palmeira, 1998, p. 132).

Por isso, diferentemente das lutas por identidade, como aquelas relacionadas ao enquadramento sindical, as lutas por reconhecimento político, cidadania plena e identidade política compõem um só corpo dentro das lutas do movimento sindical dos trabalhadores rurais (Palmeira, 1985).

Segundo David (2021), a legislação trabalhista que previa, entre outras coisas, a viabilização da reforma agrária, apesar de ter chegado de maneira efetiva ao campo por meio da promulgação do Estatuto da Terra, não foi implementada em decorrência da forte resistência das forças reacionárias que sustentaram o golpe de 1964 e que não admitiam qualquer alteração na estrutura fundiária vigente. Isso se traduziu no caminho para a implementação do assistencialismo, buscando transformar os Sindicatos de Trabalhadores Rurais em prestadores de serviços, oferecendo consultas médicas e odontológicas, além de realizar a mediação de serviços burocráticos em geral, algo expressivamente valorizado pelos trabalhadores na época.

Frente ao exposto, entende-se que a organização dos trabalhadores prosseguiu mesmo após o golpe, a repressão e as tentativas de domesticação empreendidas pelo novo governo. Durante o período da ditadura, os sindicatos de trabalhadores rurais esforçaram-se em manter seu perfil autônomo, exigindo do governo o cumprimento da lei e contestando-o no âmbito do possível, utilizando a referência legal existente em uma conjuntura de pouco debate político, buscando manter unidos desde trabalhadores volantes até pequenos produtores familiares. O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), formado pela CONTAG, pelas FETAGs e pelos STRs, conseguiu manter a integridade do monopólio de representação, liderando as discussões em torno do enquadramento sindical e da questão previdenciária, especialmente na Região Sul do Brasil, até o fim do regime ditatorial em 1985 (Palmeira, 1998). Esse contexto será abordado no próximo capítulo, especialmente em relação ao município de São Lourenço do Sul, onde um Sindicato de Trabalhadores Rurais foi fundado nos primeiros anos da ditadura e cuja atuação durante esse período interessa ser aqui analisada.

3 As bases de constituição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul: potencialidades e limites

Ciente de que a constituição do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul possui bases profundas que ultrapassam a década de 1960, o presente capítulo, dividido em diversos subcapítulos, dedica-se a explanar a trajetória de formação da comunidade de São Lourenço do Sul, buscando analisar como essa trajetória influenciou a criação do STR naquele município.

Inicialmente, aborda-se o processo de formação da colônia agrícola de imigrantes germânicos na região da Serra dos Tapes, buscando entender como as vivências desses sujeitos contribuíram para a formação da comunidade e de suas respectivas características, sobretudo no que se refere às inúmeras dificuldades cotidianas e aos conflitos vivenciados, principalmente em relação à figura de Jacob Rheingantz, fundador, proprietário e diretor da colônia, resultando na preservação de um forte sentimento de pertença que ultrapassa ocasionais distinções religiosas, sociais e de origem.

O segundo momento concentra-se em explorar o processo de formação do grupo que, após 1966, funda efetivamente o primeiro sindicato de representação dos trabalhadores do campo em São Lourenço do Sul. Busca-se, inicialmente, verificar a existência de entidades, associações e cooperativas anteriores, de modo a confirmar a prevalência do associativismo voltado ao atendimento de interesses naquela comunidade. Por fim, procura-se compreender a movimentação em torno da efetiva fundação do sindicato, os sujeitos envolvidos no processo, suas inclinações e interesses, os procedimentos necessários, bem como a presença de um grupo paralelo e a tentativa de fundar um sindicato de trabalhadores rurais antes de 1964.

3.1 A constituição do município de São Lourenço do Sul

O município de São Lourenço do Sul é atualmente o 52º mais populoso e a 63ª economia do estado do Rio Grande do Sul. Seus habitantes, em sua maioria evangélicos e católicos (aproximadamente 48,5% e 44,5%, respectivamente), conforme dados do censo demográfico do IBGE, estão espalhados entre as áreas urbanas e rurais do município (IBGE, 2010; 2022). Remontando à época de sua povoação, que se pretende explorar aqui, é relevante, antes de adentrar em suas origens, expor alguns marcos oficiais que favorecem seu entendimento. Entre esses,

destaca-se o fato de sua emancipação política de Pelotas ter ocorrido no início de 1884, a elevação de São Lourenço à categoria de cidade em 1938 e a inclusão da partícula "do Sul" na nomenclatura municipal a partir de 1940.

Figura 01 - Localização do município de São Lourenço do Sul, no Estado do Rio Grande Sul e no Brasil.



Fonte: Site Wikipédia.

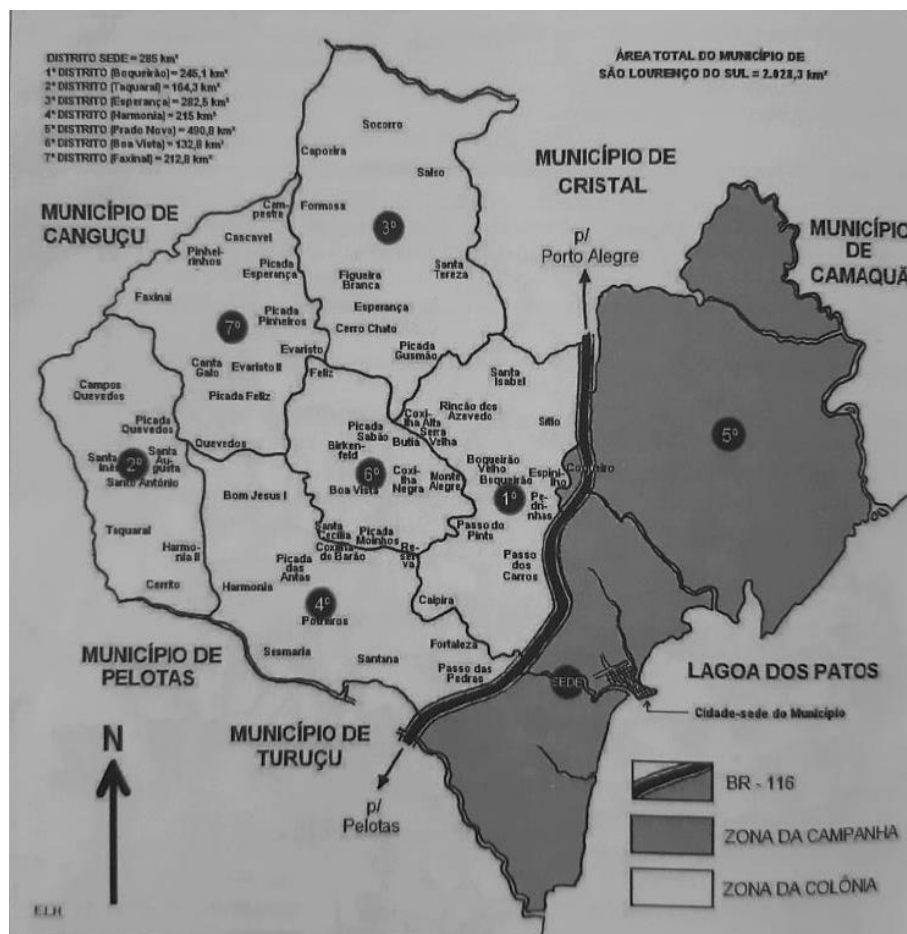
O início da ocupação da área que atualmente corresponde ao município supracitado data do final do século XVIII, com a concessão de sesmarias na margem da Laguna dos Patos, pelo governo imperial, para militares portugueses e luso-açorianos que lutaram contra os espanhóis nas guerras platinas, além de comerciantes ligados à cidade portuária de Rio Grande. Após o início do povoamento da região, caracterizado pela pecuária extensiva, não tardaram a surgir as primeiras capelas, edificadas em alusão ao santo devotado pelo proprietário da terra. Dentre elas, destaca-se a Capela Nossa Senhora da Conceição, construída em 1807 pelos moradores da Fazenda do Boqueirão, e uma capela dedicada a São Lourenço, erigida na Fazenda São Lourenço em 1815, às margens do arroio homônimo. Em 11 de dezembro de 1830, por decreto do Imperador D. Pedro I, o Povoado da Fazenda do Boqueirão foi elevado à freguesia, desmembrado da Vila de Rio Grande e incorporado à Vila de São Francisco de Paula, sendo referenciado nos registros oficiais de 1833 como o 4º distrito de Pelotas, com cerca de 1.830 habitantes (Bosenbecker, 2011; Mossman, 2014).

Sobre o povoado do Boqueirão, Bosenbecker (2011) destaca tratar-se de um centro político e social formado pelos primeiros moradores da região, dentre os quais

figuravam estancieiros, capatazes, peões e seus familiares. Também residiam no povoado trabalhadores livres dedicados à atividade extrativista e à agricultura de subsistência, responsáveis por fornecer alimentos aos habitantes do povoado e das estâncias, embora dificilmente suprissem a quantidade e a variedade de produtos necessários. As origens desses lavradores e peões eram diversas, com registros de portugueses, brasileiros de várias regiões do país, espanhóis, argentinos, uruguaios e um paraguaio. Além disso, o povoado abrigava imigrantes de outras nacionalidades, como italianos e franceses, em geral dedicados a atividades comerciais. Por fim, vivia na freguesia e também nas estâncias um considerável número de escravizados, quilombolas, libertos e descendentes de origem africana.

Portanto, muito antes da fundação oficial da colônia germânica de São Lourenço, já existia nos arredores um espaço socialmente constituído e uma comunidade relativamente organizada, fruto da atividade estancieira e charqueadora. Ao contrário da maioria dos núcleos coloniais no Rio Grande do Sul, que buscaram se estabelecer em locais distantes da tradicional zona pecuarista, a colônia alemã de São Lourenço, na Serra dos Tapes, foi uma exceção, por estar literalmente cercada por estâncias e fazendeiros (Bosenbecker, 2011). Esse arranjo é visualizado ainda nos dias atuais, conforme o mapa da figura 02, em que a divisão entre a zona da campanha e a colônia é quase toda demarcada pela BR-116, que atravessa o município (Altenburg, 2021), contestando a tradicional ideia de que São Lourenço do Sul foi hegemonicamente constituído pela imigração germânica. Entretanto, devido à sua relevância para a formação do município e do grupo estudado, sua abordagem se faz necessária.

Figura 02 - Mapa de São Lourenço do Sul especificando as zonas do município.



Fonte: HAMMES, Edilberto Luiz, 2014, p.706.

De modo geral, a intensificação do processo de imigração europeia para o Brasil teve início no século XIX, em decorrência da necessidade de substituir a mão de obra escravizada no país, diante da forte contestação política internacional, sobretudo inglesa, em relação à escravização africana. Com os imigrantes, o governo imperial pretendia formar uma próspera classe média de pequenos agricultores e artesãos, responsáveis pela ocupação de terras localizadas em áreas de conflito no país, assegurando, assim, a posse desses territórios. Para atrair esses potenciais imigrantes, foram enviados para a Europa diversos agentes de imigração, encarregados de divulgar as potencialidades da vida no Brasil, descrito como um país exuberante e com terras abundantes. Esse discurso obteve grande aceitação entre a população pobre do continente, especialmente entre camponeses prussianos, italianos, suíços e pomeranos, que sofriam com a desestruturação social causada pelo aumento da industrialização. Nos primeiros anos, recursos do próprio império foram utilizados para garantir a vinda e o estabelecimento dos imigrantes no Brasil, com a

doação de lotes de terras, denominados colônias, que, em sua maioria, consistiam em áreas de difícil acesso, com matas fechadas e presença indígena, onde o colonizador português não demonstrou interesse ou efetividade em se apropriar (Thum, 2009).

Parte dos grandes proprietários luso-brasileiros não viu com bons olhos tal empreendimento. Receosos da presença de imigrantes europeus no país, provocaram um refluxo no processo imigratório, o que resultou na aprovação, em 1830, de uma legislação que determinava a retirada de incentivos governamentais ao processo de imigração. Esse cenário foi superado no início da década de 1850, com a aprovação da Lei de Terras, a primeira iniciativa oficial para regulamentar a propriedade privada no país, assegurando a posse das grandes extensões de terra aos tradicionais fazendeiros, e com a promulgação, na província gaúcha, da Lei 304, que regulamentava a ação de empresários particulares no ramo da imigração. Essa foi a solução encontrada pelo governo para fomentar o aumento da entrada de estrangeiros no país sem comprometer os cofres provinciais e imperiais (Thum, 2009; Iepsen, 2008).

Contudo, é necessário ressaltar que essa não se trata de uma postura homogênea, dado que houve também uma apreciável participação da classe latifundiária brasileira no processo de fundação de colônias europeias no Brasil, investindo recursos próprios nos empreendimentos, cobrando do Estado suas obrigações e obtendo grande lucratividade com a comercialização de terras e ferramentas para os colonos, como no caso de São Lourenço e a atuação fundamental de José Antônio de Oliveira Guimarães no processo de constituição da colônia.

A legislação acima mencionada propiciou a fundação da colônia de São Lourenço em 18 de janeiro de 1858. Contudo, antes de adentrar nas características que marcaram sua criação, é necessário retroceder no tempo e considerar a figura fundamental nesse processo: Jacob Rheingantz, idealizador do núcleo colonial, que, ao longo do tempo, somaria funções e acumularia opiniões controversas a seu respeito.

A história da imigração teuta para a colônia de São Lourenço teve início com a trajetória de Jacob Rheingantz, empresário oriundo da Renânia (atual região da Alemanha), que, após passar pelos Estados Unidos, desembarcou no Brasil e posteriormente no Rio Grande do Sul em 1843, mais especificamente na cidade de

Rio Grande. Lá, trabalhou na Casa Comercial de Guilherme Ziegenbein até 1848, quando, após se casar com Maria Carolina, enteada de seu patrão, tornou-se sócio da empresa e passou a administrar a filial em Pelotas até 1857, enquanto paralelamente projetava a criação de uma colônia germânica na região (Bosenbecker, 2011).

Em 1855, o empresário renano tomou conhecimento da existência de um terreno devoluto na Serra dos Tapes, já visado pelo governo provincial e municipal para a criação de uma colônia de imigrantes. Após adquirir a área do Império Brasileiro na virada dos anos 1856 e 1857, concentrou-se em reunir recursos e convencer investidores brasileiros a apoiar seu empreendimento. Nesse propósito, encontrou apoio em José Antônio de Oliveira Guimarães, principal financiador que se comprometeu com o projeto de Rheingantz, sobre o qual alguns aspectos merecem destaque (Bosenbecker, 2011).

Quando conheceu Rheingantz, o luso-brasileiro Oliveira Guimarães era um dos principais estancieiros da região e proprietário da Fazenda São Lourenço. Na década de 1860, foi vereador de Pelotas e atuou como subdelegado de polícia da região por um considerável período, experiência que lhe rendeu o cargo de primeiro intendente de São Lourenço após sua emancipação. A parceria entre Guimarães e Rheingantz foi firmada em 15 de março de 1857, por meio de um contrato que determinava que caberia ao empresário renano o recrutamento dos imigrantes e a administração do núcleo colonial, enquanto Guimarães seria responsável pela compra das terras, pelo acesso à colônia, além de fornecer agasalhos, alojamento e o transporte dos colonos até seus lotes, repassando-lhes também exemplares de bovinos, equinos e aves. Todavia, apesar das disposições do contrato, apenas o primeiro grupo de imigrantes para São Lourenço foi agenciado diretamente por Rheingantz; para os demais colonos, o trabalho foi feito por agências especializadas, prática comum nesse tipo de empreendimento (Bosenbecker, 2011; Thum, 2009).

No que se refere à origem dos imigrantes, sabe-se que, no ano de sua fundação, em 1858, chegaram à colônia cerca de 200 imigrantes, a maioria pomeranos e uma minoria renanos. Nas levas seguintes, vieram também alguns imigrantes de origem austríaca, dinamarquesa e belga (Bosenbecker, 2011). A pretensão inicial era atrair homens e mulheres, de preferência jovens, cujas famílias fossem capazes de garantir um bom número de trabalhadores aptos para o trabalho

agrícola e fisicamente fortes para desbravar as matas e abrir picadas. Assim, de acordo com Thum (2009), a busca de Rheingantz pelos pomeranos foi feita de forma consciente, ciente de suas competências para o trabalho agrícola e da situação de dependência vivida na Pomerânia, o que os tornava aptos a desbravar terras devolutas que não eram de interesse dos estancieiros.

Sobre esses imigrantes, Joana Bahia (2019) destaca ser um equívoco tratar sua multiplicidade de procedências como uma unidade, anulando a heterogeneidade cultural, as diferentes línguas, hábitos e modos de vida que trouxeram para o Brasil. Entretanto, ao migrarem para o país, esses camponeses transformaram-se em colonos alemães de diferentes regiões da Alemanha. “redesenhando um mapa imaginário e linguístico, transmutando um mapa europeu na territorialidade brasileira, atribuindo-lhe uma nova espacialidade social.” (Bahia, 2019, p. 40). A ideia de ser alemão passou a ser compreendida como uma comunidade definida pela descendência, pela língua, cultura e origens comuns, ou seja, pela germanidade (*Deutschtum*). Esse fator fez com que as semelhanças e aproximações prevalecessem sobre as diferenças entre os colonos de São Lourenço, gerando um sentimento de unidade que englobava vários grupos germânicos, sendo a língua alemã o denominador comum, apesar das diferenças dialetais. Esse cenário reforçou a identidade geral evidenciada pela categoria Teuto-Brasileiro (*Deutschbrasilianer*), utilizada por lideranças comunitárias, políticas e intelectuais para demarcar a diferenciação cultural oriunda da imigração alemã para o Brasil (Seyferth, 2015).

Quando esses sujeitos chegaram à colônia, cada leva era direcionada para uma picada previamente preparada por Rheingantz, em um sistema semelhante ao de colonização empreendido pelo governo, que, na ocasião, era responsável pela instalação das famílias nas colônias. No caso de São Lourenço, sendo uma iniciativa privada, a colônia não se enquadrava no atendimento do Estado e, por isso, era raramente mencionada nos relatórios governamentais durante as primeiras décadas após sua fundação, embora o próprio Rheingantz respondesse a província, mediante o envio regular de extensos relatórios. Contudo, embora parceiros do processo de colonização, mesmo em muitas colônias de imigração organizadas pelo governo, o Império e as províncias descumpriram muitas das promessas feitas aos imigrantes, delegando aos administradores a tarefa de suprir necessidades básicas como educação, religião, saúde e transporte. Na prática, eram os próprios colonos que

tomavam a iniciativa de solucionar essas necessidades, por meio de mutirões para abrir picadas e estradas para o escoamento de produtos, além de ações no campo religioso e educacional (Bosenbecker, 2011; Mossmann, 2014).

De modo geral, estabeleceu-se nas colônias de imigração germânica, tanto oficiais quanto privadas, um fenômeno de organização comunitária, caracterizado pela solidariedade entre os membros do grupo na construção de casas, comunidades religiosas e na escolha de autoridades para zelar pela fé e pela educação dos moradores (Bosenbecker, 2011; Mossmann, 2014).

Na Serra dos Tapes, oficialmente, cabia à família Rheingantz, sob a liderança de Jacob, supervisionar a criação de escolas, a realização de patrulhas e obras, bem como mediar o contato entre os colonos e as autoridades locais. O patriarca da família era a autoridade máxima do núcleo colonial, acumulando as ocupações de proprietário, empresário engajador, fundador, diretor, comerciante, maior negociante da região e mediador de conflitos “atuando como se fosse a própria justiça, ora agindo como um líder, ora como carrasco” (Bosenbecker, 2011), lidando concomitantemente com questões de diferentes naturezas.

Por acumular diversas funções e dispor de "carta branca" para tomar decisões e resolver conflitos, Rheingantz nem sempre agia de acordo com as necessidades dos colonos. No final da primeira década após a fundação da colônia, começaram a crescer por todo o território encontros promovidos por determinados grupos de colonos, nos quais eram questionadas as atribuições e compromissos do empresário. Essa insatisfação resultou no envio de um documento à representação diplomática da Prússia e outro à Presidência da Província do Rio Grande do Sul, acusando Rheingantz de oprimir moral e materialmente os colonos, cobrar pelos lotes de terra valores maiores do que os inicialmente acertados e indicados nos recibos, entregar áreas de terra menores do que as oficialmente demarcadas, demorar excessivamente na entrega dos títulos de propriedade e negligenciar a fundação de uma escola pública para as crianças do núcleo. O não cumprimento dessas medidas, somado à postura adotada pelo diretor em relação a elas, foi determinante para a eclosão de uma revolta em dezembro de 1867, que resultou na saída temporária de Rheingantz e na intervenção do governo provincial na colônia, com a nomeação de um interventor (Bosenbecker, 2011).

Embora não seja o objetivo aqui descrever em detalhes o referido movimento, é importante destacar o ponto de vista de Kolling (2008), citado por Bosenbecker (2011), que interpreta o levante como uma forma de protesto contra a exploração econômica, a semiescravidão, o endividamento e as promessas não cumpridas por Jacob Rheingantz, assemelhando-se à condição de servidão e exploração vivenciada por séculos pelo povo pomerano no continente europeu. O empresário teria “atuado como herdeiro de representações de superioridade étnica que foram transportadas para a América, permitindo a justaposição entre recorte de classe e étnico na exploração da mão de obra” (Bosenbecker, 2011, p. 89). Em especial no que se refere aos pomeranos, discriminados por alemães oriundos de outras regiões e inferiorizados por sua condição de submissão e exploração na Europa.

Para Bosenbecker (2011), Rheingantz era, para a comunidade de São Lourenço, um líder étnico de papel relevante tanto interna quanto externamente, responsável por desempenhar papéis na esfera cultural, política, social e psicossocial. Ademais, era visto como o mediador fundamental entre os interesses dos colonos e dos brasileiros que residiam em torno do núcleo, posição que o levou à adoção de atitudes contraditórias, criando relações de dependência prejudiciais aos colonos. Todavia, isso não implicou que o empresário deixasse de atender às necessidades de seus administrados, que, longe das antigas formas de convivência da Europa, viam nele um referencial de auxílio em suas dificuldades comunais. Durante muito tempo, além de proprietário e administrador da colônia, Rheingantz foi o único comerciante de grande porte da região, aumentando seu poder de exploração sobre os colonos e lhe permitindo manter monopólio sobre a venda de toda a produção colonial, recebendo e comercializando produtos muitas vezes em troca do pagamento dos lotes adquiridos.

Desse modo, os colonos de São Lourenço, apesar das clivagens profundas no que se refere às relações de classe e poder econômico ligadas às suas respectivas regiões de origem na Europa, aproximavam-se ao reivindicar melhores condições de vida na nova terra e ao enfrentarem o principal líder alemão do Sul do Rio Grande do Sul, que, fora dos limites coloniais, era homenageado como o maior colonizador da região, rompendo com a visão, por muito tempo sustentada pela historiografia tradicional, de que os teuto-brasileiros que se estabeleceram na região sul do país eram sujeitos apolíticos (Bosenbecker, 2011).

Corroborar com a referida perspectiva o trabalho de Paulo Germano Mossmann (2014), ao evidenciar a clara participação da população teuta na composição política do Rio Grande do Sul durante o período de transição para o regime republicano no país¹⁷, Sobretudo com vinculação ao Partido Liberal e à influência do líder federalista Gaspar Silveira Martins, que fomentou o fortalecimento urbano do partido nas áreas de colonização germânica do estado, após a promulgação do Decreto nº 3029 (9/01/1881), possibilitando a participação de teutos não católicos na política partidária do país. Nesse cenário de efervescência política, as comunidades teutas do Rio Grande do Sul expressavam suas opiniões em jornais, almanaques e folhetins, com destaque para Karl von Koseritz, jornalista de grande influência na constituição política dos teuto-rio-grandenses, segundo o qual os alemães do Rio Grande do Sul diferenciavam-se daqueles residentes em outras regiões do país devido à sua pretensão de integração política na sociedade brasileira.

Em São Lourenço, essa tendência de aproximação com o PL e os ideais de Silveira Martins também foi percebida, contrariando a consolidação pela hegemonia política do estado em construção, empreendida pelo Partido Republicano Rio-Grandense. Cenário explícito pela escassa presença teuta nas bases políticas locais do PRR, o que, segundo Mossmann (2014), tratava-se de uma estratégia do partido, dado que, apesar da composição majoritária do município ser de origem germânica, somente três nomes de origem alemã compuseram o oficialato da Guarda Nacional local em 1891, enquanto o coronel José de Oliveira Guimarães, de origem luso-brasileira, foi indicado para ocupar a intendência local. Todavia, para o autor, aquela situação tratava-se de uma opção dos colonos para fazer oposição ao partido político apoiado pela família Rheingantz, o PRR, e à ideia de uma aliança entre a burguesia e a classe latifundiária da região.

Portanto, a aproximação dos teuto-brasileiros de São Lourenço com o PL, para além da identificação com as ideias e concepções do partido, fundamentava-se em fazer frente ao partido da família Rheingantz, no caso o PRR, e em unir-se contra quem muito os oprimiu no passado e, por consequência, contra a postura por eles defendida. Esse cenário, aliado ao desamparo governamental, suscitou o surgimento

¹⁷ Durante o período de transição do império para a República, o estado do Rio Grande do Sul assistiu a uma acirrada disputa entre o Partido Liberal (PL) de caráter federalista, e o Partido Republicano Brasileiro (PRR) defensor do poder centralizado.

de diversas iniciativas por parte dos colonos, voltadas a suprir questões econômicas, culturais e religiosas, através de entidades, tal como ocorreu nas demais áreas de colonização alemã do Rio Grande do Sul, conforme será explorado no próximo subcapítulo.

3.2 Cooperativismo e associativismo teuto no Rio Grande do Sul e em São Lourenço

Conforme já discutido no subcapítulo anterior, os imigrantes europeus que vieram para o Brasil no decorrer do século XIX, ainda que inicialmente subsidiados pelo Império brasileiro, depois de assentados nas áreas de colonização, depararam-se com a ausência de políticas públicas de promoção social, cultural e de fomento à produção e comercialização de produtos coloniais. Na falta de atuação do Estado, a Igreja Católica e a Igreja Evangélico-Luterana, ambas oriundas do contexto migratório, foram fundamentais na manutenção do elo de coesão social e cultural dos imigrantes, promovendo uma organização voltada a retirá-los da precária condição social e a fomentar a melhoria de suas condições materiais de vida. A referida organização trata-se da Associação Rio-Grandense de Agricultores, fundada em 1899, como uma instituição interconfessional de promoção do bem-estar material e espiritual dos colonos de descendência alemã (Schallenberger, 2005).

Todavia, as diferenças confessionais existentes entre católicos e protestantes provocaram resistência na aceitação dos ideais de identidade e cooperação defendidos por seus líderes. Enquanto os alemães católicos mantinham uma postura reativa diante do Estado, recorrendo à tradição étnica e religiosa para organizar comunidades cívicas voltadas à conquista de sua autossuficiência, os evangélicos-luteranos, familiarizados com o Estado liberal e autoritário alemão, desfrutavam de maior proximidade com o ideário político do Estado brasileiro, muito em razão da separação entre o reino da fé e o reino temporal, com a implantação da Constituição Republicana de 1891. Logo, as distintas culturas políticas prevalecentes entre católicos e evangélicos-luteranos ocasionaram a divisão da Associação dos Agricultores Rio-Grandenses em duas redes de associações: a Sociedade União Popular dos Alemães Católicos do Rio Grande do Sul e a Liga das Uniões Coloniais (Schallenberger, 2005).

Dentre os motivos responsáveis pela saída das lideranças católicas da Associação Rio-Grandense de Agricultores está a ingerência do Estado na

organização da sociedade. Desde o princípio, o catolicismo imigrante, de forte influência jesuítica, nutria certo preconceito contra o Estado. Dessa forma, a experiência de organização de sociedades populares alemãs e suíças contribuiu para que as lideranças católicas da Igreja de Imigração fundassem, em 1922, a Sociedade União Popular para os Católicos Teutos do Rio Grande do Sul (*Volksverein*), visando unir todos os católicos de origem alemã em uma única frente em relação às demandas sociais e políticas emergentes, sob o princípio da cooperação. Instituíram um distrito em toda paróquia que fosse aceita e uma seção em todas as escolas comunitárias e capelas (Schallenberger, 2005).

Uma das principais funções da Sociedade era prestar auxílio aos associados na organização de suas finanças e negócios, mediante a criação de Caixas de Depósito e Empréstimo, sistema considerado capaz de tirar o agricultor dos limites da subsistência, permitindo-lhe inovar e melhorar suas condições materiais. Contudo, somente isso não bastava; era fundamental trabalhar para que os católicos alemães obtivessem a garantia de acesso à terra ao migrarem para o Sul do Brasil, influenciando e fomentando diversos empreendimentos coloniais no estado (Schallenberger, 2005).

Também era de importância central para a Sociedade o investimento na formação de comunidades cristãs, por meio da criação de clubes e associações de leitura voltadas para jovens e egressos da escola, fomentando assim a criação de uniões e associações de jovens. Nessa linha, a escola era tida como o principal meio de promoção da recriação étnica e cultural, ações necessárias para a manutenção da autoestima dos colonos. A Sociedade investiu consideravelmente na formação de professores que difundissem o social-catolicismo entre seus alunos. A importância atribuída à educação era tamanha que, por meio do trabalho das escolas comunitárias de língua alemã — acessíveis tanto a católicos quanto a luteranos —, o analfabetismo foi praticamente erradicado (Schallenberger, 2005).

Por fim, atenta aos mais variados aspectos da vida, também era de interesse da Sociedade União Popular a implementação de serviços assistenciais e de saúde, sendo responsável por erguer ou manter no Rio Grande do Sul diversos hospitais, leprosários e institutos de parteiras. Nesse papel, as mulheres obtiveram destaque, através das Associações de Senhoras (*Frauenverein*), voltadas à realização de serviços assistenciais (Schallenberger, 2005).

A deflagração da Primeira Guerra Mundial provocou a paralisação das atividades da União. Todavia, a identificação cultural e linguística aguçou a solidariedade de seus membros e “fez com que listas de doações corressem para arrecadar fundos para auxiliar os alemães desamparados pela guerra” (Schallenberger, 2005, p. 8), Aproximando católicos e evangélico-luteranos em torno do ideal de defesa da germanidade, com ênfase na organização educacional e cooperativa, a Sociedade União Popular e as Uniões Coloniais trabalharam juntas nesse período, em detrimento das associações de autodefesa e promoção cidadã, esclarecendo direitos e deveres e preservando o espírito comunitário. Após o fim do conflito, a Sociedade, por orientação de Roma e visando imprimir maior unidade ao movimento, enquanto combatia as novas doutrinas e ideologias emergentes, concentrou-se em difundir a Ação Católica para distintos segmentos sociais, substituindo a localidade pela universalização (Schallenberger, 2005).

Enquanto a Sociedade União Popular teve como enfoque os diversos aspectos da vida familiar e comunitária dos católicos de origem germânica presentes no Rio Grande do Sul, em contrapartida, a organização liderada por evangélico-luteranos mostrou-se de caráter eminentemente econômico, preocupando-se em representar todos os teuto-brasileiros perante o Estado brasileiro, declarando-se interconfessional. Essa organização deu origem à Liga das Uniões Coloniais, fundada em 1929, contando com o apoio de associações remanescentes da Associação Rio-Grandense de Agricultores (Schallenberger, 2005).

Apesar das diversas semelhanças entre a Sociedade e a Liga, especialmente no que se refere à defesa do trabalho comunitário, ambas se distanciavam no âmbito da representação classista e das concepções econômicas. Isso fica notório pelos objetivos traçados pela Liga das Uniões Coloniais, que incluíam a criação de cooperativas de produção e comercialização, a organização da produção e da propriedade, e a orientação de práticas agrícolas (Schallenberger, 2005).

Além disso, ao contrário da Sociedade União Popular, a organização liderada por evangélico-luteranos buscou aproximar-se de órgãos governamentais, atuando na mediação dos agricultores junto ao Estado, sobretudo após a instituição do Decreto nº 2299 (15/04/1929), que determinava o registro dos agricultores, criadores e profissionais de indústrias conexas junto à Diretoria de Agricultura e Comércio, da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Nessa situação, a Liga seria

responsável pela organização dos sindicatos de produção do Rio Grande do Sul, tornando-se a maior entidade representativa dos agricultores no estado, com cerca de vinte mil associados no auge de sua representatividade. A Liga era estruturada a partir de um Escritório Geral, com sede em Porto Alegre, dividido em até 20 Centros Regionais disseminados por todo o estado gaúcho, responsáveis por agrupar 160 Uniões Coloniais filiadas (Schallenberger, 2005).

Como exemplo, pode-se citar Pelotas, município vizinho de São Lourenço, onde a Liga fundou, em 1931, a Sociedade Cooperativa União Rural Ltda, entidade caracterizada por Schallenberger (2005) como uma referência para o cooperativismo de produção no Sul do país e um instrumento de amplo desenvolvimento na área da assistência técnica para agricultores.

Em São Lourenço, já no ano de 1923, também foi fundada uma entidade classista, voltada à representação e defesa dos interesses coloniais daquele município e vinculada à Liga das Uniões Coloniais. Conforme Edilberto Luiz Hammes (2014), essa entidade denominava-se Liga dos Colonos Lourencianos e possuía sede na Boa Vista e endereço postal em São João da Reserva, ambas localidades da área rural do município. As razões de sua criação estiveram fortemente relacionadas aos fatos decorrentes da Revolução de 1923¹⁸, quando grupos envolvidos no conflito percorreram a área rural, espalhando medo e desconfiança entre os colonos e exigindo-lhes a entrega de seus cavalos, os colonos representantes da Liga viram-se obrigados a ir para a cidade de Rio Grande, onde, na Câmara de Comércio, expuseram a situação vivenciada. Essa atitude foi seguida do envio de diversos ofícios ao governo e às autoridades estaduais, e, com o passar do tempo, a situação se apaziguou.

Além do protesto contra o sequestro de animais, a referida Liga passou a lutar pela melhoria das estradas do município, em defesa dos interesses jurídicos dos

¹⁸ A revolução ou guerra civil de 1923 foi deflagrada no Rio Grande do Sul após as eleições para presidente estadual no ano de 1922, cujo pleito se enfrentaram uma força de coalizão entre diversos setores oposicionistas gaúchos liderada por Joaquim Francisco de Assis Brasil e Borges de Medeiros, principal liderança do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e atual presidente do estado. A reeleição Borges de Medeiros causou tumultos, gerando uma onda de acusações de fraudes, violências e irregularidades. Defendendo a ideia de uma fraude eleitoral, o grupo derrotado iniciou em janeiro de 1923 uma guerra civil pelo território rio-grandense com o intuito principal de provocar a intervenção do Presidente da República Arthur Bernardes no estado e a deposição de Borges da comandância estadual. A luta armada se desenrolou em municípios do estado através da liderança de chefes político-militares com grande capacidade de mobilização (Forno, 2014).

colonos, requisitando produtos para melhorar a qualidade produtiva, prestando orientações agrícolas aos associados e intermediando interesses coletivos e reivindicações junto ao governo estadual e federal, “como por exemplo, com o Ministério da Agricultura, ora pleiteando orientações sobre a lavoura, ora negociando impostos, taxas e preços dos produtos” (Hammes, 2014, p.). A Liga dos Colonos Lourencianos tinha como objetivo fundamental realizar a união dos agricultores da classe colonial, com base na premissa de que “a união faz a força”, o que, de modo geral, obteve boa aceitação entre os colonos, angariando um número significativo de associados e entusiastas durante seu período de funcionamento, resultando inclusive na criação de uma cooperativa apoiada pela Liga (Hammes, 2014).

Fundada em 1931, a cooperativa mencionada tratava-se da Cooperativa São Lourenço – Sociedade Agrícola de Compra e Venda de Responsabilidade Limitada, uma associação profissional agrícola, sediada na zona urbana, aberta à associação de profissionais da lavoura, industriais conexos e auxiliares, desde que também sócios da Liga. Entre seus principais objetivos estavam: desenvolver o mercado local de produtos coloniais, melhorar o abastecimento das lavouras de seus associados e atuar na defesa dos interesses econômicos e comerciais dos produtores rurais, especialmente contra a exploração e a fraude. Visava ainda fomentar a exportação de produtos convenientes, a abertura de um armazém para depósito e venda da produção dos associados, atualizando-os frequentemente sobre os preços e as condições de mercado (Hammes, 2014).

Em relação à cooperativa, não foram encontradas evidências concretas sobre seu funcionamento nos anos posteriores, havendo a possibilidade de ter sido incorporada à própria Liga dos Colonos, que se manteve atuante até o começo da década de 1940, quando a Segunda Guerra Mundial impôs uma série de mudanças e restrições aos descendentes dos países do Eixo residentes no Brasil (Hammes, 2014).

Retomando a narrativa mais abrangente, no ano seguinte à fundação da Sociedade de Pelotas, teve início um período significativo para o movimento cooperativista brasileiro, já isentado do pagamento de impostos, sobretudo em razão do decreto nº 22.239 (19/12/32), que permitiu maior autonomia às cooperativas, transferindo do Ministério da Agricultura para as Secretarias de Agricultura dos Estados a gerência do movimento, com a criação dos Departamentos de Assistência ao Cooperativismo (DACs). Na mesma época, a Constituição do Estado do Rio

Grande do Sul de 1934 também veio fortalecer a organização cooperativista no estado, reconhecendo como legítimos os institutos e as corporações com finalidades econômicas, as cooperativas de consumo e produção, e as associações profissionais regulares e estáveis (Schallenberger, 2005).

Porém, a citada ascensão do cooperativismo durou pouco tempo, visto que, após a implantação da Ditadura do Estado Novo (1937) e a difusão da mobilização antigermanista no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Liga das Uniões Coloniais foi gradualmente definhando, juntamente com a desconstrução dos poderes locais presentes nas uniões coloniais a ela filiadas, frente à imposição da ideologia do nacional-desenvolvimentismo praticada pelo Estado brasileiro (Schallenberger, 2005).

Todavia, diante da inoperância do Estado em suprir as necessidades das áreas de colonização europeia no estado do Rio Grande do Sul, a Sociedade União Popular e a Liga das Uniões Coloniais, enquanto se mantiveram ativas

Estruturaram o capital social das colônias e mobilizaram as suas forças produtivas para prover a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento regional. Cooperativas, de crédito e de produção, frigorífico e abatedouros, insumos e novas tecnologias, educação rural, difusão cultural e tecnológica, organização de novos espaços para a colonização, dentre outros, traduzem a importância dessas duas organizações na produção do espaço social do sul do Brasil (Schallenberger, 2005, p. 15).

No município de São Lourenço, não se obteve conhecimento da presença de um núcleo de representação da Sociedade União Popular ou de lideranças a ela vinculadas. Contudo, a existência de uma entidade ligada à Liga das Uniões Coloniais e as razões de sua criação denotam que naquele município, já na década de 1920, havia, além do descontentamento com a violência resultante da Revolução de 1923, uma mobilização em defesa dos interesses, sobretudo econômico-agrícolas, da população teuto-brasileira, que era em sua maioria, vale lembrar, de origem pomerana e de religião luterana.

A criação e manutenção de associações semelhantes à Liga mencionada e o fomento do movimento cooperativista foram comuns nas áreas coloniais do Rio Grande do Sul, carregadas de simbolismo identitário. Essas associações funcionavam, conforme Seyferth (2015), muito além dos propósitos econômicos, como espaços de reprodução da sociabilidade colonial e de preservação dos valores germânicos, como a língua e os costumes comunitários, que se desejava manter em

solo brasileiro. Sobre o município em foco, obteve-se informação do funcionamento de algumas sociedades, associações e cooperativas anteriores ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

No âmbito cultural, a música era considerada, desde o início da colonização, uma das formas mais íntimas de expressar saudade em relação à pátria-mãe. Isso levou à fundação, em 1874, apenas 16 anos após a chegada dos primeiros imigrantes, da *Sängerbund*, a primeira de muitas sociedades filarmônicas que se formariam na colônia, localizada em Picada Moinhos, onde residia Jacob Rheingantz. Nas décadas seguintes, há registros da criação de diversas sociedades de canto, ao menos três Sociedades de Atiradores e cinco Sociedades de Amparo Mútuo, criadas no início do século XIX, que continham departamentos de canto. O número significativo dessas sociedades requereu a fundação de uma Liga de Cantores, em 1930, chamada de União Cultural e Agrícola (UCA), uma entidade maior incumbida de congregar diversos grupos e associações do município, manter a cultura trazida do continente europeu e promover eventos cuja renda era revertida para os associados, permitindo-lhes adquirir sementes para plantio. Assim, além do trabalho cultural, a UCA passou a atuar na área econômica, tornando-se responsável por conceder empréstimos aos associados, que, não raras vezes, estavam desprovidos de recursos financeiros para a finalização do plantio. Portanto, antes da criação de órgãos próprios como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, “a União Cultural e Agrícola era a entidade que fornecia apoio e assistência ao agricultor” (Hammes, 2014), formada por várias sociedades, antes isoladas, espalhadas pelo município.

Com base nos aspectos da UCA, percebe-se a importância atribuída pelos colonos de São Lourenço à questão econômico-agrícola, uma vez que, após a chegada da imigração alemã à região, era especialmente da terra que provinha o sustento das famílias residentes e o desenvolvimento do núcleo colonial. Esse cenário já era vislumbrado em 1858, quando grandes expectativas eram depositadas sobre os imigrantes e a colônia agrícola de Jacob Rheingantz, conforme matéria publicada naquele ano no jornal *Diário de Rio Grande*, prevendo que

A agricultura será a solução da Província do Rio Grande (...) as vantagens que nos trará a colônia do Sr. Rheingantz está ao alcance de todos (...) abastecerá os mercados de Pelotas e Rio Grande com seus produtos privando-nos assim de maiores misérias (Hammes, 2014).

Essa previsão, em grande parte, se concretizou, dado que, no começo do século XX, o município possuía uma variada produção agrícola e pecuária, comercializando boa parte desses produtos, como milho, feijão, batata-inglesa, cebola, gado bovino e suíno, lã, banha, peixe, lenha e carvão, para fora de seus limites territoriais. Esses produtos alcançaram inclusive posições significativas no Rio Grande do Sul, destacando o município como o segundo maior produtor de mandioca e batata-inglesa, e o terceiro maior produtor de feijão do estado (Hammes, 2014).

Inicialmente, a batata-inglesa era plantada apenas para o consumo interno da colônia; todavia, a alta produtividade, favorecida pelo clima e pela alta fertilidade do solo, permitiu sua comercialização externa, tornando São Lourenço conhecida por sua excelência, dentro e fora do país. Além de abastecer cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e São José do Norte, o produto era também exportado para Montevidéu (Uruguai). Nos anos que antecederam a fundação do STR, os registros de Hammes (2014) apontam a agricultura como o motor econômico e a principal fonte de riqueza de São Lourenço do Sul, com a batata-inglesa sendo o principal produto da zona colonial.

Dessa forma, dada a importância do trabalho no campo e da prática de diferentes culturas agrícolas entre os colonos de São Lourenço, é perfeitamente concebível que diferentes organizações fossem criadas por lideranças locais, visando atender às necessidades que surgiam, especialmente no que se refere ao planejamento e custeio das safras, bem como à sua comercialização a preços justos, que compensassem todo o esforço humano e o capital investido. O objetivo era evitar que os colonos continuassem sendo explorados, como era recorrentemente relatado nos anos imediatos após sua chegada ao Brasil, quando a colônia estava totalmente submetida à autoridade de Jacob Rheingantz. Entretanto, a lembrança da trajetória de dominação e exploração gerava também grande resistência e desconfiança em relação a entidades de caráter organizacional e ao movimento cooperativista, conferindo-lhes vida curta e resultando na escassez de informações sobre o seu funcionamento.

Um exemplo é a Cooperativa Agrícola Mista LTDA., citada por Ronald Spiering, cujo nome lembra a Cooperativa São Lourenço. Contudo, devido ao período de funcionamento relatado pelo depoente ser diferente, não é possível confirmar se se

trata da mesma entidade. Apesar disso, é possível perceber indícios da resistência dos colonos em relação a ela.

Participei da Cooperativa essa dos agricultores, nós nem morávamos aqui na cidade, nós morávamos lá fora e aí começou, mas depois não deu certo, porque na época o produto principal da cooperativa era a batata e a batata é um produto perecível, então dava problema de todo jeito, porque a cooperativa funciona da seguinte maneira: o associado entrega o produto e aí recebe um adiantamento, vamos dizer um saco de batata no mercado, o comprador paga 50 reais, a cooperativa recebe a batata, dá um adiantamento de 40 reais e depois comercializa esse produto e no fim do ano quando terminou a safra faz um rateio e vê quanto que deu em média, então esses 40 podem virar em 60, em 38, depende. E aí o agricultor era muito desconfiado e não queria entregar por 40, se lá outro comprador paga 42,50, e aí começava a desviar o produto. Esse sistema cooperativo é muito complicado, porque primeiro tem que ter um espírito. Esse curso na Alemanha que fomos fazer era justamente para isso.¹⁹

O cenário descrito por Spiering é corroborado pela fala de Balbino Schneid sobre o breve tempo de atividade da referida cooperativa: “Me parece que, no início, funcionaram juntas a cooperativa e o sindicato na época, os dois eram recém-fundados, mas a cooperativa foi à lona em seguida.”²⁰ Um indicativo disso é que, em fevereiro de 1969, consta ter sido realizada uma assembleia do STR na sede da Cooperativa Agrícola Mista Lourenciana LTDA, localizada na zona urbana do município.

Ambas as falas permitem perceber que a época de fundação da Cooperativa Agrícola Mista LTDA. coincide com a de fundação do STR, tendo ambas funcionado de forma concomitante e, possivelmente, com membros em comum. No entanto, o tempo de atividade da cooperativa foi breve, muito em razão da falta de espírito cooperativista entre os colonos de São Lourenço do Sul, que frequentemente comercializavam seus produtos fora da cooperativa por preços superiores. Além disso, o sindicato se tratava de uma entidade mais abrangente, voltada a responder às mais variadas questões existentes no campo, no que diz respeito ao pequeno produtor e ao empregado rural, conferindo significatividade à sua criação naquele município, a qual será abordada no próximo subcapítulo.

¹⁹ Entrevista concedida por Ronald Spiering em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 20 de maio de 2022.

²⁰ Entrevista concedida por Balbino Schneid em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 24 de maio de 2022.

3.3 Origens da Carta Sindical e movimento precedente

Neste item do trabalho convém destacar que embora muito se assemelhe aos demais sindicatos criados pela Frente Agrária Gaúcha no Rio Grande do Sul, especialmente no que concerne aos aspectos de sua atuação durante a Ditadura Civil-Militar, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul apresenta certa nebulosidade em relação à mobilização anterior à conquista da carta sindical.

De acordo com Picolotto (2011), a organização de sindicatos pela FAG costumava seguir certo padrão, começando com a formação de uma seccional na comunidade local, à qual se filiavam pequenos agricultores, originando em seguida um Sindicato de Pequenos Proprietários, que, quando reconhecido pelo Ministério do Trabalho, se transformava em Sindicato de Trabalhadores Rurais. Todavia, o caso de São Lourenço do Sul foge totalmente à regra, uma vez que, quando iniciada a movimentação para a criação da entidade, o grupo responsável se deparou com a já existente carta sindical para o município, conforme relata Ronald Spiering.

Existe muita controvérsia quanto a isso, o sindicato ele foi criado, fundado depois da carta sindical, ele começou, a ideia de se fundar um sindicato em São Lourenço começou em Stuttgart (Alemanha), em 1966 eu fui convidado para ir para a Alemanha para fazer um curso lá sobre cooperativismo e sindicalismo e aí foram 15 pessoas aqui do RS, todos falavam alemão, uma das exigências era que soubesse falar alemão e um dos que foi junto foi Mário Pedro Prietsch, era o presidente do Sindicato em Pelotas, aí nós lá em Stuttgart na Alemanha e um dia a gente conversando sobre tudo quanto é assunto, ele disse vem cá porque em São Lourenço nunca fundaram um sindicato lá, lá na FETAG, lá tem a carta sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul. Essa carta, a data da carta é 22 de junho de 1966 e nós fomos pra Alemanha em novembro de 1966, então antes de se pensar em fundar um sindicato aqui já tinha a carta.²¹

A partir da fala do senhor Spiering, percebe-se a existência de um grupo e uma tentativa anterior de fundação de um sindicato de trabalhadores rurais em São Lourenço do Sul. No site do Ministério do Trabalho, a origem do referido sindicato é indicada pelo processo L045 P002 A1963, datando que, já no ano de 1963, foi emitida uma autorização pelo governo federal para a constituição de um STR no município, mas que não obteve êxito, muito provavelmente em razão da eclosão do Golpe de 31 de março de 1964 e da postura de repressão a movimentos populares adotada pela Ditadura Civil-Militar, especialmente quando de esquerda, como as Ligas Camponesas, a ULTAB e o MASTER.

²¹ Entrevista concedida por Ronald Spiering em sua residência para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 20 de maio de 2022.

Depois da Revolução de 1964 foi feito um movimento aqui em São Lourenço do Sul e isso tem lá arquivado no Sindicato, pelo menos na minha época tinha, uma relação dos fundadores do sindicato, mas não tinha trabalhador rural, era gente daqui que era empregado de engenho, etc. (...) Tudo nomes desconhecidos que não eram agricultores, que não eram trabalhadores rurais.²²

Portanto, para o depoente, o referido grupo não era composto por trabalhadores do campo, tal como os colonos que mais tarde fundaram efetivamente o sindicato. Assim, foi considerado benéfico que o movimento não tenha avançado, pois foi possível aproveitar a carta sindical já emitida pelo Ministério do Trabalho. Além disso, o grupo não seria capaz de representar com eficiência os interesses dos agricultores lourencianos, nos moldes coloniais.

É plausível supor que a carta sindical tenha sido solicitada após a publicação da já mencionada Portaria 355-1 (20/11/62), responsável por regulamentar a criação de sindicatos de base municipal nas categorias de trabalhadores da lavoura, trabalhadores da pecuária, trabalhadores da produção extrativista rural e produtores autônomos em regime de economia familiar ou coletiva. Essa classificação permitia, inicialmente, a criação de mais de um sindicato de trabalhadores do campo em um mesmo município. No entanto, a carta, quando expedida, não foi mais reivindicada pelo grupo original devido ao risco de repressão imposto pelo regime ditatorial.

Sobre a identidade desses sujeitos, apesar dos esforços empregados, pouquíssimas informações foram encontradas. Embora Spiering tenha mencionado a existência de uma lista com os nomes dos primeiros trabalhadores que pensaram na criação de um STR no município, nas dependências da entidade, nada foi encontrado sobre a localização ou até mesmo a existência de tal documento. Com base na discussão sobre o conceito de memória realizada na introdução deste trabalho, percebe-se uma disputa de narrativas. Não é possível afirmar se a atual direção da entidade e os demais depoentes realmente desconhecem tal informação ou se o fato foi intencionalmente suprimido da história do sindicato, com o objetivo de assegurar ao grupo o papel de precursores do movimento. Essa análise reforça a concepção de Pollak (1989), que descreve a memória como uma tentativa, mais ou menos consciente, de fortalecer sentimentos de pertencimento em determinada coletividade. Também corrobora Motta (2012), que afirma que a produção de ressignificações

²² Entrevista concedida por Ronald Spiering em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 20 de maio de 2022.

ocorre a partir do confronto de memórias em disputa, envolvendo grupos que constroem versões opostas e suprimem fatos relevantes sobre seus opositores.

Todavia, em nova abordagem com Spiering acerca do referido assunto, ele mencionou uma possível ligação desses sujeitos com o Assentamento Banhado do Colégio e o governo de Leonel Brizola.

Esse período de 22 de junho de 1966 até março de 1967 não houve nada, só tem uma relação lá das pessoas que eram associadas, mas que na realidade não eram agricultoras, essa relação, pelo menos até eu sair de lá, estava lá. Foi na época também que o governador era o Brizola, foi na época do Banhado do Colégio, aqui na divisa São Lourenço – Camaquã, havia um assim como hoje tem o MST, Movimento Sem Terra, naquele tempo já havia isso, naquele tempo eles queriam criar um Sindicato que não era justamente, pelo menos ali naquela relação não havia agricultor, a gente conhecia os caras, eram vivos ainda e nunca tinham pegado em enxada.²³

Buscando paralelamente identificar casos de repressão pelo regime ditatorial em São Lourenço do Sul e, diante da última informação mencionada por Spiering, chegou-se à pessoa de Clara da Rosa, filha de Darcy da Rosa, uma importante liderança do Partido Trabalhista Brasileiro no município, visado por seu trabalho junto aos trabalhadores do campo.

Os antigos colonos aqui de São Lourenço, todo mundo adorava ele, porque na época em que o Brizola era governador, ele mandava sementes para os colonos, mandava material agrícola, porque queria que se desenvolvesse, porque o Rio Grande do Sul era o celeiro do Brasil e São Lourenço do Sul a terra da batata.²⁴

Conforme o relato de Rosa²⁵, seu pai, atualmente já falecido, conquistou grande simpatia no meio rural de São Lourenço do Sul, especialmente entre os trabalhadores que se identificavam com a linha de trabalho do PTB na época. Além de ocupar o cargo de vereador nos anos que antecederam a Ditadura Civil-Militar, Darcy da Rosa também atuou como funcionário do Ministério do Trabalho "desde a época de Getúlio" e foi membro do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA). Ele teve um papel importante na organização do Assentamento Banhado do Colégio, mantendo grande proximidade com o governador Leonel Brizola e com o presidente João Goulart. Rosa também foi responsável por promover a entrada do município na Campanha da

²³ Entrevista concedida por Ronald Spiering em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, na residência da mesma, em São Lourenço do Sul/RS, em 20 de maio de 2022.

²⁴ Entrevista concedida Clara da Rosa para Patrícia Schneid Altenburg, na residência da mesma em São Lourenço do Sul/RS, em 4 de maio de 2024.

²⁵ Entrevista concedida por Clara da Rosa para Patrícia Schneid Altenburg, na residência da mesma, em São Lourenço do Sul/RS, em 4 de maio de 2024.

Legalidade, em 1961, visando assegurar a posse de Jango na presidência da República, após a renúncia de Jânio Quadros.

Mas em 1961 eles conseguiram, foi um levante aqui do Rio Grande do Sul, o pai fechou a Rádio São Lourenço, porque não queria botar a rádio da legalidade para resistir, aí o pessoal começou a ir, o Brizola botava ônibus, enchia os ônibus na colônia e levava o pessoal para Porto Alegre. Tenho foto do pai na escadaria do Piratini junto com todos os comandantes e ele do lado do Brizola. Ele gostava mais do Jango, porque o Jango era mais conciliador.²⁶

Figura 3 - Visita de João Goulart a São Lourenço do Sul, 1962.



Fonte: Acervo particular de Clara da Rosa.

²⁶ Entrevista concedida por Clara da Rosa para Patrícia Schneid Altenburg, na residência da mesma, em São Lourenço do Sul/RS, em 4 de maio de 2024.

Figura 4 - Darcy da Rosa ao lado de Leonel Brizola durante a Campanha da Legalidade, 1961.



Fonte: Acervo particular de Clara da Rosa.

O relato de Clara da Rosa e as imagens acima mencionadas permitem perceber que o fato de São Lourenço do Sul ser um município interiorano, desprovido de grandes mobilizações populares e de caráter colonial germânico, não excluiu seus habitantes de interagirem ativamente com conflitos políticos de maior amplitude, como a Campanha da Legalidade. Vale destacar que o município possuía um núcleo consolidado do PTB e diversos vereadores eleitos pela sigla. Prova disso é que, ao contrário do que consta no imaginário da população lourenciana, o município também foi alvo da máquina repressiva da Ditadura Civil-Militar após o golpe. Darcy da Rosa, por exemplo, teve seu mandato de vereador cassado, foi exonerado do cargo junto ao Ministério do Trabalho e investigado pelo governo, conforme consta no relatório do Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligência (SFICI).

1- Examinando-se, atentamente a presente investigação sumária, verifica-se que:

- Quanto ao Indiciado DARCY DA ROSA, residente em SÃO LORENÇO DO SUL, RS, auxiliar – datilopista, padrão 8, Ministério do Trabalho, usou da condição de funcionário público federal, para fazer proselitismo subversivo, procurando ainda, dentro dos princípios propostos pela reforma agrária do ex-governo, agitar elementos de pouca cultura, bem como, jogar empregados contra empregadores: conforme consta nas declarações das dez testemunhas e da sua própria; sendo proprietário de certa extensão de terra, cerca de 900 hectares em SÃO LORENÇO DO SUL e CANGUSSU, ambas no RIO GRANDE DO SUL, não lhe é necessário o cargo acima citado, pois

que, nenhum problema social lhe será criado para si e sua família, com a supressão do mesmo.

2 – Do exposto conclue-se que o Indiciado DARCY DA ROSA, residente em SÃO LOURENÇO DO SUL, RS, auxiliar – datilcopista, padrão 8 Ministério de Trabalho, está sujeito às sanções impostas pelo Art. 7º do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, pelo que seja a presente Investigação Sumária remetida ao Presidente da Comissão Geral de Investigação.

CID SCARONE VIEIRA (10-396-730).

Major Encarregado da Investigação Sumária.²⁷

É digno de atenção, no referido relatório, a informação de que Rosa era proprietário de significativas áreas de terra localizadas nos municípios de São Lourenço do Sul e Canguçu, terras adquiridas por gerações precedentes, onde se cultivavam, conforme Clara da Rosa, vastas áreas de arroz. Todavia, apesar de se categorizar como grande produtor rural e pertencer à classe patronal, sendo inclusive sócio fundador da Associação Rural de São Lourenço do Sul, isso não o eximiu de sofrer perseguição, tanto pela Ditadura quanto pela classe à qual pertencia, visto que, após o fatídico 31 de março, foi expulso da referida associação.

Em seção de Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 21 de Abril p.p., em consonância absoluta com os princípios democráticos fundamentais que norteiam a REVOLUÇÃO BRASILEIRA, contra a corrupção, a demagogia, a subversão e, sobretudo, contra o comunismo que minavam às Instituições Brasileiras, vem, por este meio, levar ao conhecimento de VV.SS. que, por maioria absoluta de votos, deliberou denunciar como AGENTE SUBVERSIVO da ordem social, política e econômica, o cidadão DARCY DA ROSA, residente nesse município.²⁸

No ofício remetido pela Associação Rural e posteriormente anexado ao relatório do SFICI, nota-se que a entidade não apenas expulsou Rosa de seu quadro social, como também pediu a cassação de seu mandato de vereador e a demissão do cargo federal que ocupava, sob a acusação de subverter a ordem em São Lourenço do Sul, especialmente entre os trabalhadores do campo, arregimentando-os para o comunismo e mantendo, no município, um núcleo do "Grupo dos Onze" desde o início da década de 1960. Fica também muito clara a posição de apoio da entidade à implantação de um governo militar e ditatorial no país, lembrando que a classe latifundiária brasileira esteve entre os principais setores que fomentaram e deram legitimidade ao golpe no país.

Quando da investida reformista do Sr. Brizola, no governo do Estado do Rio Grande do Sul, era o Sr. DARCY DA ROSA, seu preposto político nesse

²⁷ Relatório de investigação caso Darcy da Rosa – Serviço Federal de Informações e Contra-Informação. Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

²⁸ Ofício da Associação Rural de São Lourenço do Sul (1964), anexo ao relatório de Darcy da Rosa junto ao Serviço Federal de Informações e Contra-Informação. Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

município, exercendo a liderança dos chamados SEM TERRA, convocando humildes trabalhadores rurais em comícios públicos e em reuniões no seu estabelecimento rural, com o intuito de acirrar os ânimos destes contra seus patrões, organizando os também chamados GRUPO DOS ONZE; orientando-os, no sentido de uma provável reação violenta contra a ordem social vigente. (...) Considerando, ainda, que o Sr. DARCY DA ROSA é vereador neste Município e tendo vista o dever de solidificar, os atuais princípios revolucionários, esta Associação Rural, sugere a Vv.SS., as mesmas medidas saneadoras que foram impostas à elementos da mesma estirpe, ao Sr. DARCY DA ROSA. Ouvimos e lemos diariamente, os apelos das atuais autoridades, no sentido de não compactuarem com traidores e agentes subversivos. Em nome da ordem, em nome da democracia brasileira e ocidental em nome do Brasil, solicitamos à VV.SS. uma oportunidade para que o Município de São Lourenço do Sul, não fique em débito para com a História do Brasil e para com a Democracia do Hemisfério, cassando seu mandato de Vereador, sua demissão do cargo Federal que exerce e extinção de seus direitos políticos.²⁹

Houve, portanto, um esforço por parte da Associação Rural de São Lourenço do Sul em demonstrar distanciamento em relação à pessoa de Darcy da Rosa, seus posicionamentos, atitudes e correligionários. Porém, seu discurso vai além: busca apresentar o município como ordeiro, compactuando com os valores da Ditadura, solicitando uma oportunidade de redenção e tratando o caso de Darcy como um acontecimento isolado que não representa a opinião da maioria.

A autora que aqui escreve, entende ter havido uma comparação entre as estigmatizações associadas a Leonel Brizola e Darcy da Rosa, descritos como comunistas e subversivos por correligionários da Ditadura Civil-Militar. Entretanto, percebendo as dimensões de suas ações fica evidente o caráter reformista de ambos, inclusive disponibilidade em ampliar o número de pequenas propriedades, razão pela qual sofreram estigmatizações.

A partir das informações coletadas sobre Darcy da Rosa, não foi possível comprovar sua participação no movimento anterior à fundação do STR de São Lourenço do Sul, em 1967. Todavia, a trajetória de Rosa junto aos trabalhadores do campo, a relação de proximidade que manteve com Leonel Brizola e, inclusive, com João Goulart, e sua participação na organização do Assentamento Banhado do Colégio aproximam-se do perfil mencionado por Ronald Spiering³⁰, quando

²⁹ Ofício da Associação Rural de São Lourenço do Sul (1964), anexo ao relatório de Darcy da Rosa junto ao Serviço Federal de Informações e Contra-Informação. Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

³⁰ Entrevista concedida por Ronald Spiering em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 20 de maio de 2022.

questionado sobre o grupo responsável por iniciar a organização de um STR no município, em conformidade com o que pontua Clara da Rosa

O que eu sei é que ele era do IGRA, a maioria dessas pessoas que se movimentaram já estão mortas, infelizmente, mas se houve (esse movimento), o Brizola fomentou, o seu Caruso era o chefe geral dos acampamentos, mas o Banhado do Colégio foi o pai que fez, agora o seu Sinval Schumacher está em uma fotografia recebendo a carta da terra e isso foi antes de 1961, porque o Brizola ainda era governador, então se foi esse movimento, certamente o pai estava no meio, o pai esteve no meio de tanta coisa.³¹

Embora o período que se pretende analisar nesta dissertação compreenda a atuação do STR a partir de 1966, quando foi emitida a carta sindical que regulamenta oficialmente a existência da entidade, é importante apresentar as informações acima sobre o movimento que a precedeu e deu origem à mesma. Essas informações, embora não tragam comprovação, permitem traçar possibilidades e compreender melhor aspectos da comunidade de São Lourenço do Sul e do grupo que veio a compor o sindicato estudado, o qual será abordado a seguir.

3.4 O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul: organização e fundação oficial

Conforme já mencionado nas páginas precedentes, a fundação oficial do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul ocorreu somente no ano de 1967, especificamente na data de 23 de setembro, ocasião em que se reuniram, na localidade de Boa Vista, organizadores do movimento, membros fundadores, autoridades locais e representantes da FETAG, "para deliberar sobre a eleição de uma junta governativa para dirigir o Sindicato até a eleição e posse de sua diretoria definitiva"³², permitindo assim que a entidade iniciasse de modo significativo seu papel de representante da classe trabalhadora rural naquele município.

³¹ Entrevista concedida por Clara da Rosa para Patrícia Schneid Altenburg, na residência da mesma, em São Lourenço do Sul/RS, em 4 de maio de 2024.

³² Livro de Atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, 1967. Fonte: Acervo do Sindicato de Trabalhadores Agricultores Familiares de São Lourenço do Sul/RS.

Figura 5 - Assembleia de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, 1967.



Fonte: Acervo do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul

No entanto, a concepção do STR, nos moldes em que foi fundado, tem início no ano anterior, em grande parte pela atuação de Ronald Spiering, uma figura importante na articulação desse processo. Já integrado ao movimento cooperativista do município, atuando na Cooperativa Agrícola Mista Ltda., e fluente em alemão, Spiering foi convidado a participar de um curso na Alemanha.

Esse curso era para pessoas ligadas à cooperativa e eu era ligado, também não era presidente, apenas ajudei a fundar, a mesma coisa do sindicato. Um dia veio um senhor lá de Porto Alegre, o prefeito era o João Thofehrn, para quem ele perguntou se tinha aqui alguém vinculado à cooperativa e que soubesse falar em alemão, aí o Dr. João me ligou. (...) Aí fui lá para a prefeitura e tinha um senhor de Porto Alegre, do Centro Cultural Quinze de Julho acho que era, e disse que estavam organizando um grupo de 15 pessoas ligadas a Cooperativa para fazer um curso de 40 dias lá na Alemanha, tudo pago, não ia gastar nada, mas era daqui a duas semanas, eu não tinha passaporte, nem roupa, fui com as roupas emprestadas, lá era inverno, era novembro. Mas fomos, foram 15 aqui do Rio Grande do Sul, 3 da Argentina, sei que éramos em 28, uma mulher e 27 homens. Aí fomos para uma faculdade e ficamos lá 18 dias dentro da escola, aula manhã, tarde e noite, os outros 22 dias nós viajamos a Alemanha toda, nós chegávamos a visitar 6 cooperativas em um dia, era cooperativa de leite, vinho, etc., tudo que é tipo.³³

³³ Entrevista concedida por Ronald Spiering em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 20 de maio de 2022.

Embora não se tenham encontrado maiores informações sobre o curso mencionado por Spiering, acredita-se que ele esteja relacionado ao Decreto Nº 54.075, de 30 de julho de 1964, responsável por promulgar o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e, na época, a República Federal da Alemanha. O acordo foi firmado com vistas a

Fortalecer e aprofundar as relações de amizade existentes entre os dois Estados e Povos. Considerando de interesse comum promover e estimular o progresso técnico-científico e o desenvolvimento econômico e social de seus respectivos países. Reconhecendo as vantagens que resultarão para ambos os países de uma cooperação técnica e econômica mais estreita e melhor ordenada.³⁴

No Rio Grande do Sul, a escolha dos candidatos aptos para viajar para a Alemanha possivelmente tenha partido de lideranças vinculadas à Igreja Católica e à própria Frente Agrária Gaúcha, visto que o referido curso era voltado para a formação de lideranças capazes de levar o modelo cooperativista alemão para a América Latina, buscando depurar perfis ideológicos contrários à Ditadura Civil-Militar Brasileira, assemelhando-se aos princípios do sindicalismo cristão defendido pela FAG.

Figura 6 - Lideranças Rurais Gaúchas na República Federal da Alemanha, 1966.



Fonte: CASAROTTO, Irmão C. Marcílio. **Irmão Miguel Dario**: O irmão dos agricultores. Porto Alegre: Província Marista de Porto Alegre, 1977.

³⁴ Decreto de Lei Nº 54.075, de 30 de julho de 1964.

O senhor Spiering relata que a estadia no continente europeu permitiu-lhe refletir sobre a criação de um sindicato para São Lourenço do Sul, especialmente após tomar conhecimento, ainda durante a viagem, da existência de uma carta sindical que autorizava a fundação de um STR no município.

Um dos que foi junto, foi o presidente, que estava nesse grupo aí, era o Mário Pedro Prietsch, era o presidente do Sindicato em Pelotas, aí nós lá em Stuttgart na Alemanha e um dia a gente conversando sobre tudo quanto é assunto, ele disse vem cá porque em São Lourenço nunca fundaram um sindicato, lá na FETAG tem a carta sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul.³⁵

Essa informação incentivou Spiering a buscar recursos para a fundação de uma entidade com o mesmo caráter em seu município de origem.

Quando eu voltei da Alemanha, eu fui para Porto Alegre junto com o presidente do Sindicato de Trabalhadores de Pelotas, nós fomos lá na FETAG, também nunca tinha ido lá. Lá me entregaram a carta e uma pessoa, era Irmão Miguel o nome dele, era da Frente Agrária, esse veio aqui, ele tinha um Modelo A e nós íamos para o interior reunir o pessoal, convidar, ele foi um dos responsáveis por motivar o pessoal, porque na época era muito difícil, o pessoal não queria e aí a gente conseguiu reunir esse pessoal, aí alugamos uma sala ali na (rua) Alfredo Born e aí começou.³⁶

A partir das palavras utilizadas em seu relato, Spiering deixa claro que encontrou relativa facilidade em obter a carta sindical, que foi entregue quase de imediato, assim que chegou à sede da FETAG, acompanhado do presidente do STR de Pelotas³⁷. Isso se deve, muito provavelmente, ao fato de a fundação do STR de São Lourenço do Sul ter ocorrido nos anos em que a Igreja Católica e a FAG dominavam o cenário de representação dos trabalhadores do campo no Rio Grande do Sul. Essas entidades buscavam organizar o máximo de sindicatos no estado e viam em Ronald Spiering alguém que partilhava dos valores e ideias da organização.

Com relação à FAG, conforme apontado, o Irmão Miguel Dário veio pessoalmente a São Lourenço do Sul para auxiliar no trabalho de convencimento dos colonos da área rural a apoiarem a iniciativa e se filiarem à entidade. Oriundo de Taquara, município localizado na Região Metropolitana do Rio Grande do Sul, o Irmão Miguel, desde que ingressou na Congregação Marista³⁸ em 1931, dedicou-se a

³⁵ Entrevista concedida por Ronald Spiering em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 20 de maio de 2022.

³⁶ Entrevista concedida por Ronald Spiering em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 20 de maio de 2022.

³⁷ Essa facilidade mencionada por Spiering em obter a carta sindical reforça a perspectiva da sua solicitação junto ao Ministério do Trabalho, ter ocorrido bem antes.

³⁸ Instituto religioso laical ou Instituto religioso de Irmãos, sob o nome de Pequenos Irmãos de Maria, fundado em 2 de janeiro de 1817 por Marcelino Champagnat fundava, em La Valla, na França e de

trabalhar em benefício dos agricultores de poucos recursos, atuando nos municípios de Bom Princípio e Veranópolis no desenvolvimento da educação rural e ministrando cursos de incentivo ao cooperativismo agrícola. O Irmão Miguel acreditava que o sindicalismo e a organização de boas cooperativas trariam soluções para boa parte dos problemas enfrentados pelos agricultores, utilizando como referência a doutrina social agrícola de outros países (Casarotto, 1977).

Quando a Frente Agrária Gaúcha foi fundada em 1961, os irmãos maristas das regiões sul e leste do estado não demoraram a apoiar o novo movimento, inclusive o Irmão Miguel, que passou a atuar junto à FAG a partir de abril de 1962, após ser solicitado pela organização. No plano de ação da FAG, os membros acreditavam que, para que a sindicalização de todo o estado do Rio Grande do Sul fosse bem-sucedida, era necessário o surgimento de lideranças rurais capazes de convencer os agricultores a se organizarem em sindicatos. Irmão Miguel reconheceu essa liderança em Ronald Spiering, dada a facilidade com que o lourenciano recebeu o apoio e a assessoria da FAG e do próprio Irmão Marista, não só para a fundação de um STR em São Lourenço do Sul, mas também para dar prosseguimento ao trabalho da entidade (Casarotto, 1977). A presença de Irmão Miguel é registrada em ata:

Irmão Miguel Dário, que fez uma palestra sobre sindicalismo, onde relembrou aquelas primeiras reuniões realizadas no interior do município para a organização do sindicato, onde não compareciam mais de dez agricultores, pois que a maioria não acreditavam em sindicalismo, (...) satisfeito com o comparecimento de tão grande número de associados à Assembleia, isto demonstrava que aquela semente lançada há quatro anos atrás já estava dando os frutos desejados.³⁹

De modo geral, na ocupação de secretário-geral da FAG, o Irmão Miguel Dário teve facilidade em transitar na FETAG e, de lá, para a CONTAG, onde foi criado um departamento especializado em educação rural, cuja origem lhe é atribuída. Além disso, soube aproveitar os meios de comunicação para difundir suas ideias entre os trabalhadores do campo, inclusive aqueles que residiam distantes da capital do estado. A organização de reuniões no município pela Frente Agrária Gaúcha, anos antes da fundação do STR, é um indicativo disso. Quando foi secretário do Trabalho e da Ação Social, o Irmão Miguel também presidiu a Fundação Gaúcha do Trabalho

difusão mundial. Fonte: MARISTAS de Champagnat. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://champagnat.org/pt/instituto-marista/instituto-historia/>. Acesso em: 27 set. 2024.

³⁹ Livro de Atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, 1971. Fonte: Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de São Lourenço do Sul.

nos anos de 1970 e 1971. Esse trabalho lhe rendeu a condecoração Lindolfo Collor, concedida pelo governador do estado, como forma de agradecimento pelos relevantes serviços prestados à comunidade (Casarotto, 1977).

Após o trabalho inicial de difusão das ideias e dos princípios norteadores da entidade, bem como a realização de sua assembleia de fundação, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, embora enfrentasse dificuldades para atrair determinados contingentes de pessoas — "porque o colono é teimoso, ele acha que só ele sabe trabalhar, fazer as coisas. Então, alguns vinham espontaneamente e outros, nem convidando, nem atados, não vinham" —, uma característica bastante comum da comunidade germânica rural que se estabeleceu na região, não tardou a registrar um rápido crescimento em seu quadro social. Esse grupo era composto por sujeitos que viam na entidade um espaço capaz de conceder direitos e atender a interesses que melhorassem seu cotidiano. Esse conteúdo será abordado no próximo capítulo.

4 A atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul durante a Ditadura Civil-Militar

Esta compartimentação visa discutir a emergência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul por meio das múltiplas fontes analisadas ao longo do trabalho, buscando refletir sobre alguns cenários vinculados à referida entidade durante o período enfocado (1966-1985). Frente a isso, aborda-se a referência que os sujeitos pesquisados têm sobre a esfera dos trabalhadores. Além disso, busca-se ressignificar as noções de trabalho, organização sindical e militância, levando em consideração as singularidades que possibilitaram a esses grupos de agentes sociais se inserirem na cena pública. Fica evidente, ao longo da exposição, as dificuldades encontradas em relação às fontes de história oral, sobretudo para que os entrevistados destacassem contradições existentes no seio daquela comunidade, requerendo que o trabalho de análise se esforçasse em realizar leituras nas entrelinhas, sobre os não ditos e os silêncios manifestos.

Posto isso, o presente capítulo, que constitui o cerne deste trabalho, divide-se em cinco subcapítulos, nos quais são abordadas, sequencialmente, diferentes características sobre o STR. Inicia-se pelo perfil do quadro social do sindicato, dividido entre empregados e pequenos produtores rurais, bem como as disputas e oposições travadas em torno do enquadramento sindical e do caráter de representação dos associados. Os serviços, direitos e grandes conquistas oportunizadas pelo sindicato, que funcionam também como fator de motivação e convencimento para filiação na entidade. O momento das assembleias: abrangência, presenças, discussões e assuntos tratados durante as reuniões que congrega boa parte do quadro social da entidade. As principais lideranças que emergiram no interior do sindicato, aspectos de sua atuação interna e externa, disputas pelo poder e antagonismos. Por fim, negociações e relações externas, dedicando-se a abordar os modos e meios com que o sindicato atuava para atender os interesses da classe que representava, bem como a forma com que se relacionava com o regime ditatorial em vigor.

4.1 Perfil dos associados e disputas em torno do enquadramento sindical

Dado que o presente capítulo tem por objetivo analisar os mais variados aspectos sobre a atuação do STR de São Lourenço do Sul no decorrer do período enfocado, é congruente que ele inicie com a seguinte indagação: quem eram, afinal,

os primeiros associados do STR e o que os tornava aptos para se filiarem à referida entidade?

Para responder a essa pergunta, recorre-se inicialmente, neste subcapítulo, à análise das 190 fichas de filiação registradas entre os anos de 1967 e 1970, das quais 176 são de associados inativos e 14 de associados ainda ativos no quadro social da entidade. A opção por limitar o período de análise das fichas de filiação aos quatro primeiros anos de funcionamento da entidade ocorreu após a constatação da existência de um volume considerável de fichas até o ano de 1985, as quais demandariam um tempo de observação considerável, tempo esse que foi preciso dedicar à análise das demais fontes, especialmente as de história oral, por trazerem a esta dissertação um conjunto maior de informações passíveis de reflexão. Todavia, é também necessário frisar que, em relação ao grupo anterior, envolvido na constituição de um STR em São Lourenço do Sul antes de 1964, nenhuma ficha ou informação complementar foi encontrada, apesar dos indícios destacados no capítulo dois. Fica, portanto, reservado para outra ocasião ou outro pesquisador da área a exploração de um conjunto maior de fichas e, conseqüentemente, um período mais amplo da história do sindicalismo rural de São Lourenço do Sul.

Apesar do período limitado, importantes informações foram obtidas, uma vez que as fichas de filiação de uma organização sindical têm, no interior da entidade, a função de registro e controle do número de associados e seus dependentes, enquanto que, para a História, permitem conhecer e compreender melhor as características desses sujeitos e suas repetições, pois apresentam dados que dificilmente seriam obtidos de outro modo, como local de residência do associado, estado civil, profissão, razão de exclusão (quando associado inativo) e informações acerca de seus dependentes, que, em geral, tratam-se do cônjuge e dos filhos do associado, que adquirem o direito de usufruir dos serviços ofertados pelo sindicato.

Calha salientar que a análise das fichas de filiação do STR de São Lourenço do Sul é bastante significativa para este trabalho, por permitir compreender aspectos da comunidade estudada, através de perspectivas vinculadas à constituição familiar, à relevância da propriedade da terra, às diferenciações existentes entre os diferentes grupos presentes no sindicato, à possibilidade de traçar razões pelas quais os associados não tiveram suas expectativas atendidas pela entidade e, por isso,

optaram por se desfiliar, informações que podem ser observadas na ficha que consta como exemplo abaixo (figura 7).

Figura 7 – Ficha de filiação de Ronald Spiering ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul.

FICHA N.º _____ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS - INSC. N.º _____
Do Município de SÃO LOURENÇO DO SUL

RONALD SPIERING 6-07-1938 5624
Nome do associado data do nasc. título eleitoral

CASADO JENI STRELOW SPIERING 1-01-1943
estado civil nome da esposa data do nasc.

SÃO LOURENÇO DO SUL
residência distrito capela travessão linha

BRASILEIRA
nacionalidade carteira profissional n.º série n.º inscr. IPA.

AGRICULTOR DEMETIU-SE
profissão data exclusão do sindicato outros documentos

SÃO LOURENÇO DO SUL 26 de FEVEREIRO de 1967
assinatura do associado assinatura do presidente

Nome dos Filhos	data do nasc.	Tít. Eleit. N.º	outras documentos	Série
1 HENRIQUE SPIERING	9-04-1965			
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				

Anotações: _____ Observações: _____

Fonte: Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul.

Como mencionado, no que tange ao conjunto de fichas ativas, ou seja, cujos sujeitos ainda são membros atualmente, foram encontradas 14 fichas, em que a filiação ocorreu entre os anos 1967 e 1970. Desses associados, todos são do sexo masculino, todos têm como profissão a agricultura, todos residem na área rural do município de São Lourenço do Sul e todos alegaram ser casados. Contudo, uma observação presente em seis das catorze fichas analisadas atrai atenção, pois menciona que, após o falecimento do associado, a titularidade passou ao encargo de sua esposa, e esta optou por mantê-la, possivelmente para garantir para si e seus dependentes a manutenção dos serviços assistenciais prestados pela entidade.

Em relação às fichas inativas de filiação do mesmo período, isto é, de associados que, por variadas razões, foram excluídos do quadro social do sindicato, uma maior diversidade de características foi encontrada, embora aquelas mencionadas acima ainda sejam as de maior incidência.

Aqui, das 176 fichas analisadas, 162 são de associados do sexo masculino. Destes, 161 declararam ser agricultores e somente um declarou ser empregado rural. Quanto ao local de residência, 148 afirmaram morar na área rural do município, cinco na zona urbana e nove não informaram ou não houve registro, ficando a indagação sobre a razão que levou moradores da zona urbana a se sindicalizarem como trabalhadores rurais: se teriam esses se mudado recentemente ou se optaram pela filiação para se beneficiarem somente dos serviços assistenciais, como o atendimento médico e odontológico, e a assistência jurídica e administrativa oferecida pela entidade. Por fim, 154 se disseram casados, quatro solteiros, um viúvo e três não informaram ou não houve registro do estado civil, cenário que possivelmente é justificado pelo fato de a filiação de um homem casado ser mais vantajosa do que a de um solteiro, dado que os benefícios se estenderiam também para sua esposa e filhos, tidos como dependentes pela entidade, até os 18 anos quando do sexo masculino e até os 21 anos quando do sexo feminino.

Ainda entre as fichas inativas, foram localizadas 14 mulheres associadas ao sindicato, o primeiro de alguns indícios que serão apresentados ao longo do trabalho acerca da limitada participação feminina na entidade. Analisando suas características, verificou-se que dez anunciaram ter como profissão a agricultura, e quatro não informaram ou não houve registro. Além disso, 13 informaram morar na zona rural do município de São Lourenço do Sul e uma não tinha registro do local de residência. Por fim, em relação ao estado civil, somente uma declarou ser casada, cinco solteiras e oito viúvas, o que diz muito sobre o que possivelmente o sindicato representava para elas: um órgão de prestação de serviços assistenciais e burocráticos e um meio de aquisição de direitos sociais, cuja filiação, com a exceção de um caso, só era necessária na inexistência de um cônjuge masculino.

Finalmente, as fichas inativas, diferentemente das ativas, apresentam outra característica que demanda ser salientada: trata-se do motivo de exclusão do quadro social do STR. Dentre os homens, em 52 fichas o espaço foi deixado em branco, em 42 foi informado o falecimento do associado, em 34 o associado mudou de profissão, passou a ser empregador, a ter INPS ou se demitiu da profissão. Em 12 fichas, o associado transferiu-se ou passou a residir em outro município. Em 2 fichas, o associado alegou ser muito caro ou não ter condições de pagar a anuidade. Em outras duas fichas, o associado passou a ser dependente de outro, geralmente um pai/mãe

idoso que se tornou dependente do filho. E, por fim, 18 associados alegaram que a entidade nunca os ajudou, que ficaram desgostosos com ela, que não precisam dela, que desistiram, que o valor da anuidade não compensa, que não utilizam mais os seus serviços, que não obtêm vantagens, que se consideram velhos para continuarem sendo associados, e que não desejam ser mais associados. Isso demonstra a existência de casos de arrependimento e insatisfação para com o STR dentre os seus primeiros filiados, que possivelmente não obtiveram o retorno esperado quando de sua filiação. Já entre as mulheres, pouco se tem a acrescentar quanto às justificativas. Em cinco fichas foi registrado falecimento, em quatro fichas não houve registro, em duas fichas foi notificada transferência, em outras duas, demissão ou abandono da atividade rural e, por fim, em uma a desistência de ser filiada à entidade.

Sobre as razões responsáveis por levarem esses sujeitos a se desfiliarem do sindicato, é interessante refletir que, por maior que fosse o esforço da entidade em demonstrar satisfação e homogeneidade em relação ao seu quadro social, houve diversos casos em que os associados não tiveram suas demandas atendidas ou não encontraram o que esperavam no sindicato. Sobre as razões por trás disso, além do que consta nas fichas de filiação, não foi possível encontrar maiores informações. Todavia, com base nos indícios expostos pelas demais fontes, acredita-se que a insatisfação advinha sobretudo dos serviços oferecidos pela entidade, especialmente no âmbito da saúde, ou ainda em relação à luta por melhores preços e condições de comercialização dos produtos produzidos pelos associados. Vale lembrar que, apesar do significativo crescimento já nos primeiros anos, no princípio o STR de São Lourenço do Sul encontrou dificuldades em convencer alguns colonos a se associarem, por haver muita desconfiança em relação ao sindicato, característica essa intrínseca à cultura teuto-brasileira, de olhar com suspeição para aquilo que é novo e vem de fora da comunidade.

Calha ainda salientar que, embora não apresentado de forma explícita, do montante total de fichas analisadas, foi possível perceber que quase 90% dos associados do STR durante o período focado possuem sobrenomes de origem germânica. Foram encontrados apenas 22 sujeitos cujos sobrenomes não aparentam ter origem teuta, como é o caso dos sobrenomes Silva e Corrêa, que aparecem com maior recorrência, evidenciando ser aquele um espaço de presença majoritária da população teuto-brasileira, bem como de sua cultura, costumes e visões.

Portanto, a partir das primeiras fichas de filiação do STR de São Lourenço do Sul, três aspectos são evidenciados e permitem que a discussão seja aprofundada. Em primeiro lugar, fica claro que a existência de mulheres como associadas titulares da entidade era rara, revelando haver um determinado papel atribuído a elas por aquela comunidade. Em segundo lugar, verifica-se que, apesar de se tratar de uma pequena parcela, quando comparada às demais, as exclusões do quadro social do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, justificadas pela insatisfação dos associados para com a entidade, demonstram ser aquele um espaço de busca pelo atendimento de interesses e reivindicações coletivas e individuais, as quais nem sempre seriam alcançadas. Por fim, em terceiro lugar, constata-se que a ocupação “agricultor” é atribuída à grande maioria dos associados em detrimento a de “empregado”, conforme consta nas fichas de filiação, aspecto a seguir aprofundado.

Adentrando na esfera da abrangência da entidade, na primeira assembleia registrada em ata, é utilizada na frase de abertura do edital de convocação a expressão “Trabalhadores Rurais (agricultores e empregados)”⁴⁰, buscando esclarecer que a nomenclatura “trabalhadores rurais” abrange igualmente a ocupação de agricultor e a de empregado rural, indicando que o referido sindicato representa ambas as profissões.

Quando perguntado sobre o tema, Hélio Bartz confirma a informação supracitada, dizendo que o associado do STR “podia ser também empregado rural”⁴¹, embora houvesse maior interesse de filiação entre os pequenos produtores rurais. Isso demonstra não somente uma maior identificação desse grupo com a entidade, como também que ela própria direcionava sua linha de atuação mais em benefício do mesmo. Vale lembrar, que era o grupo, composto pelos colonos lourencianos, expressão ligada a uma identidade social que advém de um contexto de imigração e originária da palavra colônia, que, por sua vez, adquire o sentido de propriedade rural.

Para compreender melhor o grupo de associados do STR de São Lourenço do Sul, é preciso considerar Seyferth (1993) e a divisão interna que permeia a categoria

⁴⁰ Livro de Atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, 1967. Fonte: Acervo do Sindicato de Agricultores Familiares de São Lourenço do Sul.

⁴¹ Entrevista concedida por Hélio Bartz em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 28 de julho de 2024.

“colono”, por ela destacada, entre fortes e fracos, classificados desse modo em razão de um conjunto de características econômico-sociais, como:

Disponibilidade de terras, natureza da ocupação não agrícola, importância relativa da agricultura no conjunto da renda familiar, formas de comercialização da produção, utilização de crédito bancário, modernização dos meios de produção etc. (Seyferth, 1993, p. 41).

Nessa perspectiva, são considerados colonos-fortes aqueles que dispõem de terras suficientes para viverem somente como agricultores, não necessitando do trabalho assalariado para complemento de renda. Tradicionalmente, o tamanho de uma colônia corresponde de 25 a 30 hectares, e o significado de seu tamanho reside no fato de a colônia comportar somente um único herdeiro, em geral o filho mais velho do casal proprietário, devendo os filhos não herdeiros ser encaminhados para outras atividades antes do casamento. O colono mais forte é tradicionalmente relacionado ao policultor, que planta de tudo, tem animais e vende o que sobra na cidade, dispondo, assim, sempre de algum dinheiro no bolso. Porém, a designação tradicional aqui não representa que este pequeno produtor seja hostil à modernização; além do mais, ser mais forte também significa vender o excedente da produção sem intermediação, o que se trata de uma prática inovadora (Seyferth, 1993).

Em contrapartida, os colonos-fracos, embora também policultores, são aqueles que plantam sobretudo tabaco e comercializam somente uma safra ao ano, dependendo com frequência de créditos bancários e de assistência da companhia que compra a sua produção, enquanto os demais itens plantados são destinados apenas ao consumo familiar. Por tal, muitas vezes os colonos-fracos se veem obrigados a hipotecar suas propriedades e não possuem poder para determinar os preços da safra, usada aqui como sinônimo de cultivo comercial (Seyferth, 1993).

Para a categoria colono, é importante a idealização da propriedade da terra, através da posse por meio de um título de propriedade, o que significa enraizamento e segurança, tanto é que a categoria de posseiro sequer é mencionada. O arrendatário, ainda que provenha o sustento de sua família apenas pelo trabalho agrícola, é incluído entre os colonos-fracos, dado que o seu ganho jamais será igual ao de um colono-forte, por ter que pagar ao dono da terra pela sua utilização. Na hierarquização das identidades, o alugado está em último lugar, por deter a maior fraqueza possível: ser um colono operário sem-terra, um indivíduo que trabalha temporariamente menos de meia jornada para outro colono. Todavia, considerando o

fator étnico, quando descendente de imigrantes europeus, mesmo os mais pobres, o alugado pode vir a ser considerado colono (Seyferth, 1993).

Por conseguinte, embora a formação da categoria colono esteja vinculada ao processo de colonização europeia do Sul do Brasil, existe em seu interior uma hierarquia, em que a posse da terra e as condições de trabalho são determinantes para a legitimidade de determinado sujeito enquanto colono, implicando que os empregados rurais sejam preteridos em relação aos pequenos produtores, visto que os grupos desprovidos da propriedade da terra eram lembrados, em um passado recente, por pertencer ao MASTER no estado do Rio Grande do Sul.

Contudo, apesar de o número de pequenos produtores ou agricultores familiares, dado que a mão de obra familiar era predominante naquela comunidade, filiados ao STR, ser significativamente maior que o de empregados rurais, isso não significa que não havia controvérsias quanto à adequabilidade da categoria ao referido sindicato, muito pelo contrário. Quando perguntado sobre o desenvolvimento da entidade com o passar dos anos, o senhor Balbino Schneid⁴² menciona haver muita disputa no município pelos associados com a entidade patronal do setor, a antiga Associação Rural, que no ano de 1967 passa a se chamar Sindicato Rural de São Lourenço do Sul, vinculado à CNA e à FARSUL/RS.

Quem nos atrapalhou muito foi o Sindicato Rural, tinha um senhor que se dizia coronel e não era, mas era o chefe de São Lourenço e todo mundo respeitava, até tem o nome dele na praça hoje (Dedé Serpa), ele era do Sindicato Rural. (...) Eles (direção do Sindicato Rural) lutaram muito para conseguir (associados do STR), diziam que quem mandava eram eles, que o agricultor pequeno trabalhava só para sobreviver e o agricultor que produzia mesmo era o grande.⁴³

Na fala do referido depoente, constata-se haver rivalidade não apenas entre ambas as entidades, mas também entre suas respectivas lideranças, uma vez que Schneid ocupava o cargo de presidente na época e transparece nutrir certa antipatia por João Soares Serpa, presidente do Sindicato Rural, que possivelmente ultrapassa o campo profissional e adentra o pessoal. Por isso, as fontes de história oral carecem de cautela em sua análise, pois muitas vezes, ainda que de modo não intencional, o depoente atribui percepções individuais ao grande grupo.

⁴² Entrevista concedida por Balbino Schneid em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 24 de maio de 2022.

⁴³ Entrevista concedida por Balbino Schneid em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 24 de maio de 2022.

Todavia, a relação de disputa entre ambas as entidades é confirmada pelo senhor Hélio Bartz⁴⁴, que menciona haver maior progresso e melhor organização por parte do STR durante o período enfocado, enquanto o sindicato patronal competia com o mesmo para aumentar seu quadro social, devido à contribuição sindical paga pelos associados custear a sua manutenção.

Isso era um conflito, era uma lei, tinha que ser vinculado a um sindicato ou a outro, inclusive hoje tem alguma diferença, quem tem não sei quantos módulos de terra não tem nem direito a aposentadoria pelo Funrural, tem que pagar INSS. Foi um conflito isso, mas o STR sempre funcionou melhor que o Sindicato Rural. Tanto é que a Associação Rural se recuperou faz poucos anos, que eles estão ativos, fazendo feira de exposição e o próprio sindicato melhorou de lá para cá, porque esteve há bastante tempo mal. Eles só recebiam aquele fundo sindical que eles cobravam e não era pouco, então ali que estava a briga, quanto mais eles conseguiam cobrar do imposto sindical melhor eles ficavam.⁴⁵

Por fim, Ronald Spiering⁴⁶ confirma o panorama apresentado por Schneid e Bartz, dizendo haver antagonismo entre ambas as entidades em relação à representação dos pequenos proprietários rurais.

O que houve muito foi uma rivalidade entre o sindicato esse que nós criamos e o Sindicato Rural, barbaridade, porque se discutia muito se aquele agricultor era do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O Sindicato Rural considerava que o trabalhador rural era o empregado dos grandes e não o pequeno agricultor, eles queriam forçar aquele que tivesse 10,15,20 hectares de terra a se associar com eles e não com nós, isso aí dava muita briga, eu sei que muitas vezes eu discutia, nem sei quem era lá o executivo, o secretário, era o Tenente Mário, ele não era tenente de verdade, mas chamavam ele assim e barbaridade como se discutia.⁴⁷

O fato de a discussão acerca do enquadramento sindical de pequenos produtores rurais estar em pauta no município confirma-se através das páginas do jornal *O Lourenciano*, o qual, durante várias semanas seguidas de 1974, dedica pequenos espaços em suas edições com o objetivo de indagar seus leitores sobre o motivo da existência de dois sindicatos voltados ao homem rural no município, instigando-os a ler a próxima edição. Um exemplo disso é a citação: “Você sabe por

⁴⁴ Entrevista concedida por Hélio Bartz em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 28 de junho de 2024.

⁴⁵ Entrevista concedida por Hélio Bartz em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 28 de junho de 2024.

⁴⁶ Entrevista concedida por Ronald Spiering em sua residência, em São Lourenço do Sul/RS, em 20 de maio de 2022.

⁴⁷ Entrevista concedida por Ronald Spiering em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 20 de maio de 2022.

que existem dois sindicatos agrupando o homem do meio rural? Pergunte a seus amigos ou aguarde a próxima edição de O Lourenciano.”⁴⁸

O mistério chega ao fim somente em julho daquele ano, quando uma breve entrevista com o atual presidente do Sindicato Rural, sob o título “Distinção entre os sindicatos”, é publicada.

Disse-nos o Sr. Sony, que o Sindicato Rural engloba os produtores rurais e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, os empregados rurais. Salienta também, o Sr. Sony Corrêa, as necessidades de conscientização dos objetos de cada sindicato, para que o empregado e o empregador se associem àquele que realmente está qualificado a atendê-lo.⁴⁹

Da fala do senhor Sony Corrêa, compreende-se que, de fato, havia no interior do Sindicato Rural e possivelmente da confederação e federação a que pertence, o entendimento de que lhe cabia a representação da totalidade dos produtores rurais, incluindo os pequenos produtores, que possuem pequenas frações de terra e utilizam apenas mão de obra familiar em suas propriedades, o que justificaria a disputa pela sua associação. Entretanto, ao mencionar a importância de empregados e empregadores buscarem se aproximar da entidade qualificada para representá-los, o presidente do Sindicato Rural coloca em dúvida sua afirmação anterior, uma vez que o pequeno produtor rural não se enquadra em nenhuma das duas categorias, por não empregar mão de obra assalariada.

Vale destacar que, conforme o INCRA, para compor o quadro social do STR era necessário possuir uma fração de terra de, no máximo, um módulo rural, quantidade que se assemelha ao tamanho de uma colônia. Todavia, é importante considerar que, ainda que a propriedade do trabalhador ultrapassasse minimamente esse limite, existia, no interior da comunidade lourenciana teuto-brasileira, uma experiência organizativa anterior, envolvendo sujeitos que se sentiam pertencentes à mesma categoria e que se viam melhor representados pelo STR em relação ao SR (Picolotto, 2011).

Retomando a discussão do conceito de classes sociais de Thompson (1987), que as define como consequência da identificação de experiências comuns herdadas ou partilhadas por indivíduos com interesses comuns entre si e que se opõem a outros

⁴⁸ Jornal O Lourenciano, abril de 1974, p. 5. Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Municipal Professora Elida Frömming Schild, São Lourenço do Sul/RS

⁴⁹ Jornal O Lourenciano, julho de 1974, p. 6. Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Municipal Professora Elida Frömming Schild, São Lourenço do Sul/RS.

indivíduos com interesses distintos, constata-se que as experiências organizativas anteriores permitiram aos colonos de São Lourenço do Sul uma construção identitária como um grupo específico, que trabalha na manutenção de seus próprios interesses. Esses interesses são diferentes e, muitas vezes, opostos aos de outros grupos, como o sindicato patronal. Assim, a ideia de defesa de um sindicato próprio vem acompanhada da ideia de defesa de uma classe, com uma identidade que, apesar de compartilhar alguns pontos comuns, não é a mesma dos estancieiros nem dos assalariados do campo.

Para além das discussões e controvérsias visualizadas no período acerca de sua adequação a um ou outro sindicato, fica comprovado, a partir das fontes analisadas, que a presença do colono, seja fraco ou forte — em suma, pequeno proprietário de terra que provém o sustento de sua família através da comercialização de sua produção, cultivada sem a utilização de mão de obra assalariada —, era majoritária no interior do STR de São Lourenço do Sul, por ele acreditar ser aquela a melhor representante de sua categoria e a maior defensora de seus direitos, sobretudo sociais. No entanto, apesar de em menor número, o empregado rural também estava presente no STR, visto que, durante o período abordado, aquela era a única entidade capaz de representá-lo, em razão de organizações assemelhadas ao MASTER terem sido violentamente sufocadas em todo o Estado Brasileiro após a implantação da Ditadura Civil-Militar no país, embora ele também pudesse comungar com os ideais defendidos pelos STRs organizados pela Igreja Católica. Portanto, é preciso ter em conta a existência de diversas justificativas para a composição múltipla do perfil dos associados do STR de São Lourenço do Sul, na análise dos demais aspectos da entidade, nos subcapítulos que seguem.

4.2 Motivos para tornar-se um associado: serviços, direitos sociais e conquistas

Para introduzir a discussão sobre as áreas de atuação e os principais interesses dos sujeitos que optavam por se filiar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, é assertiva a breve fala de Balbino Schneid, sócio fundador e presidente da entidade durante mais de uma década, em que diz: “eles queriam é melhorar de vida”⁵⁰. Isto é, os trabalhadores do campo, que no município em apreço se identificavam como colonos, enxergavam no STR uma oportunidade de

⁵⁰ Entrevista concedida por Balbino Schneid em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 24 de maio de 2022.

melhoria das condições de vida e trabalho, especialmente através da oferta de determinados serviços de difícil acesso, como saúde, cursos de extensão, assistência agrícola, burocrática e jurídica, bem como auxílio na obtenção de direitos previdenciários.

Conforme já discutido anteriormente nesta dissertação, os sindicatos sobreviventes ao Golpe Civil-Militar de 1964, ou mesmo aqueles que foram criados durante a ditadura, adotaram posturas bastante distintas daqueles que vivenciaram o auge de sua mobilização nas décadas de 1950 e início de 1960. O caso de São Lourenço do Sul é um exemplo disso. Nesse cenário, o destaque à prestação de serviços assistenciais, em detrimento da mobilização política e social, foi reproduzido pela entidade, primeiro, por ser aquele o único modelo de sindicalismo consentido pela Ditadura, e segundo, por haver identificação com o mesmo, tanto por parte das lideranças católicas à frente de sua organização quanto pelas frações da sociedade que optavam por segui-lo. Todavia, embora a promoção da luta política fosse quase inexistente nessas entidades, isso não diminui o valor das conquistas e dos direitos sociais possibilitados por esses sindicatos, visto que ainda prevaleciam carências no meio rural, já superadas entre os trabalhadores urbanos.

Quando perguntados acerca da principal motivação responsável por convencer os trabalhadores rurais de São Lourenço do Sul a se associarem ao STR, a resposta é unânime: o desejo de ter acesso à aposentadoria.

Uma grande ajuda para a gente começar a organizar esse sindicato foi porque mais ou menos naquela época começou a aposentadoria dos agricultores, logo no início de 1971 ou 1972 era meio salário mínimo, não era nem um salário, era meio salário mínimo e aqui em São Lourenço não havia representação de Funrural que eles chamavam, aí nós organizava esses agricultores com 65 anos, alugava um ônibus e tinha que ir para Pelotas encaminhar essa documentação, e o sindicato era quem abonava e dizia se aquela pessoa era agricultora, não era agricultora, se tinha direito ou não, assim começou-se a motivar o agricultor que pensava: bom, vou ter que me associar para mim me aposentar e de fato era isso.⁵¹

Conforme a fala do senhor Ronald Spiering, o fato de a liberação das primeiras aposentadorias rurais ocorrer pouco tempo depois da fundação do STR foi fundamental no processo de crescimento e solidificação da entidade, por ser encarada

⁵¹ Entrevista concedida por Balbino Schneid em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 20 de maio de 2022.

como o único meio de obtenção do direito à aposentadoria pelo colono, que até aquele momento era cético em relação a esse direito.

Com o passar do tempo, o encaminhamento para o recebimento da aposentadoria foi se tornando mais fácil para o trabalhador em busca do benefício, especialmente após todo o processo ser finalizado nas dependências do próprio sindicato. Essa ação teve grande significado para o associado, que acabava atribuindo ao sindicato e aos seus funcionários o papel de provedores de direitos sociais, função que, na realidade, era exercida pelo Estado.

Depois vinha um representante do Funrural de Pelotas, ele vinha para dar atendimento, ao invés de levar os agricultores para Pelotas, a gente conseguia com ele, ele vinha para o sindicato e aqueles agricultores que estavam na idade de se aposentar vinha para o sindicato e encaminhavam, então hoje 50 anos depois, as vezes eu encontro gente que fala: aí foi tu que aposentou meu pai, eu não aposentei ninguém, é só que nós preenchíamos a documentação.⁵²

Sobre o tema, Balbino Schneid também menciona recordar das dependências do STR cheias de associados em busca do serviço de encaminhamento previdenciário: "Nós não atendíamos no salão, era aqui no corredor, então o corredor estava bem cheio de velhos, um atrás do outro"⁵³, confirmando ser esse um dos principais motivos que levavam os colonos lourencianos a recorrer ao sindicato.

Cerca de 700 agricultores do município já estão recebendo aposentadoria, e muitos ainda estão aguardando a chamada para receberem o carnê ou ainda encaminhar a documentação necessária, para a obtenção dos benefícios do PRORURAL.⁵⁴

Percebe-se que o serviço de encaminhamento previdenciário é central dentro do STR, visto que a noção de direitos sociais para aqueles trabalhadores era inédita. Isso justifica a significativa gratidão que demonstravam pelos funcionários da entidade, responsáveis por mediar o processo de obtenção do benefício. Tal serviço também era importante para que os próprios sindicatos, ainda em formação, obtivessem legitimidade, o que, na época, era uma questão de sobrevivência.

Entretanto, esse não era o único oferecido, pois, dentre as reivindicações pleiteadas pelos trabalhadores do campo na época, era recorrente a queixa da

⁵² Entrevista concedida por Ronald Spiering em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 20 de maio de 2022.

⁵³ Entrevista concedida por Balbino Schneid em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 24 de maio de 2022.

⁵⁴ Livro de Atas do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, 1973. Fonte: Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de São Lourenço do Sul/RS.

difículdade de acesso a serviços de saúde. Situação que se modificou após a criação do STR, que oferecia atendimento médico e odontológico aos seus associados, mediante o pagamento de uma taxa inferior ao valor integral normalmente cobrado por esses profissionais.

Antigamente, tudo era muito difícil, porque não tinha médico nem nada, depois no sindicato já tinha médico e dentista, e se pagava uma taxa menor, depois quando se precisava hospitalização, se pagava só uma taxa pequena no hospital, naquele tempo era mais fácil que hoje, hoje o SUS as vezes se consegue e as vezes não. Naquele tempo o sindicato era uma luz, claro que era uma novidade, mas tudo nos foi explicado e a gente aceitou, teve gente falando que aquilo não valia a pena. A gente tinha que contribuir com uma taxa pequena, mas para mim era muito válido, porque não era só alguém gritando por aí que consegue melhorar as coisas, o sindicato tanto no município, estado, como na união conseguiu melhorar a vida para o pessoal no interior.⁵⁵

Sobre os referidos serviços de saúde prestados pelo sindicato, duas notícias publicadas no jornal *O Lourenciano* merecem ser destacadas. Ambas são do mês de janeiro de 1975, anunciando a instalação de consultórios na sede da entidade e a contratação de três médicos para atender aos associados, bem como a vinda de um gabinete odontológico.

Em entrevista realizada com Schneid, em julho de 1981, pelo referido jornal, ele comenta a abrangência dos serviços de saúde do sindicato, dizendo que o sindicato realizou “cerca de 20 mil atendimentos médicos e trinta mil atendimentos odontológicos”⁵⁶ somente nos nove anos em que esteve à frente da presidência do STR, mantendo convênios com o INAMPS e o FUNRURAL, conquistando a gratuidade total nos hospitais quanto ao internamento do trabalhador rural e seus dependentes, bem como mantendo na entidade

Um médico que atende 20 horas semanais e um dentista que atende 30 horas semanais. Outros médicos dão atendimento também aos nossos associados cobrando 50% do valor da consulta. Duas médicas especialistas, de Pelotas, vem uma vez por semana prestar atendimento.⁵⁷

Para além do âmbito da saúde, o assistencialismo do STR de São Lourenço do Sul ofertava diversos outros serviços, insignificantes quando comparados, por exemplo, à demanda por terra, fortemente reivindicada no começo da década de 1970

⁵⁵ Entrevista concedida por Hélio Bartz em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 28 de junho de 2024.

⁵⁶ Entrevista concedida por Balbino Schneid em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 24 de maio de 2022.

⁵⁷ Jornal *O Lourenciano*, 25 de julho 1981, p. 33. Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Municipal Elida Frömming Shild, São Lourenço do Sul/RS.

por grupos de esquerda, mas essenciais quando analisados pela lógica do grupo pesquisado.

Encaminhamento para Modelo 15, imposto de renda, tinha que fazer encaminhamento de banco, etc., tudo era feito lá, emplacamento de veículos a gente fazia também, por exemplo os escritórios/despachantes eles cobravam por exemplo 50 para encaminhar o emplacamento do carro ou para pagar o IPVA, tudo isso o sindicato fazia para os associados, por uma taxinha bem pequena ou de graça, para os outros fazia também mas aí cobrava o dobro. Naquela época também surgiu o seguro obrigatório dos veículos, quem tinha carro era obrigado a fazer um seguro, era baratinho, não era caro e isso também a gente fazia no sindicato. (...) Uma outra coisa que também surgiu na época foi a obrigatoriedade do cinto de segurança e não tinha nos carros, aí aqui as oficinas de peças tinham para vender, mas comprando lá em Porto Alegre era a metade do preço, aí eu ia a Porto Alegre e trazia pacotes de cintos de segurança aos associados. Então tudo isso aí motivava o pessoal, porque era economia.⁵⁸

Portanto, percebe-se que a atuação do sindicato se dava muito no campo assistencial, buscando atuar de modo prático nas necessidades mais urgentes de seu quadro social. Nesse segmento, é apontada pelas diversas fontes analisadas a oferta de cursos de extensão e profissionalização pelo sindicato. Boa parte desses cursos era direcionada ao público feminino, como corte e costura, bordado, tricô, artesanato, cabeleireira, datilografia, etc., novamente ressaltando não só o espaço diminuto ocupado pela mulher na entidade, como também o seu papel perante aquela comunidade, no lar e no espaço profissional.

As mulheres não participavam, era só os homens. Já tinha algumas, mas assim de participar não, mas, tinha muitos cursos para qualquer trabalho, tinha corte e costura, tinha crochê, tinha de tricô, isso tudo tinha não só na sede, mas também no interior.⁵⁹

Por outro lado, também eram ofertados cursos dirigidos sobretudo aos homens, a esmagadora maioria dos associados durante o período abordado, voltados à formação de lideranças sindicais e cooperativistas, bem como à especialização na área da agricultura geral e da construção civil.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de nosso município esteve desenvolvendo recentemente dois cursos de Mão de Obra, patrocinado pela Fundação Gaúcha do Trabalho para 28 alunos, além de receber uma Bolsa de Estudos, esteve recebendo recursos para compra de ferramentas e o certificado de conclusão, que teve duração de oitenta horas, cada.⁶⁰

⁵⁸ Entrevista concedida por Ronald Spiering em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 20 de maio de 2022.

⁵⁹ Entrevista concedida por Ronald Spiering em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 20 de maio de 2022.

⁶⁰ Jornal O Lourenciano, fevereiro de 1974, p. 5. Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Municipal Professora Elida Fromming Schild, São Lourenço do Sul/RS.

Cursos estes, embora limitados e de baixa carga horária, tiveram um papel relevante na vida de muitas pessoas, que, dentro e fora do campo, tiveram a oportunidade de exercer diversas profissões e ocupações, consequentemente provendo ou complementando o sustento de suas famílias, conforme relata o senhor Hélio Bartz:

Esses cursos que eu tive pelo sindicato, de movimento sindical, de administração e tudo mais, isso tudo na vida muito me serviu. Eu fiz vários, fui como liderança inclusive de administração sindical. Uma vez nós fomos convidados pela diretoria do Sindicato e nós fomos para Canguçu, ficamos uma semana lá fazendo curso pela Fundação Gaúcha do Trabalho.⁶¹

Figura 7 - Solenidade de entrega dos Diplomas de Conclusão do Curso de Pedreiro, 1977.



Fonte: Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul.

Aliás, a educação também era pauta recorrente nas assembleias, por meio das bolsas de estudo concedidas pelo Ministério da Educação (MEC) para os filhos dos trabalhadores do campo, cujo encaminhamento era feito pelo STR de modo semelhante ao da aposentadoria.

Tinha bolsa de estudos do MEC, tu fazias a reivindicação e tinha uma certa pontuação que o aluno tinha que ter nas provas, isso aí tudo junto conforme

⁶¹ Entrevista concedida por Hélio Bartz em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 28 de junho de 2024.

recebia eles mandavam meia bolsa. Era um auxílio para o estudante, tinha que ser agricultor e associado.⁶²

As bolsas de estudo do MEC se tratavam de mais um, entre vários direitos, aos quais era necessário ser sindicalizado para ter acesso. Desse modo, foi possível observar neste subcapítulo a forma como os colonos agricultores de São Lourenço do Sul entendiam a estrutura de direitos e serviços oferecida pelo STR, destacando que, em sua compreensão, esses eram muito relevantes, não apenas por permitirem facilidades e melhorias na vida cotidiana, mas também por possibilitarem uma aproximação com o serviço público, já que o sindicato atuava como mediador na relação entre ambas as partes.

4.3 A atuação do STR através das assembleias

A análise de atas de reuniões e assembleias requer cautela e grande reflexão, uma vez que as informações ali dispostas são intencionalmente filtradas, de modo que fique registrada apenas a visão que se almeja perpetuar para a posteridade sobre aquele momento. Isso, contudo, não invalida a fonte, visto que, neste trabalho, as atas e registros das assembleias realizadas pelo sindicato no decorrer dos anos analisados permitiram obter informações fundamentais para a compreensão do funcionamento prático da entidade.

De início, é relevante destacar alguns dados obtidos por meio das atas a respeito da abrangência das assembleias e do próprio STR em relação aos seus associados, sendo aquele o momento em que o sindicato se dirige ao seu quadro social para informá-lo de suas ações em benefício do trabalhador do campo.

Entre os anos de 1967, quando ocorreu a assembleia de fundação do sindicato, e 1985, foram realizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul 39 assembleias de caráter ordinário e extraordinário. Destas, 24 ocorreram na zona rural do município e as demais na zona urbana, geralmente em diferentes salões e espaços comunitários capazes de comportar um número significativo de pessoas. Cabe ressaltar que, de modo geral, o número de associados presentes nas assembleias realizadas na zona rural superava o daquelas realizadas na cidade, possivelmente por ser mais acessível para os trabalhadores se locomoverem até elas,

⁶² Entrevista concedida por Balbino Schneid em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 24 de maio de 2022.

conforme menciona o senhor Balbino Schneid: “sempre fazíamos reuniões no Frömming, na Boa Vista, na Reserva, no Rincão e nunca baixava de 80/100 associados, não tenho queixa, no que a gente dava um grito, a turma estava lá”.⁶³

Quanto ao teor das discussões realizadas nas assembleias, Ronald Spiering⁶⁴ comenta não se lembrar de grandes reivindicações ou conflitos trazidos pelos associados, tratando-se sobretudo do momento em que a direção da entidade informava os associados sobre suas últimas ações e levava à votação importantes decisões.

Era mais por exemplo a prestação de contas, a gente apresentava o que foi feito durante o ano, tantas consultas, tantos atendimentos odontológicos e o que foi gasto nisso ou naquilo. E a outra era mais ao fim do ano, outubro e novembro, essa era a previsão orçamentária para o ano seguinte. Essa a gente fazia e levava para os associados, bom no ano que vem nós vamos comprar o terreno e o sindicato tem tanto e precisamos de tanto, então a sugestão da diretoria é que dos associados, cada desse tanto. Aí aprovava ou não, mas geralmente tudo era aprovado. A gente trazia também palestrantes para essas assembleias.⁶⁵

Schneid concorda, contudo, menciona haver muitas reclamações em relação aos serviços assistenciais prestados pelo sindicato, sobretudo na área da saúde.

O que eles mais se preocupavam era com a saúde, reclamação de médico e de enfermeira era diário o tempo todo. Eles queriam trocar os médicos da Reserva, tirar médicos daqui, então o que mais eles reivindicavam era isso. Aí no sindicato nós tínhamos um médico que o ministério pagou e eles queriam que nós tivéssemos dois, três, mas não tinha jeito.⁶⁶

Por conseguinte, percebe-se o peso da importância que os citados serviços possuíam para os colonos lourençianos no período. Entretanto, embora houvesse gratidão em relação ao trabalho feito pelo STR ao tornar tais serviços acessíveis, seus associados não se esquivavam de reclamar por melhorias na qualidade desses serviços, como, por exemplo, exigindo que mais médicos fossem contratados para atendê-los ou que o preço das consultas fosse mais baixo, conforme o excerto apresentado em ata: “comunicou que já foi realizada uma reunião com os médicos da

⁶³ Entrevista concedida por Balbino Schneid em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 24 de maio de 2022.

⁶⁴ Entrevista concedida por Ronald Spiering em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 20 de maio de 2022.

⁶⁵ Entrevista concedida por Ronald Spiering em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 20 de maio de 2022.

⁶⁶ Entrevista concedida por Balbino Schneid em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul, em 24 de maio de 2022.

cidade e estudada a possibilidade de se conseguir consultas por um preço mais baixo daquele que atualmente está sendo cobrado”.⁶⁷

A ampliação dos atendimentos odontológicos também era uma reclamação recorrente nas assembleias, dado que, na época, o acesso a profissionais da área era bastante difícil e caro. Por isso, ao encontrarem tal serviço por meio da filiação ao STR, os associados desenvolveram grande cuidado com a saúde bucal, sobretudo dos mais jovens.

Tendo se manifestado senhor Hélio Falk, solicitando que fosse estudada uma maneira de aumentar o número de atendimentos odontológicos, depois de muito discutido e diversos associados terem se pronunciado a respeito, ficou deliberado que a Diretoria estava autorizada a adquirir mais um gabinete e se caso necessário os associados estavam dispostos a colaborar financeiramente desde que o atendimento viesse a atender satisfatoriamente a todos.⁶⁸

Nesta parte, foi possível notar que, tanto no discurso proferido pelos depoimentos coletados quanto pelas informações elencadas nas atas das assembleias, as discussões basicamente se restringiam ao campo da prestação de serviços. Todavia, isso não exclui que outros elementos se constituíssem como fatores de rusgas e conflitos no interior da entidade. Afinal, uma ata deve induzir a um certo consenso, e as lideranças responsáveis por coordenar as discussões nela registradas devem concordar com o mesmo.

4.4 Articulação, direção e oposição: a atuação de três líderes sindicais

Um líder sindical dificilmente tem seu papel de liderança limitado ao campo do sindicato. Na maioria das vezes, ele exerce também sua liderança na localidade onde mora, na igreja que frequenta, na escola de seus filhos, etc., o que, em alguns casos, lhe permite uma gradual ascensão no campo político-partidário.

O presidente de um sindicato, por sua vez, recebe a oportunidade de se diferenciar da categoria que representa pelo papel que assume ao administrar os recursos públicos conferidos à sua responsabilidade, em uma relação nomeada por Novaes (1997) como clientelismo sindical, ao contratar médicos, dentistas e secretários e ficar à frente da administração do sindicato por diversas gestões

⁶⁷ Livro de Atas do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, 1974. Fonte: Acervo do Sindicato de Trabalhadores Agricultores Familiares de São Lourenço do Sul/RS.

⁶⁸ Livro de Atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, 1976. Fonte: Acervo do Sindicato de Trabalhadores Agricultores Familiares de São Lourenço do Sul/RS.

consecutivas, transformando-o, muitas vezes, em uma empresa familiar, trabalhando com membros de sua própria família.

Posto isso, surge aqui a necessidade de dedicar um subcapítulo às principais lideranças impulsionadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul. Contudo, apesar de a ocupação de presidente ser, na maioria das vezes, a de maior destaque no interior de uma entidade sindical, optou-se, nesta dissertação, por focar na análise de três importantes líderes dessa entidade, dos quais apenas um ocupou a presidência, entendendo-se que a exploração de suas respectivas trajetórias no interior do STR é fundamental para a compreensão das escalas de ação e relacionamento da entidade durante o período da Ditadura Civil-Militar. Além disso, por se contar com entrevistas presenciais realizadas com cada um dos sujeitos, considerou-se valioso focar nesses líderes, já que a grande maioria das lideranças atuantes na entidade durante o período em questão já faleceu, o que torna essa oportunidade cada vez mais rara com o passar do tempo.

Conforme já discutido no capítulo dois desta dissertação, além de ser sócio fundador, o senhor Ronald Spiering⁶⁹ foi o principal responsável pela iniciativa de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul. Ele esteve presente em todo o processo de conscientização dos associados, organização e criação do sindicato, embora nunca tenha ocupado o cargo de presidente da entidade, como ele mesmo menciona: “eu nunca fui presidente do Sindicato, eu fui o grande articulador, na realidade eu era em função desse curso que eu fiz na Alemanha”.⁷⁰

Com a denominação de secretário privativo do sindicato presente no Livro de Atas, durante os dez primeiros anos de funcionamento do STR, Spiering desempenhou a função de funcionário da entidade. Sendo um dos únicos a ser remunerado pelo seu trabalho no interior do sindicato, ele era responsável por atender às mais variadas demandas dos associados, incluindo a emissão de documentações, a realização de processos burocráticos e o encaminhamento de pedidos de

⁶⁹ Ronald Spiering nasceu na localidade de Rincão dos Azevedos, no interior de São Lourenço do Sul, onde trabalhava como agricultor, atuando ao lado do avô no plantio de batata inglesa, milho e outros gêneros alimentícios. Aos 25 anos, casou-se e foi convidado a trabalhar no escritório da Cooperativa Agrícola Mista LTDA, cuja sede ainda se localizava na área rural do município. Em 1963, quando a sede foi transferida para a área urbana, Spiering também se mudou para a cidade. Depois de deixar o sindicato, atuou como vereador e prefeito municipal, além de assessor parlamentar em Porto Alegre. Na ocasião da entrevista, em 2022, tinha 84 anos.

⁷⁰ Entrevista concedida por Ronald Spiering em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg em São Lourenço do Sul/RS, em 20 de maio de 2022.

aposentadoria. Esse trabalho lhe rendeu grande reconhecimento, permitindo sua introdução na vida político-partidária.

Em 1972, quando começou a aposentadoria eu fui convidado para ser candidato à vereador, eu não queria de jeito nenhum, não queria misturar política com sindicato, mas aí tanto fizeram, fizeram consulta a Porto Alegre, na Federação para ver se tinha problema. Não tinha problema, só não podia fazer campanha política dentro do sindicato, aí fui ser candidato. Eu não fiz campanha política nem dentro nem fora, tanto é que mandei fazer, talvez só uns 500 retratinhos daqueles, fiz 1737 votos, tinha 13000 eleitores, então em função da aposentadoria, o que não tinha nada haver, eu fazia aquilo porque era meu trabalho. Teve até alguns que deram problema, porque foram negados, mas não foram negados por culpa minha, foram negados porque eles não tinham direito, não se enquadravam como trabalhadores rurais, mas assim mesmo eu fiz.⁷¹

Fica explícito na fala do depoente que a conquista da aposentadoria pelo trabalhador rural era tão valorosa que ele acabava por atribuir a responsabilidade de sua concretização ao único meio com o qual teve contato direto durante todo o processo, isto é, o sindicato e, por consequência, seus líderes. Segundo Novaes (1997), era extremamente comum que os associados do sindicato consagassem seu presidente como o mediador que lhes possibilitou a aposentadoria e o acesso a serviços de saúde, embora isso fosse justamente sua incumbência, como era o caso de Spiering.

Os dirigentes sindicais contam geralmente com a gratidão dos aposentados. Recebendo meio salário mínimo, após completar 65 anos, para tais trabalhadores a aposentadoria é uma dádiva “do Governo” que só lhes chega pela ação do presidente do sindicato. Os dirigentes tornam-se assim mediadores entre a base sindical e o conjunto de leis, instâncias e políticas públicas que estabelecem direitos para trabalhadores em relação à regulação de relações de trabalho, à terra e aos benefícios sociais daí decorrentes (Novaes, 1997, p.113).

O senhor Hélio Bartz confirma essa perspectiva ao mencionar que a gratidão dos aposentados permitiu que o funcionário do sindicato se elegeesse político em São Lourenço do Sul.

O Ronald foi funcionário do sindicato, ele e a esposa Geni, o pessoal do interior duvidava muito da aposentadoria, que isso não ia ser. Aí quando os primeiros começaram a receber, aí começou uma correria né, ele como funcionário era quem encaminhava e daí se elegeu fácil vereador e depois vice-prefeito.⁷²

⁷¹ Entrevista concedida por Ronald Spiering em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 20 de maio de 2022.

⁷² Entrevista concedida por Hélio Bartz em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 28 de junho de 2024.

Por meio da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o mesmo partido dos ditadores, Ronald Spiering foi eleito vereador de São Lourenço do Sul e, após quatro anos, vice-prefeito, vindo a se tornar prefeito municipal em seguida, após a ocorrência de uma fatalidade.

Fiquei 4 anos como vereador, mas continuei no sindicato, as reuniões eram de noite, aí depois em 1976 eu fui candidato, era para ser para prefeito, mas não queria sair de jeito nenhum do sindicato, gostava dali e do que eu fazia e não queria misturar com política. (...) Aí então sugeriram que eu fosse de vice e podia continuar no sindicato, que o vice só na hora que o prefeito tirar férias é que vai assumir, então me convenceram, aí fui candidato a vice. A eleição foi 15 de novembro de 1976, 28 de novembro o prefeito morreu, daí barbaridade, deu tudo, tive que assumir, sem vice, sozinho, fiquei em parte até que bem porque não tinha compromisso com ninguém, como vice eu não tinha prometido nada, aí acho que me sai bem, mas quando chegou no quarto ano de mandato, aí prorrogaram por mais dois e fiquei 6 anos, mas continuei sempre muito vinculado ao sindicato, só agora que estou mais afastado.⁷³

A proximidade com o STR, mesmo depois de deixar a entidade para ocupar a prefeitura municipal, é evidenciada nas atas das assembleias, em que a presença do prefeito e de outras autoridades era recorrente.

O senhor prefeito fez uso da palavra e disse da sua satisfação em poder comparecer a Assembleia, já que nunca faltou a nenhuma, quer como funcionário do sindicato, quer agora na condição de prefeito. Congratulou-se com a medida dos associados aprovando o aumento da sede, prova evidente do amadurecimento do sindicato dos trabalhadores rurais que viu e ajudou a crescer, ao mesmo tempo que colocava os serviços da prefeitura para auxiliar o sindicato dos trabalhadores rurais, naquilo que fosse possível.⁷⁴

A então direção do sindicato também menciona em ata a saída de Spiering, fato que considera ser “motivo de muito orgulho para o Sindicato já que foi um dos fundadores do Sindicato e um funcionário zeloso e exemplar”⁷⁵.

O cenário apresentado possibilita concluir que, ao passar da condição de secretário do STR para o posto de prefeito do município, Ronald Spiering não só ganha grande impulso em seu papel de liderança local, como também permite à entidade manter um canal de grande proximidade com a administração municipal,

⁷³ Entrevista concedida por Ronald Spiering em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 20 de maio de 2022.

⁷⁴ Livro de Atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, 1978. Fonte: Acervo do Sindicato de Trabalhadores Agricultores Familiares de São Lourenço do Sul/RS.

⁷⁵ Livro de Atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, 1977. Fonte: Acervo do Sindicato de Trabalhadores Agricultores Familiares de São Lourenço do Sul/RS.

facilitando que interesses de nível local sejam pleiteados e, por consequência, atendidos.

De maneira semelhante aos demais depoentes, a trajetória de Balbino Schneid⁷⁶ no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul teve início com a sua criação, “desde o início eu sou fundador, nós éramos me parece, se não me falha a memória, 40 e poucos”⁷⁷. Entretanto o destaque para a sua atuação figura entre os anos de 1972 e 1984, quando ocupou o cargo de presidente do STR.

Ao falar das conquistas da entidade sob sua direção, adota uma postura modesta, embora ressalte a aquisição de um terreno e a construção de um prédio próprio para ser a sede do STR como um importante avanço.

Eu nunca me considerei um vitorioso porque consegui fazer a obra, naquela época, no tempo do Ronald ainda, se comprou o terreno, era da sogra do falecido Sony Corrêa. Esse terreno estava há anos atirado. A segunda obra onde é alugado, aquilo nós aproveitamos em seguida, fizemos uma reunião, aí não sei quem disse de fazermos uma obra, aumentando o sindicato, aí se fez uma reunião com a diretoria, que concordou, tínhamos dinheiro suficiente em caixa para fazer a obra e alguns ofereceram dinheiro.⁷⁸

Sobre sua candidatura à presidência do sindicato, motivações e interesses que o levaram a se candidatar, Balbino Schneid resume-se a dizer que a “candidatura era automática, se ninguém se candidatava, se não vinha uma chapa de oposição, a gente ficava quieto, claro que tu vais provocar a oposição”.⁷⁹ Sua fala vai ao encontro de informações presentes em outras fontes, as quais clarificam aspectos da longa permanência de Schneid no cargo de presidente.

Na ata da assembleia realizada em 21 de julho de 1978, em que ocorreu a cerimônia de posse da diretoria, do conselho fiscal e da delegação federativa eleita, Balbino Schneid, ao tomar posse em mais um mandato como presidente, promete “tudo para que a entidade prospere e se alinhe aos mais desenvolvidos para orgulho

⁷⁶ Balbino Schneid nasceu na localidade de Boa Vista e mudou-se para a Reserva depois de casar-se, ambas situadas no interior do município de São Lourenço do Sul, onde atuou na agricultura. Durante os dois primeiros anos de sua gestão como presidente do STR, continuou residindo no interior do município. Contudo, para facilitar seu trabalho, mudou-se para a cidade em 1974, onde permaneceu até o final da vida. Sócio desde a fundação do sindicato, ao deixar a presidência, optou por trocar de profissão, abrindo um pequeno bar no centro da cidade. Em 2022, ocasião da entrevista, Schneid tinha 89 anos. Em 2023, veio a falecer.

⁷⁷ Entrevista concedida por Balbino Schneid em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 24 de maio de 2022.

⁷⁸ Entrevista concedida por Balbino Schneid em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 24 de maio de 2022.

⁷⁹ Entrevista concedida por Balbino Schneid em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 24 de maio de 2022.

do nosso sadio sindicalismo e prosperidade de nossa querida Pátria.”⁸⁰ É interessante notar que, apesar de breve, o excerto do referido discurso apresenta diversos elementos esperados dos sindicatos no período. Fazendo uso de termos como “sindicalismo sadio” e “prosperidade da Pátria”, o diretor do STR de São Lourenço do Sul demonstra que a entidade que representa está alinhada aos princípios do governo militar.

Ainda sobre os diversos mandatos de Balbino Schneid como presidente do STR, algumas matérias no jornal *O Lourenciano* foram encontradas. Em 1981, foi noticiada a vitória da chapa de situação, liderada por Schneid, na primeira eleição em que houve a concorrência de uma chapa de oposição, liderada por Hélio Bartz, cuja atuação junto ao STR será melhor desenvolvida em seguida.

Por fim, em junho de 1984, foi noticiada a necessidade de realização de um segundo turno para as eleições da direção do STR, dado que a chapa de Balbino, embora tenha recebido a maioria dos votos, não alcançou sua reeleição conforme o estatuto da entidade. Destaca-se a informação de que a campanha da chapa de oposição obteve grande apoio de “diversos odontólogos e médicos de nossa cidade”⁸¹, denotando que o processo eleitoral da entidade não se tratava apenas de uma mera consulta, mas que havia acirramento, oposições e disputas entre os votantes, que escolhiam seus candidatos conforme seus interesses.

Poucos dias depois, o mesmo jornal das manchetes anteriores noticiou a vitória da chapa de oposição, encerrando a fase de direção do sindicato por Balbino Schneid. Quando perguntado sobre sua ocupação após deixar a presidência do STR, após 12 anos consecutivos, Schneid esclareceu que mudou de profissão, fato que também determinou sua saída do quadro social da entidade.

Segui praticamente o estatuto né, porque muita gente não olha o estatuto e o estatuto é bem claro, se mudou de profissão tem que sair. Depois montei “boteco”, a patroa trabalhou como faxineira e meio dia ela vinha limpar o sindicato, do fundo de garantia dela comprei balcão para venda, saí praticamente de mãos abanando do sindicato e tinha 5 filhos.⁸²

⁸⁰ Entrevista concedida por Balbino Schneid em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 24 de maio de 2022.

⁸¹ Jornal *O Lourenciano*, 12 de julho de 1984, p. 4. Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Municipal Elida Frömming Schild, São Lourenço do Sul/RS

⁸² Entrevista concedida por Balbino Schneid em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 24 de maio de 2022.

A trajetória de Balbino Schneid no Sindicato dos Trabalhadores Rurais permite perceber que a questão salarial provocou seu encastelamento no cargo de presidente, uma vez que, ao assumir a ocupação, mudou-se do meio rural para a cidade e, por consequência, deixou de atuar como agricultor. Logo, quando perdeu as eleições em 1984, teve a necessidade de buscar uma nova profissão no meio urbano onde morava, condição que o obrigou a deixar de ser associado do sindicato.

Tal como as demais aqui abordadas, a história do senhor Hélio Bartz⁸³ também tem início com a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, estando ele presente em momentos como a realização da primeira assembleia e a eleição da primeira junta governativa da entidade, afirmando inclusive se lembrar do número de sua inscrição e ter participado de vários cursos oferecidos pela entidade.

Eu inclusive sou um sócio fundador, participei das primeiras reuniões antes da formação, não sei se foram feitas mais reuniões, em mais localidades, mas eu participei lá em Rincão dos Azevedos, onde eu morava próximo, era agricultor, eu era de Estrada Pinheiros. Foi feita a reunião e se reuniu o pessoal, o número da minha inscrição, era quatrocentos e alguma coisa, 458 me parece. Eu participava das assembleias e depois fizemos cursos.⁸⁴

Todavia, é somente no início da década de 1980 que a imagem de Bartz ganha notoriedade dentro da entidade, quando decide lançar a primeira chapa de oposição da história do STR.

Muita gente reclamava de muitas coisas e claro a gente tinha algumas ideias para melhorar, não que fosse criticar que estava tudo errado. Mas como eu disse a situação era difícil, uma coisa é tu ter já um grupo, outra é tu formar um grupo completamente novo e concorrer e nós concorreremos uma vez e depois não se tentou mais, depois eu vim embora.⁸⁵

Quando menciona a dificuldade de concorrer pela primeira vez com um grupo totalmente novo ao contexto da direção do sindicato, é necessário lembrar que, na época, quem ocupava o cargo de presidente do sindicato era Balbino Schneid, já há um significativo período de tempo.

⁸³ Hélio Bartz nasceu na localidade de Estrada Pinheiros, interior do município de São Lourenço do Sul, onde desempenhou a profissão de agricultor, dedicando-se especialmente ao plantio de batata inglesa. Todavia, para que os filhos pudessem continuar os estudos além da quarta série, optou por mudar-se para a cidade, onde trabalhou como funcionário da prefeitura municipal e taxista. Sócio do STR desde sua fundação, também presidiu a Associação Colonial Esportiva Lourenciana (ACEL) e lançou candidatura a vereador no município. Na ocasião da entrevista, Bartz tinha 77 anos.

⁸⁴ Entrevista concedida por Hélio Bartz em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 28 de junho de 2024.

⁸⁵ Entrevista concedida por Hélio Bartz em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 28 de junho de 2024.

O fato de as eleições do STR serem disputadas pela primeira vez por duas chapas concorrentes ganhou notoriedade na imprensa local, que comentava o acontecimento por meio da publicação de colunistas no jornal *O Lourenciano*:

A existência destas duas chapas, antes de tudo, demonstra um avanço em nosso sindicalismo rural, na medida em que o agricultor entende a necessidade de participar com responsabilidade das decisões atinentes à sua classe. De outro lado, como sempre acontece, duas chapas em disputa haverão de movimentar a classe agrícola, despertando ainda mais a importância do movimento entre os associados. Com relação à eleição em si, o surgimento de outra chapa possibilitará sempre uma alternativa ao eleitor o que não acontece nas eleições com chapa única, que transformam-se em verdadeiros plebiscitos.⁸⁶

Conforme evidenciado pela matéria supracitada, a existência de uma chapa de oposição nas eleições do STR permite o amadurecimento da entidade e de seu quadro social, fazendo com que os associados reflitam sobre qual candidato tem maior capacidade de atender aos seus interesses.

Quando perguntado sobre por que aceitou a solicitação de lançar seu nome para a presidência do STR e sobre suas propostas caso fosse eleito, Bartz⁸⁷ afirma querer representar a classe dos Trabalhadores Rurais, destacando que esta congrega igualmente o empregado e o pequeno produtor rural.

Sempre quando alguém é chamado para aceitar algum cargo ou mesmo participar dele, no caso como candidato, como eu já citei antes, é de grande importância ter-se duas chapas para que o nosso associado possa escolher a sua diretoria. Isto porque o sindicalismo, no nosso entender, é importante para mim, acredito ser mais importante que a própria política porque sempre o sindicalismo leva as ideias puras, aquelas ideias que surgem numa classe, então nós estamos no empenho de continuarmos trabalhando pela nossa classe que é dos Trabalhadores Rurais e que congrega o empregado e o pequeno Trabalhador Rural porque é necessário fazer alguma coisa por esta gente, que são os maiores sacrificados no nosso país. No nosso entender, já que nós estamos lutando há vários anos dentro do Sindicalismo então uma das razões para que nós aceitássemos se candidatos, encabeçando esta chapa 2.⁸⁸

De modo geral, percebe-se que a disputa da eleição do STR por mais de uma chapa era vista como positiva, especialmente por possibilitar de fato uma escolha aos votantes. Todavia, embora a chapa de Bartz trouxesse um ar de novidade à entidade, como já mencionado, Schneid perpetuou-se no poder por mais uma gestão,

⁸⁶ Jornal O Lourenciano, maio de 1981, p. 11. Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Municipal Elida Frömming Schild, São Lourenço do Sul/RS.

⁸⁷ Entrevista concedida por Hélio Bartz em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 28 de junho de 2024.

⁸⁸ Jornal O Lourenciano, maio de 1981, p. 11. Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Municipal Elida Frömming Schild, São Lourenço do Sul/RS.

possivelmente porque os associados se sentiam mais familiarizados com sua pessoa, visto os vários anos em que era presidente. Sobre o assunto, Bartz⁸⁹ faz algumas críticas, dizendo que Schneid receava perder o poder e, por isso, não abria mão de se lançar ao cargo de presidente por várias gestões seguidas, além de impedir que diferentes nomes compusessem sua chapa.

Eu sempre participava muito e o presidente da época, o Balbino, acho que ele tinha receio em me botar na diretoria, eu acho, até tinha gente da diretoria que queria que eu participasse, mas como ele sempre queria mandar como presidente, ele ficou balanceado, por isso não me convidaram para fazer parte da situação. Na verdade, eram quatro efetivos, se elegiam quatro efetivos, claro que alguém tem que encabeçar, mas acho que no mandato seguinte tem que deixar o outro encabeçar.⁹⁰

Após perder as eleições do sindicato, o senhor Hélio Bartz, que já era considerado uma importante liderança esportiva pela comunidade, sobretudo por ocupar a presidência da Associação Colonial de Esportes Lourenciana (ACEL), lançou seu nome como vereador nas próximas eleições municipais.

Depois de eu ter perdido o sindicato, o Rodolfo Schulz me falou para eu me candidatar à vereador, que eu poderia fazer muito mais, mas eu não tinha tendência política, tinha assumido a presidência da ACEL. Daí quando se formou os partidos, um dia chegaram lá em casa duas pessoas muito conhecidas que era o Sérgio Lessa e o Arno Kunde, para formar o PDS, aí me convidaram para filiar, não liguei muito, mas me filiei quando formaram o primeiro diretório, aí ficou para trás, já não seria candidato pela liderança, aí tinha outro vereador da região conhecido, e ficou, fiz parte da diretoria, aí depois não deu certo, sempre tem os interesses e eu fiquei para trás, não fui candidato. Depois ficamos descontentes com o partido, aí eu sai do partido aqui e a gente fundou o PFL, Partido da Frente Liberal aqui em São Lourenço e depois fui candidato a vereador, mas não me elegi, era logo no ano quando aqui tinha 15 vereadores e reduziu para 9 me parece. Depois eu não quis mais, fizeram uma sacanagem e nós até saímos do PFL e entramos no PSDB, hoje faço parte, mas não sei porque, faço parte do diretório, já pedi até para eles me tirem. É só para decidir os candidatos se não, não tem muita função, só dizer sim ou não.⁹¹

Embora não tenha sido eleito vereador, nota-se que a atuação política de Hélio Bartz se manteve por um considerável período, tanto que ele ainda segue filiado a um partido político. Apesar de não vencer, concorrer à presidência do sindicato lhe abriu portas e alimentou seu desejo de liderança na comunidade, levando-o a percorrer diferentes partidos políticos em busca de que seus interesses fossem atendidos.

⁸⁹ Entrevista concedida por Hélio Bartz em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 28 de junho de 2024.

⁹⁰ Entrevista concedida por Hélio Bartz em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 28 de junho de 2024.

⁹¹ Entrevista concedida por Hélio Bartz em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 28 de junho de 2024.

4.5 Relações externas e questão política

Assim como em toda entidade sindical, para que seu associado obtivesse seus direitos e tivesse seus interesses atendidos, era necessário que a atuação do sindicato ultrapassasse as paredes de sua sede. Por conseguinte, para finalizar a presente dissertação, é fundamental abordar as relações construídas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul com autoridades externas à entidade, bem como os aspectos relacionados ao modo como a entidade visualizava e se inseria no contexto da Ditadura Civil-Militar. É importante recordar a premissa de que os movimentos sociais, em sua maioria, possuem conexão com distintas dimensões, como a Social, a Política e, possivelmente, a Econômica (Barros, 2005; Hobsbawm, 1998).

No que concerne à questão político-partidária, o STR era enfático ao afirmar que não se envolvia com movimentações desse caráter, realizando inclusive uma reforma em seus Estatutos Sociais, com vistas a reforçar tal posicionamento.

Art. 4º letra e) passou-se para a seguinte redação: proibição de quaisquer atividades não compreendidas nas finalidades mencionadas nos artigos, 513 e 514, CLT inclusive de caráter político-partidário. Art 4º letra f) proibição de cessão gratuitas ou remunerada de sua sede, a entidade de índole político-partidária, ou de qualquer outra finalidade.⁹²

Todavia, embora oficialmente a referida entidade se declarasse neutra e proibisse a associação de seu nome com qualquer atividade político-partidária, conforme abordado no subcapítulo anterior, houve, no interior da entidade, o surgimento de importantes lideranças sindicais que levaram sua atuação ao campo político, lançando candidaturas aos cargos de vereador e vice-prefeito municipal. Trata-se dos casos de Hélio Bartz e Ronald Spiering.

Quando fui candidato a vereador, eu não queria ser porque achava que não podia misturar política com sindicato, aí me convenceram, foi o próprio Chiarelli e foi o João Thofehr, aí eu fui ser candidato e fiquei na obrigação de não fazer propaganda no sindicato, me comprometi a não fazer, mas aí houve o seguinte, o Carlito Westdendorff, “Carlitão”, era candidato também pelo mesmo partido, foi à Porto Alegre lá na FETAG me denunciar, que eu estava usando o sindicato para fazer propaganda política, mas eu de jeito nenhum, não pedia voto. Teve gente que, a pessoa já é falecida, o seu Moreira, ele era do MDB naquela época, era doente e sempre foi, aí um dia ele chegou lá no sindicato, me chamou para fora e falou: “eu sou do MDB, mas eu tenho obrigação de votar em ti”. Era associado do sindicato e era de outro partido. então não tem isso, não vai chegar lá alguém que é

⁹² Livro de Atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, 1973. Fonte: Acervo do Sindicato de Trabalhadores Agricultores Familiares de São Lourenço do Sul.

abertamente de outro partido que eu vou dizer que não vou atender ou atender mal.⁹³

A fala de Spiering é muito elucidativa acerca de como se davam as relações tanto internas quanto externas do STR no que se refere aos aspectos de sua trajetória política. A nível externo, fica evidente a existência de antagonismos, mesmo dentro de um mesmo partido, como é o caso da ARENA, partido dos ditadores, ao qual eram filiados Spiering e Westdendorff, fato que não impediu o segundo de acusar o primeiro de se aproveitar de sua condição como funcionário do STR para angariar votos. A nível interno, percebe-se que, embora houvesse espaço no interior do sindicato para uma multiplicidade de trabalhadores do campo, cujo direito de filiação e os benefícios dela oriundos estavam assegurados a todos os membros do quadro social, ainda que estes discordassem da convicção político-partidária de seus dirigentes, é imprescindível reconhecer que havia certos limites não oficiais estabelecidos em seu interior. Isso fica claro quando Spiering faz questão de diferenciar o sujeito que menciona, ao descrevê-lo como tomado pelo fanatismo em relação ao partido de oposição ao seu, o que não era usual para um associado, constituindo-se uma exceção à regra.

Portanto, é presumível que, além de adotar determinada postura visando enquadrar-se ao modelo de sindicalismo consentido e incentivado pelo regime ditatorial, havia no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, e entre seus respectivos membros, certa identificação com os valores difundidos pelos militares no poder, aproximando-os por consequência dos políticos da ARENA.

Um indicativo disso é que, das 39 assembleias realizadas entre os anos de 1967 e 1985, ao menos 8 contaram com a presença de autoridades políticas, como vereadores e prefeitos municipais, deputados estaduais e federais, secretários estaduais, governadores do estado do Rio Grande do Sul, ministros federais, etc., vinculadas, em sua grande maioria, à ARENA, cujo presidente do partido também se fez presente em algumas assembleias, sendo apresentado como tal.

No que concerne à passagem de autoridades públicas pelas assembleias do STR, é interessante destacar a presença do Ministro do Trabalho, Arnaldo da Costa Prieto, em duas ocasiões. A primeira, em novembro de 1977, ocasião em que o jornal

⁹³ Entrevista concedida por Ronald Spiering em sua residência para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 20 de maio de 2022.

O *Lourenciano* informou que cerca de mil pessoas se fizeram presentes em uma assembleia de caráter extraordinário realizada na zona rural do município, e parte do discurso de Prieto foi registrado em ata.

Em agradecimento e em ambiente de alegria por ver um grande número de associados presentes, dando força e prestígio ao Sindicato falou o Senhor Ministro do Trabalho comunicando que em sua gestão até a presente data assinou 650 cartas sindicais além de regularizar a situação de muitos sindicatos que se achavam com intervenções ou com suas atividades parcialmente paralisadas. Destacou com especial atuação o trabalho do FUNRURAL, salientando que até 1930 nada se fez pelo trabalhador rural e que de 1964 para cá se fez tudo por ele. Pregou a união dos associados no seu sindicato e a dos sindicatos com o governo. A preocupação do governo é o homem, embora algumas medidas sejam tomadas aparentemente no campo econômico, ressaltou o Senhor Ministro destacando nesse aspecto o SENAR – e o seguro de acidente no trabalho ampliado ao trabalhador rural. Finalizou pedindo a união dos associados em termo de sindicato, única medida capaz de fazer dele um órgão realmente representativo de classe e colaborador do governo.⁹⁴

Da fala do então Ministro do Trabalho, chama atenção a ênfase dada por ele ao significativo número de cartas sindicais emitidas durante sua gestão, buscando regularizar a situação de diversos sindicatos, demonstrando haver satisfação por parte do governo federal em relação ao trabalho desempenhado pela entidade, onde se almeja contar com a colaboração da classe trabalhadora. Após o discurso de Prieto, naquela ocasião, fez uso da palavra o Deputado Federal, também da ARENA, Alberto Hoffmann, que atuou em diversos momentos como consultor jurídico da FETAG., “destacando o trabalho do excelentíssimo Senhor Presidente da República General Ernesto Geisel, homem da origem alemã como a maioria dos que ali estavam presentes, principalmente no campo da agricultura”⁹⁵, isto é, recorrendo ao fator étnico para despertar identificação nos ouvintes, os trabalhadores rurais do sindicato de São Lourenço do Sul.

A segunda visita aconteceu em julho de 1983, ano em que Arnaldo da Costa Prieto já não era mais o chefe do Ministério do Trabalho.

Dr. Arnaldo da Costa Prieto, fez uso da palavra, entre outros assuntos deu importância a grande facilidade que as entidades sindicais tem nos tempos de hoje para aprovação de suas prestações de contas lembrando que há alguns anos atrás era necessário que o ministro do trabalho aprovasse as prestações de contas das entidades sindicais, ao encerrar seu pronunciamento agradeceu a oportunidade e pediu o apoio do eleitorado da

⁹⁴ Livro de Atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, 1977. Fonte: Acervo do Sindicato de Trabalhadores Agricultores Familiares de São Lourenço do Sul/RS.

⁹⁵ Livro de Atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, 1977. Fonte: Acervo do Sindicato de Trabalhadores Agricultores Familiares de São Lourenço do Sul/RS.

área sindical rural para a sua concorrência a Deputado federal nas eleições de 15 de novembro do corrente ano.⁹⁶

Na segunda vez que esteve presente em uma assembleia do sindicato, o então ex-ministro fez uso de seu espaço para fazer campanha política junto aos associados do STR, de maneira clara e objetiva, infringindo o artigo do estatuto social da entidade, no qual consta a proibição do uso de suas dependências para fins político-partidários. Ficou claro que a referida cláusula servia ao STR como anteparo contra a esquerda, para evitar a presença de pessoas abertamente contrárias à Ditadura, enquanto a frequência de autoridades públicas de direita não era considerada uma atividade política.

Sobre a vinda do ministro para São Lourenço do Sul, Balbino Schneid conta que “Arnaldo da Costa Prieto como ministro, teve aqui em casa uma vez e me levou na festa do Barão, uma coisa que quase não acontece, então de autoridades não tenho queixa nenhuma”⁹⁷, Demonstrando grande admiração por ele, sobretudo pela relação de proximidade com que era tratado. Ainda em seu depoimento, Schneid⁹⁸ salienta que o sindicato recebeu grande ajuda de Prieto e demais políticos da ARENA para qualificar os serviços assistenciais oferecidos aos associados.

Nós recebemos do ministro da saúde no tempo do Chiarelli e do Arnaldo da Costa Prieto, nós recebemos o gabinete odontológico, recebemos uma farmácia, um dentista, um médico e o gabinete, o ambulatório, isso foi conquistado pelo Chiarelli e pelo Arnaldo Prieto que era Ministro do Trabalho na época.⁹⁹

Quando perguntado sobre o caráter geral das relações do sindicato com membros do partido situacionista e o próprio contexto da Ditadura Civil-Militar, Ronald Spiering relembra com saudosismo o período ao compará-lo com a atualidade.

Funcionava muito bem porque naquela época existia só dois partidos, era uma grande coisa já, hoje existem 38,40. Na época que eu estava no sindicato e depois fui para a prefeitura, quando ia para Porto Alegre, eu convidava o Balbino ou Seu Bruno, se tivesse alguma coisa na FETAG, eu dava carona, tanto é que um dia me foi chamada a atenção. O contador da prefeitura era o Seu João Carlos Colvara, (...) então eu levava seguidamente o Seu Balbino de carona e um dia eu paguei o almoço. (...) Antes também, quando eu estava no sindicato, o prefeito era o Pedro Tomaschewski,

⁹⁶ Livro de Atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul. Fonte: Acervo do Sindicato de Trabalhadores Agricultores Familiares de São Lourenço do Sul/RS.

⁹⁷ Entrevista concedida por Balbino Schneid em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 24 de maio de 2022.

⁹⁸ Entrevista concedida por Balbino Schneid em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 24 de maio de 2022.

⁹⁹ Entrevista concedida por Balbino Schneid em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 24 de maio de 2022

também já tinha assim um relacionamento super bom com eles, isso a nível municipal, a nível estadual era o Peracchi, esse que foi ministro antes e depois governador, depois o Amaral de Souza, mas o grande elo de ligação que eu tinha na época do sindicato era o Chiarelli. Na época ele era Secretário do Trabalho e da Ação Social em Porto Alegre, a gente fazia muitas reuniões e ele sempre participava das reuniões do sindicato, ele trouxe o ministro, para as assembleias do sindicato ele vinha e participava, hoje não tem mais isso, então o relacionamento era muito bom, tanto com o governo municipal, estadual e federal também. Era a época que eles chamavam de ditadura, mas não foi ditadura nenhuma, era governo militar.¹⁰⁰

Além de ser enfático ao negar que o período aqui estudado tenha sido uma ditadura no Brasil, o depoimento de Spiering permite analisar as relações externas construídas pelo STR por duas perspectivas: a primeira, quando ele era secretário da entidade, e a segunda, quando prefeito municipal, sendo ele a autoridade política com a qual a entidade manteve conexões. Balbino Schneid faz uma descrição semelhante.

Quando eu cheguei no sindicato o João era o prefeito e sempre a relação foi muito boa, ele nos ajudou muito, precisávamos de um carro, ele nos mandava, naquela época tinha 30,40 funcionários na prefeitura, hoje tem 1000, 2000, é um cabide de empregos. A relação foi sempre boa, também se ele precisava de alguma coisa do sindicato a gente estava à disposição. O João pra mim foi o melhor prefeito que nós tivemos até hoje, mas não é porque a gente era amigo, ele deixou coisas a vista, o calçamento da avenida, a luz da avenida, a faixinha, tudo isso obra do João. Nas assembleias ele ia as vezes sem convidar, quando menos se esperava o João estava lá, e ele cumprimentava todo mundo estava todo mundo a sua volta, era o rei de São Lourenço. O único deputado que nos dava uma mão de vez em quando era o Westendorff, era deputado aqui do município. Quem aparecia de vez em quando era Érico Pegoraro, deputado estadual, ele era da assembleia e acompanhava o irmão dele, o Geraldo. E o Chiarelli, ele entrava numa porta e saía na outra, era de casa praticamente, muito nos ajudou.¹⁰¹

É importante notar que ambas as falas expressam elogios aos governos municipais, bem como à atuação de alguns deputados e do próprio governo federal, salientando que a relação com o Ditadura Civil-Militar era boa e que houve progresso em relação à atuação do sindicato. Todavia, embora seja necessário considerar que as bases sobre as quais foi construído o Sindicato dos Trabalhadores Rurais fossem favoráveis para que houvesse certa identificação por parte de seus membros com os valores evidentes na época, é também significativo ter em conta que ideias divergentes não possuíam espaço, havendo apenas um canal de negociações para obter o atendimento de interesses e a concretização de direitos, e este se vinculava ao governo militar. Afinal, como os depoentes mencionam, aqueles eram outros

¹⁰⁰ Entrevista concedida por Ronald Spiering em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 20 de maio de 2022.

¹⁰¹ Entrevista concedida por Balbino Schneid em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 24 de maio de 2022.

tempos, e não é possível comparar as estratégias de negociação utilizadas pelo STR na época com as da atualidade, quando se vive em uma democracia.

Para finalizar, conclui-se que, de modo geral, as fontes pouco revelam sobre os problemas existentes no interior do sindicato, sobretudo ao se considerar as fontes de História Oral. Entre os depoentes, há um cerceamento da fala e a presença de diversos silêncios em relação aos conflitos, tanto internos quanto externos, especialmente quando se trata de outros grupos de trabalhadores que não os colonos lourencianos. Nessa lógica, apesar de pleitearem por direitos sociais muito semelhantes, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e seu quadro de associados se entendem como diferentes em relação a outros grupos, como os de caráter brizolista no Rio Grande do Sul, havendo a permanência simbólica de que eles são ordeiros e melhores trabalhadores. Essa naturalização identitária é muito mais profunda do que o período estudado e está associada ao imaginário teuto-brasileiro.

5 Considerações finais

A presente pesquisa buscou reconstruir uma pequena parte da trajetória do sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil, especialmente no que se refere à atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul/RS, cuja origem remonta a 1966, um período bastante controverso da história brasileira: a Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

Desde o início, diversas adversidades estiveram presentes ao longo das etapas de realização do mestrado, sobretudo no que se refere aos materiais que possibilitaram a análise do objeto em foco. Como não foram encontrados outros trabalhos acadêmicos que abrangem a história da referida entidade, considera-se que este trabalho possui um caráter inédito, permitindo-lhe contribuir de forma relevante para a historiografia. Todavia, para além do objeto em foco, também foram poucos os trabalhos identificados sobre a temática, especialmente na área da História, exigindo um maior esforço na composição bibliográfica para embasar a escrita. Em relação às fontes históricas, apesar da variedade e do volume significativo analisado, diversas lacunas foram encontradas, especialmente nos documentos escritos, suscitando perguntas para as quais nem sempre foram encontradas respostas nos relatos orais.

Contudo, apesar dos obstáculos relatados, importantes reflexões foram possíveis, permitindo também obter algumas respostas em relação aos objetivos traçados ainda na construção do projeto, as quais serão explanadas de acordo com cada um dos três capítulos escritos, que ficaram assim dispostos em razão da necessidade de compreender a inserção do sindicalismo no país e a constituição do município de São Lourenço do Sul, antes de adentrar na trajetória do STR e nas complexidades que envolvem sua história.

No primeiro capítulo, buscou-se realizar uma densa, porém necessária, discussão bibliográfica sobre a introdução do sindicalismo no campo. Verificou-se que a sindicalização dos trabalhadores rurais foi tardia em comparação com a dos trabalhadores urbanos, sendo oficializada legalmente somente no começo da década de 1960, visto que o campesinato não era entendido como uma categoria profissional pelo Ministério do Trabalho e pela elite patronal rural. Recomendava-se a filiação dos

empregados e pequenos proprietários às associações rurais mistas, responsáveis por atender a classe latifundiária e, por isso, apresentarem, em muitos casos, interesses conflitantes em relação aos trabalhadores. Esse cenário impulsionou o fortalecimento de distintas forças voltadas para a organização do homem do campo, especialmente nos anos 1950 e no início dos anos 1960, quando grupos como as Ligas Camponesas, a ULTAB, o MASTER e a Igreja Católica, representada no Rio Grande do Sul pela FAG, passaram a disputar a hegemonia na representação do campesinato rural. Com a eclosão do Golpe Civil-Militar de 1964 e a ascensão dos militares ao governo federal, houve um violento combate aos grupos de esquerda, permitindo à FAG o total domínio sobre a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos.

Em São Lourenço do Sul, constatou-se a presença da FAG desde o ano de 1961, por meio da realização de reuniões com o objetivo de difundir naquela comunidade seus ideais, como a promoção de um sindicalismo considerado cristão, de oposição à esquerda e ao comunismo, os quais se presume terem sido bem recebidos por parte significativa da população, visto o cenário apresentado nos capítulos dois e três, embora não tenham sido encontradas maiores informações acerca desses primeiros passos da FAG no município.

O segundo capítulo voltou-se para a análise da trajetória de construção do município de São Lourenço do Sul e sua relação com o STR. Nessa seção, foi possível perceber que a colonização germânica e determinados elementos culturais trazidos e perpetuados no Brasil, bem como as dificuldades enfrentadas na nova terra, foram responsáveis por imprimir naquela comunidade uma identidade que permitiu que sujeitos originários de distintas regiões da Europa, especialmente os pomeranos, se reconhecessem como colonos alemães, apesar das distinções linguísticas e religiosas.

Além disso, também foi refutada a ideia de que os imigrantes germânicos e seus descendentes eram sujeitos apolíticos, visto que, desde os primeiros anos da constituição da colônia de São Lourenço, seus moradores uniram-se para contestar possíveis atos de exploração cometidos pelo proprietário e administrador do núcleo, Jacob Rheingantz, exigindo melhorias nos serviços e o cumprimento das promessas anteriormente feitas. Com a emancipação do município, embora o número de representantes de origem germânica na câmara municipal fosse baixo, houve massivo

apoio da população teuto-brasileira ao PL, partido de oposição à família Rheingantz, como forma de reivindicar uma melhoria de sua condição social.

Assim, as dificuldades vivenciadas na colônia, a comunhão de aspectos culturais e identitários e o sentimento de insatisfação com a administração de Rheingantz, compartilhado pelos colonos lourencianos, suscitaram a criação de diversas associações e sociedades na região, voltadas tanto à preservação e manifestação cultural e recreativa quanto à questão econômica, permitindo a emergência de algumas lideranças comunitárias, que também se fizeram presentes no processo de constituição do STR.

No que concerne à fundação do sindicato, concluiu-se que foi fundamental a atuação do senhor Ronald Spiering, cuja participação na Cooperativa Agrícola Mista LTDA, a ida à Alemanha e o contato com o STR de Pelotas e lideranças da FAG, como o Irmão Miguel Dário, permitiram-lhe articular e liderar todo o processo, incluindo a divulgação dos princípios da entidade e o trabalho de convencer os colonos a se associarem.

Todavia, nessa parte, a autora deparou-se com um verdadeiro mistério, tendo identificado a existência de uma iniciativa de fundação de um STR em São Lourenço do Sul, anterior ao ano de 1966, por sujeitos cuja identidade não foi possível conhecer. A questão da organização e fundação do STR ter acontecido após a emissão da carta sindical e a resistência, tanto por parte dos depoentes quanto pela atual direção do sindicato, em revelar informações ou apontar fontes que permitissem conhecer os sujeitos responsáveis pelo primeiro movimento, indica uma provável tentativa de apagamento dessa atuação no município e de associação à história do STR, por possuir um caráter de luta distinto, possivelmente próximo à esquerda e a figuras brizolistas, como é o caso de Darcy da Rosa, cuja vinculação ao movimento não foi possível comprovar, mesmo com todo o rigor metodológico utilizado, embora fortes indícios apontem para essa probabilidade, inclusive de que ele tenha liderado o movimento.

No terceiro capítulo, o trabalho de análise das fontes históricas e a atuação do STR de São Lourenço do Sul foi melhor contemplado, possibilitando concluir que a entidade em foco possuía uma série de características que a tornavam singular no que se refere à forma como seus associados se compreendiam, quando comparados

a outros contingentes de trabalhadores do campo, como o MASTER, isto é, fortemente guiados pelos princípios da ordem e do trabalho na legitimação da sua luta por direitos sociais, na qual a perspectiva camponesa não era bem aceita e os colonos eram considerados melhores trabalhadores.

Todavia, também foi identificada a presença de uma forte disputa em torno da questão do enquadramento sindical dos pequenos proprietários rurais do município entre o STR e o sindicato patronal, denotando haver conflitos entre ambos os grupos, conferindo aos trabalhadores rurais do município um caráter diferenciado, em que não se identificavam com nenhum dos lados, visto que, embora adotassem uma postura conservadora em relação à preservação cultural, havia também a reivindicação por direitos sociais muito semelhantes aos dos grupos de esquerda.

Portanto, foi possível concluir que as demandas daqueles que constituem o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, ainda que se utilizem de caminhos que fogem à lógica dos sindicatos combativos de esquerda e reafirmem a prevalência de relações diretas com sujeitos vinculados ao governo, não denotam apenas cedência ou cooptação, mas sim a presença de um campo de negociação. Pode-se constatar que a articulação dos sindicalistas busca contornar o sistema desfavorável imposto aos trabalhadores brasileiros após a implantação da ditadura no país, fazendo escolhas exequíveis a partir das leituras de mundo e contexto feitas, o que levou à adoção de determinados discursos e posicionamentos visando o alcance de seus interesses.

Por fim, é necessário salientar que essa pesquisa está longe de se esgotar aqui, uma vez que, ao longo do processo de análise das fontes, novos questionamentos e possibilidades surgiram, os quais, devido à limitação do tempo, sendo essa a primeira aproximação da autora com a referida temática, não puderam ser melhor explorados, especialmente no que se refere ao grupo que tentou a fundação de um STR em São Lourenço do Sul, antes do ano de 1966, e as contradições existentes no interior do sindicato. Entretanto, acredita-se que há muitas outras fontes a serem exploradas e discussões a serem aprofundadas sobre o assunto, bem como depoentes mais variados capazes de contribuir para uma melhor compreensão do objeto, ficando reservado para outro momento ou pesquisador o preenchimento destas lacunas.

Referências

ASSMANN, Jam. Memória comunicativa e memória cultural. **História Oral**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 115-127, jan/jun 2017.

ALTENBURG, Patrícia Schneid. **Deutsche in Brasilien**: a trajetória construção histórica da comunidade de São Lourenço do Sul. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

ALVES, Bernard José Pereira. **A política agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul**: governo, legislação e mobilização. 2010. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BAHIA, Joana. Antropologia e história: uma interface entre múltiplas nações e identidades. In: SANTOS, Miriam de Oliveira; REINHEIMER, Patrícia (org.). **Giralda Seyferth**: muito além da imigração. São Leopoldo: Oikos, 2019. p. 33-53.

BARROS, José D'Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. **LPH - Revista de História da UFOP**, Ouro Preto, n. 15, p. 02-23, 2005.

BASSANI, Paulo. **Frente Agrária Gaúcha e sindicalismo de trabalhadores rurais**. Londrina: EDUEL, 2009. 166 p.

BOSENBECKER, Patrícia. **Uma colônia cercada de estâncias**: imigrantes em São Lourenço/RS (1857-1877). 2011. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e (org.). **Empresariado e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020. p. 17-37.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política?. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 2, p. 37-54.

CASAROTTO, Irmão C. Marcílio. **Irmão Miguel Dario**: O irmão dos agricultores. Porto Alegre: Província Marista de Porto Alegre, 1977.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais. In: **Anais do IV Seminário Internacional em Memória e Patrimônio: memória, patrimônio e tradição**. Pelotas; Ed. UFPel, p. 905-915, 2011. Disponível em: <https://simpufpel.files.wordpress.com/2010/09/mesa-serra-dos-tapes.pdf>, acesso em: 28 set. 2020.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. **Relatório final**: violações de direitos no campo 1946-1988. Brasília: [s. n.], dezembro 2014.

COSTA, Jairo Scholl. **São Lourenço do Sul**: Cem anos 1884-1984. São Lourenço do Sul: Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, 1984. 185 p.

ECKERT, Córdula (1984) **Movimentos dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964**. Dissertação de Mestrado. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.

FERREIRA, Jorge. **O Imaginário Trabalhista**. [S. l.]: Civilização Brasileira, 2005. 392 p.

FORNO, Rodrigo Dal. A Revolução de 1923 através das imagens. **Produtores e produtos políticos-visuais de uma guerra civil no Rio Grande do Sul na Primeira República**, São Leopoldo, 2014. XII Encontro Estadual de História ANPUH/RS, 2014, São Leopoldo.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito. A Classe Trabalhadora Porto-alegrense e a Era Vargas**. 2001. Tese de Doutorado (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

FRIDERICH, Lidiane Elisabete. **Saindo dos trilhos**: os ferroviários riograndinos durante a Ditadura Civil-Militar (1960-1970). 2013. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

GALVÃO, Elisandra de Araújo. Representação patronal e formas de mobilização da CNA durante a ditadura brasileira. *Redes de Estudos Rurais*, [S. l.], 2014. VI Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2014.

GASPAROTTO, Alessandra. **"Companheiros Ruralistas!"**: Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964). 2016. 330 p. Tese de Doutorado (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1976.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

HAMMES, Edilberto Luiz. **A imigração alemã para São Lourenço do Sul**: Da formação de sua Colônia aos primeiros anos após seu Sesquicentenário. 1ª. ed. São Leopoldo: Studio Zeus, 2014. 734 p.

HARRES, Marluza Marques. **Estratégias trabalhistas para o mundo rural**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

HOBBSBAWM, Eric. História social a história da sociedade. *In*: HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. cap. 6.

IEPSEN, Eduardo. **Jacob Rheingantz e a colônia de São Lourenço**: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População no último censo. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE**: cidades. V4.4.9. Brasil, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-lourenco-do-sul/panorama>. Acesso em: 11 out. 2024.

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**. [S. l.]: Civilização Brasileira, 2000. 272 p.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. *In*: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (org.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo: Letra e Voz, 2020. cap. 1, p. 19-34.

LIMA, Henrique Espada. Micro-história. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 11, p. 207-223.

KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. *In*: VENDRAME, Maíra Ines; WEBER, Beatriz; KARSBURG, Alexandre; FARINATTI, Luiz Augusto (org.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2015. p. 32-52.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MATTOS, Hebe. História e movimentos sociais. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 5, p. 95-111.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.). **Ditadura, conflito e repressão no campo**: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Empresariado rural, modernização da agricultura e violência no meio rural brasileiro. **Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores**, [s. l.], p. 183-214, maio-outubro 2021.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Lavradores, trabalhadores agrícolas e camponeses**: os comunistas e a constituição de classes no campo. 1995. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

MENDONÇA, Sonia Regina de. O patronato agroindustrial e o golpe de 1964. *In*: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e (org.). **Empresariado e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020. cap. 6, p. 163-183.

MENDONÇA, Sonia Regina de. 1964: o duplo golpe do campo. **Revista Outubro**, [s. l.], n. 10, 2004.

MORRETO, Milena. O discurso das mídias impressas sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo (1962-1964): o caso do jornal O Nacional. **Semina**: Revista dos Pós-Graduandos em História - UPF, Passo Fundo, mai./ago. 2022.

MOSSMANN, Paulo Germano. **Os Deutsch-Brasilianer em oposição ao PRR**: um estudo de caso dos municípios de origem germânica que derrotaram o PRR nas eleições de 1891. 2014. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. cap. 1, p. 21-36.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. Tradução: Fernando Santos. São Paulo: Wmf martinsfontes, 2015.

NEVES, Cristian Costa das. **A ocupação humana no espaço da Serra dos Tapes, o caso dos distritos de Cerrito Alegre e Quilombo/Pelotas – RS**. 2014.

Dissertação de Mestrado (Mestrado em Antropologia (Área de Concentração em Arqueologia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

NORA, Helenice Aparecida Derkoski Dalla. **A organização sindical rural no Rio Grande do Sul e o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Frederico Westphalen (1960-1970)**. 2002. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Regional) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, p. 7-28, Dez. 1993.

NOVAES, Regina Reyes. **De Corpo e Alma**: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997. 238 p.

OLSON, Mancur. Uma Teoria dos Grupos Sociais e das Organizações. In: OLSON, Mancur. **A Lógica da Ação Coletiva**: Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. cap. 1, p. 17-64.

OSWALD, Tamara. **Comunidades luteranas livres em São Lourenço do Sul (1886 – 1945)**. 2014. 118 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta no campo e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985. cap. 1, p. 43-51.

PALMEIRA, Moacir. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio Carvalho (org.). **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 92-168.

PICOLOTTO, Everton Lazzareti. **As Mãos que Alimentam a Nação**: agricultura familiar, sindicalismo e política. 2011. 289 p. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRIORI, Ângelo. **A Revolta Camponesa de Porecatú**: A luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo: 1942-1952. 2000. Tese de Doutorado (Doutorado em História e Sociedade) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2000.

RAMOS, Carolina. A construção do sindicalismo rural brasileiro. In: VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura, 6., 2010. **Anais [...]** UFS, 2010. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT1/GT1-CAROLINA.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022.

RAMOS, Carolina. **Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro**: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985). 2011. 266 p. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. *In*: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. cap. 1, p. 15-38.

RIBEIRO, Arthur Rizzi; CARVALHO, Ricardo da Silva; OREIRO, José Luis. A Doutrina Social da Igreja Católica, o novo desenvolvimentismo e a economia social de mercado: diálogos possíveis?. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 39, n. 4, p. 710-735, outubro-dezembro 2019.

RÖLKE, Helmar. **Raízes da imigração alemã**: história e cultura alemã no estado do Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016. 624 p.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. cap. 7.

SALAMONI, Giancarla. A imigração alemã no Rio Grande do Sul - O caso da comunidade pomerana de Pelotas. **História em Revista**, Pelotas, v. 7, p. 25-42, dez 2001.

SAUER, Sérgio (org.). **Lutas, memória e violações no campo brasileiro**: conflitos, repressão e resistências no passado e presente. 1ª. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2010.

SCHALLENBERGER, E. Redes de associações agrícolas no sul do Brasil: União Popular e Liga das Uniões Coloniais. *In*: Segundas Jornadas de História Regional Comparada, 2005, Porto Alegre. Segundas Jornadas de História Regional Comparada. Porto Alegre: PUCRS, 2005. v. 1. p. 01-17.

SEYFERTH, Giralda. Formação de identidades culturais em contextos migratórios. *In*: VALLE, Carlos Guilherme do (org.). **Etnicidade e Mediação**. São Paulo: Annablume Editora, 2015. cap. I, p. 61-86.

SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso): (um estudo de caso). **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, 1993.

SILVA, Luiz Fernando da. Crise do regime político no pré-1964, golpe civil-militar e consolidação do regime ditatorial. *In*: NAPOLITANO, Carlos José; LUVIZOTTO, Caroline Kraus; LOSNAK, Célio José; GOULART, Jefferson Oliveira (org.). **O Golpe de 1964 e a Ditadura Militar em Perspectiva**. 1ª. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

TEIXEIRA DA SILVA, Fernando. **Operários sem Patrões: da Barcelona à Moscou brasileira (trabalho e movimento operário em Santos no entreguerras)**. 2000. Tese de Doutorado (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa I: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THUM, Carmo. **Educação, História e Memória**: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes. 2009. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

TORRE, Angelo. Micro/macro: ¿local/global? El problema de la localidad en una historia espacializada. **História Crítica**, [s. l.], n. 69, p. 37-67, julio-septiembre 2018.

TRAVERSO, Enzo. História e memória: uma dupla antinómica?. *In*: TRAVERSO, Enzo. **O passado, modo de usar**: história, memória e política. 1ª. ed. Lisboa: Edições Unipop, 2012. cap. 1, p. 21-53

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Patrícia Schneid Altenburg, matrícula nº 22101298 declaro para todos os fins que o texto em forma de (x) Dissertação de mestrado ou () Tese de Doutorado, intitulado Faces do sindicalismo rural brasileiro: O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul (1966-1985), é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal (“Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos”).

Pelotas, 23 de dezembro de 2024.



ASSINATURA